

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL

Josiane Rodrigues Miollo

**AGROECOLOGIA OU AGRICULTURA ORGÂNICA: REFLEXÕES A  
PARTIR DOS PROCESSOS DE CERTIFICAÇÃO NA AGRICULTURA  
FAMILIAR**

Santa Maria, RS, Brasil

2019



**Josiane Rodrigues Miollo**

**AGROECOLOGIA OU AGRICULTURA ORGÂNICA: REFLEXÕES A  
PARTIR DOS PROCESSOS DE CERTIFICAÇÃO NA AGRICULTURA  
FAMILIAR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Extensão Rural.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Gisele Martins Guimarães

Santa Maria, RS

2019

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo autor.

Miollo, Josiane Rodrigues  
AGROECOLOGIA OU AGRICULTURA ORGÂNICA: REFLEXÕES A  
PARTIR DOS PROCESSOS DE CERTIFICAÇÃO NA AGRICULTURA  
FAMILIAR / Josiane Rodrigues Miollo.- 2019.  
192 p.; 30 cm

Orientadora: Gisele Martins Guimarães  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa  
Maria, Centro de Ciências Rurais, Programa de Pós  
Graduação em Extensão Rural, RS, 2019

1. Agroecologia 2. Produção Orgânica 3. Certificação I.  
Martins Guimarães, Gisele II. Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

---

@2019

Todos os direitos autorais reservados a Josiane Rodrigues Miollo. A reprodução ou partes do todo deste trabalho só poderá ser feita mediante a citação da fonte.

Endereço eletrônico: [jmiollo@hotmail.com](mailto:jmiollo@hotmail.com)

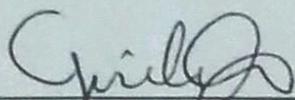
---

**Josiane Rodrigues Miollo**

**AGROECOLOGIA OU AGRICULTURA ORGÂNICA: REFLEXÕES A PARTIR  
DOS PROCESSOS DE CERTIFICAÇÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR**

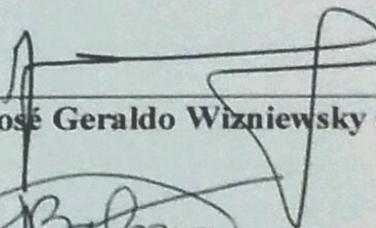
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Extensão Rural**.

**Aprovado em 28 de agosto de 2019:**



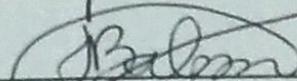
---

**Prof. Dr. Gisele Martins Guimarães**  
(Presidente/Orientadora)



---

**Prof. Dr. José Geraldo Wizniewsky (UFSM)**



---

**Prof. Dr. Tatiana Aparecida Balem (IFFar)**

## DEDICATÓRIA

*Dedico esta dissertação,  
em especial, aos meus pais  
e a todos os (as) companheiros (as)  
de caminhada.*



## AGRADECIMENTOS

A concretização deste trabalho ocorreu, principalmente, pela ajuda, compreensão e dedicação de várias pessoas. Agradeço a todos que, de alguma forma, contribuíram para conclusão deste estudo e, de uma maneira especial, ...

(...)

- Agradeço a Deus por ter me dado forças e sabedoria, sempre iluminando o meu caminho e colocando pessoas abençoadas na minha vida, que me ajudaram a concluir mais uma etapa da minha carreira.

- Agradeço aos meus pais, José Benhur Miollo e Joselaine M. Rodrigues Miollo pelo apoio incondicional em todos os momentos da minha vida e por me ensinarem a nunca desistir dos meus sonhos. Amo vocês, muito!

- Agradeço ao meu esposo, Aladin Barros Gnocco, não tenho palavras para agradecer o esforço, o carinho e a compreensão que tem me dedicado ao decorrer dos dias de estudos incansáveis, o qual me ajuda e me apoia sempre.

- Agradeço a minha orientadora, Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Gisele Martins Guimarães, que acima de tudo é uma grande amiga, que me acalmou nos momentos de estresse e nunca me deixou desanimar. Sou grata por me transmitir seus conhecimentos e por ter se disponibilizado a me orientar em seu lar. Agradeço também ao Maninho (Rogério) e ao Gabriel pela compressão e amizade.

- Agradeço a banca avaliadora, Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Tatiana Aparecida Balem, Prof. Dr. José Geraldo Wizniewsky e Prof. Dr. Clayton Hillig, por terem aceito contribuir com a minha pesquisa.

- Sou grata pela oportunidade de estudar em uma universidade pública e agradeço fortemente ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e à Universidade Federal de Santa Maria por me acolherem.

- Sou grata por ter recebido bolsa durante a pesquisa, pois o presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

- Agradeço aos meus amigos (as) Tamiris, Luciano, Cleitom, Genifer, Elizabete, Joel, Davi, Angelita, Letícia, Sandra, Ezequiel e muitos (as) outros (as) que de alguma maneira me fortaleceram nesta trajetória. Agradeço o apoio, a amizade, as orações e o carinho de todos (as), cada um (a) me ajudou da sua maneira e a “força” de vocês foi essencial para que eu pudesse trilhar essa caminhada.

- Agradeço ao técnico extensionista da Emater/Santa Maria e Médico Veterinário, Ricardo Machado, por ter me acompanhado nas primeiras visitas as propriedades dos agricultores/atores desta pesquisa. Gratidão pela disponibilidade, companheirismo e amizade de sempre.

- Agradeço as famílias/amigos agricultores que me receberam em seus lares com enorme carinho, aceitando participar desta pesquisa e, se colocaram à disposição para me contar suas histórias e compartilharem comigo um pouco do seu tempo.

Enfim, agradeço a todos que fazem parte da minha vida, e que direta ou indiretamente me ajudam, a cada dia, ser um ser humano melhor.

Muito obrigada!

*Não se enganem.  
Se algum de vocês pensa que é sábio  
segundo os padrões desta era,  
deve tornar-se louco  
para que se torne sábio.*

*I Coríntios 3:18*



## RESUMO

### AGROECOLOGIA OU AGRICULTURA ORGÂNICA: REFLEXÕES A PARTIR DOS PROCESSOS DE CERTIFICAÇÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR

AUTORA: Josiane Rodrigues Miollo

ORIENTADORA: Gisele Martins Guimarães

Este trabalho apresenta discussões acerca da certificação de orgânicos no Brasil, elencando os processos históricos de construção dos marcos legais da legislação vigente, bem como as normativas exigidas para obtenção do selo de orgânicos. A Agricultura orgânica refere-se ao sistema produtivo, a partir de exigências técnicas de cultivo e manejo dos agroecossistemas, que devem ser livres de contaminantes químicos. Neste interim apresentam-se os processos de certificação de Produtos Orgânicos, vigentes no Brasil, a partir da legislação de orgânicos que rege os procedimentos para obtenção do selo. Os processos de certificação previstos em lei referem-se a elementos técnicos de âmbito produtivo, ambiental e econômico a serem incorporados nos sistemas produtivos. Entretanto, ao compreender a Agroecologia como paradigma de desenvolvimento rural emergente, como modo de vida e, portanto, para além das práticas agrícolas, a legislação de orgânicos pode estar reforçando distorções na compreensão das diferenças existentes entre os dois conceitos e ao salientar o caráter técnico da Agricultura Orgânica, pode estar constituindo obstáculos à agricultura familiar na obtenção do selo e mesmo comercialização dos produtos. Apresenta-se assim, a percepção de agricultores de base agroecológica, sobre os mecanismos de certificação de produtos orgânicos, identificando motivações e desafios enfrentados por estes na busca e/ou manutenção da certificação. Para tanto, se realizou uma pesquisa de abordagem qualitativa a partir de Estudo de Casos Múltiplos, constituídos por três famílias de agricultores familiares de base agroecológica imersos em processos de certificação da produção, na região central do Rio Grande do Sul. As narrativas apresentadas pelos entrevistados, bem como as observações diretas realizadas nas propriedades, apontam para os processos de certificação vigente, como complexos e por vezes incompatíveis com a realidade da agricultura familiar. Os entrevistados destacam como principal elemento motivador para a certificação a busca por reconhecimento de seus “modos de vida”. Observa-se neste contexto que a motivação para a certificação dos produtos não está na busca por lucratividade ou mercados (historicamente ocupados pelos agricultores e legitimados pelos consumidores a partir de relações de confiança) e sim, no campo do reconhecimento, trocas de experiências e construção de conhecimentos, advindos dos mecanismos de certificação participativa (SPG e OCS). Finaliza-se contextualizando a realidade socioprodutiva das famílias de agricultores entrevistados como em consonância com a Agroecologia reconhecendo a partir de seus modos de vida, elementos para além da Agricultura Orgânica. Por fim, sugere-se que os processos de certificação, ao considerarem Produtos Agroecológicos como sinônimo de Orgânicos não são capazes de legitimar a Agroecologia como modo de vida na agricultura familiar acenando assim, para os limites dos processos de certificação de orgânicos vigentes no País, quando pensados para essa categoria.

**Palavras-chave:** Agroecologia, Produção Orgânica, Certificação.



## ABSTRACT

### AGROECOLOGY OR ORGANIC AGRICULTURE: REFLECTIONS FROM CERTIFICATION PROCESSES IN FAMILY AGRICULTURE

AUTHOR: Josiane Rodrigues Miollo  
ADVISOR: Gisele Martins Guimarães

This paper presents discussions about the certification of organics in Brazil, listing the historical processes of construction of the legal frameworks of the current legislation, as well as the regulations required to obtain the organic seal. Organic Agriculture refers to the production system, based on technical requirements for cultivation and management of agroecosystems, which must be free of chemical contaminants. In the meantime, we present the certification processes of Organic Products, in force in Brazil, from the organic legislation that governs the procedures for obtaining the seal. The certification processes provided for by law refer to technical elements of productive, environmental and economic scope to be incorporated into production systems. However, by understanding Agroecology as an emerging rural development paradigm, as a way of life, and therefore, beyond agricultural practices, organic legislation may be reinforcing distortions in understanding the differences between the two concepts and by emphasizing the technical character of Organic Farming, may be obstacles to family farming in obtaining the seal and even marketing of products. Thus, the perception of agroecological farmers about the certification mechanisms of organic products is presented, identifying motivations and challenges faced by them in the search and/or maintenance of certification. Therefore, a qualitative approach research was carried out from the Multiple Case Study, consisting of three families of agroecological family farmers immersed in production certification processes, in the central region of Rio Grande do Sul. The narratives presented by the interviewees, as well as the direct observations made on the properties, point to the current certification processes as complex and sometimes incompatible with the reality of family farming. Respondents highlight as the main motivating element for certification the search for recognition of their "lifestyles". It is observed in this context that the motivation for product certification is not in the pursuit of profitability or markets (historically occupied by farmers and legitimized by consumers based on relationships of trust), but in the field of recognition, exchange of experiences and construction. from the participatory certification mechanisms (SPG and OCS). It concludes by contextualizing the socio-productive reality of the interviewed farmers' families as in line with Agroecology, recognizing from their lifestyles elements beyond Organic Agriculture. Finally, it is suggested that the certification processes, considering Agroecological Products as synonymous with Organic, are not able to legitimize Agroecology as a way of life in family farming, thus pointing to the limits of the organic certification processes in force in the country, when thought of for this category.

**Keywords:** Agroecology, Organic Production, Certification.



## LISTAS DE FIGURAS

Figura 1: Organograma da metodologia da pesquisa .....	38
Figura 2: Desenho artístico do mapa de Itaara e Santa Maria .....	40
Figura 3: Principais vertentes das Agriculturas Alternativas .....	45
Figura 4: 4º e última edição do EBBA em 1989, Porto Alegre – RS .....	56
Figura 5: CAPA - Mapa de atuação na Região Sul do País .....	60
Figura 6: Geração de credibilidade na certificação participativa da Rede Ecovida de Agroecologia .....	62
Figura 7: Principais características dos mecanismos de certificação da qualidade orgânica segundo o Decreto nº 6.323/2007 .....	69
Figura 8: Crescimento do número de produtores orgânicos cadastrados junto ao MAPA de 2012-2019 .....	75
Figura 9: Ilustração da trajetória de vida da Família Streck .....	88
Figura 10: Ilustração da trajetória dos Amigos de Itaara .....	111
Figura 11: Ilustração da trajetória da Família Becker .....	141
Figura 12: Organograma com a síntese das discussões da pesquisa .....	174-175



## LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Imagem aérea da propriedade da Família Streck .....	80
Imagem 2: Produção vegetal da Família Streck .....	82
Imagem 3: Produção animal da Família Streck .....	82-84
Imagem 4: Feira Agroecológica da Praça Saturnino de Brito em Santa Maria, RS .....	87
Imagem 5: Casal Streck no momento da entrevista .....	97
Imagem 6: Sr. Streck mostrando as mudas de árvores que ele recém havia plantado .....	98
Imagem 7: Avifauna silvestre forrageando e vocalizando junto à propriedade .....	98
Imagem 8: Mamífero silvestre forrageando ao entardecer próximo a propriedade .....	99
Imagem 9: Marrecos em área calçada nos fundos da propriedade .....	100
Imagem 10: Bosque formando uma espécie de “oca” no pátio da propriedade .....	101
Imagem 11: Parte interna do bosque com uma lanterna lamparina e flores .....	101
Imagem 12: Gramado, flores e áreas calçadas e cobertas ao redor da propriedade .....	102
Imagem 13: Almoçando com a Família Streck .....	102
Imagem 14: O cavalo Gambá sendo medicado com fitoterápicos pelos amigos .....	103
Imagem 15: Imagem aérea da propriedade dos Amigos de Itaara .....	105
Imagem 16: Estufa com mudas sendo cultivadas .....	106-107
Imagem 17: Rodrigo fazendo o manejo com os cavalos usados como tração animal .....	107
Imagem 18: Moedor de grãos artesanal .....	109
Imagem 19: Agroindústria com teto verde em construção .....	109
Imagem 20: Produção vegetal dos Amigos de Itaara .....	110
Imagem 21: Visita de pares realizadas na propriedade dos Amigos de Itaara .....	116
Imagem 22: Trocas de conhecimentos e experiências proporcionada pela visita .....	117
Imagem 23: Avifauna silvestre forrageando e vocalizando junto a propriedade .....	129
Imagem 24: Poço artesiano na propriedade .....	130
Imagem 25: Momento de lazer com os amigos junto a natureza .....	130
Imagem 26: Piscina desativada .....	131
Imagem 27: Redes de descanso em áreas abertas das residências dos amigos .....	131
Imagem 28: Estrada em frente à residência dos Amigos de Itaara .....	132
Imagem 29: Almoçando com os Amigos de Itaara .....	133
Imagem 30: Amigos de Itaara no momento da entrevista .....	133
Imagem 31: Imagem aérea da propriedade dos Becker .....	134
Imagem 32: Estufa da Família Becker .....	136
Imagem 33: Vacas leiteiras recém ordenhadas e terneiros alimentados pelo Denis .....	137
Imagem 34: Galinhas criadas em ambiente aberto e caixas de abelhas .....	138
Imagem 35: Alguns alimentos produzidos na agroindústria da Família Becker .....	139
Imagens 36: Produção vegetal da Família Becker .....	139-140
Imagem 37: Esquema de trabalho do dia 27 de novembro de 2018 .....	140
Imagem 38: Visita de fiscalização da OCS realizada na propriedade dos Becker .....	146
Imagem 39: “Trator de galinhas” utilizado para o controle biológico das estufas .....	150
Imagem 40: Cópia do certificado de orgânico da Família Becker colado no carro .....	154
Imagem 41: Flores na sacada da residência .....	157
Imagem 42: Pátio arborizado com um lindo jardim .....	157
Imagem 43: Piscina ao lado da residência .....	158
Imagem 44: Avifauna silvestre forrageando e vocalizando junto à propriedade .....	159
Imagem 45: ERS 516 em frente a propriedade da Família Becker .....	160
Imagem 46: Almoçando com a Família Becker .....	161
Imagem 47: Família Becker no momento da entrevista .....	161



## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1: Dimensões de análise e seus respectivos indicadores observados .....	162
--	-----



## LISTA DE ABREVIATURAS

ABA - Associação Brasileira de Agroecologia  
ABCAR - Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural  
AFAS - Associação de Famílias da Agricultura Sustentável  
ANA - Articulação Nacional de Agroecologia  
ASA - Articulação Semiárido  
CAPA - Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia  
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico  
CPOrg-UF - Comissões da Produção Orgânica nas Unidades da Federação  
CSA - Community Supported Agriculture  
CTAO - Câmara Temática de Agricultura Orgânica  
Ecovida - Rede Ecovida de Agroecologia  
EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural e Associação Sulina de Crédito Rural (EMATER/RS-ASCAR)  
EMBRATER - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural  
GATS – Grupo de Agroecologia Terra Sul  
IN – Instrução Normativa  
MAPA – Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento  
NEAs- Núcleos de Estudos em Agroecologia  
OCS - Organização de Controle Social  
OPAC - Organismo Participativo de Avaliação de Conformidade Orgânica  
PNAPO - Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica  
PRV - Pastoreio Racional Voisin  
SisOrg - Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica  
SPGs - Sistemas Participativos de Avaliação da Conformidade Orgânica  
STPOrg - Subcomissão Temática de Produção Orgânica  
UFSM – Universidade Federal de Santa Maria



## SUMÁRIO

<b>QUEM ESCREVE ESTA DISSERTAÇÃO?</b> .....	<b>26</b>
<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>31</b>
1.1 PROBLEMA DA PESQUISA .....	33
1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA .....	33
1.2.1 Objetivo Geral .....	33
1.2.2 Objetivos Específicos .....	34
<b>2 METODOLOGIA</b> .....	<b>35</b>
2.1 LOCAIS DA PESQUISA .....	38
<b>3 A EMERGÊNCIA DAS AGRICULTURAS ALTERNATIVAS COMO MOVIMENTO CONTRA-HEGEMÔNICO À AGRICULTURA CONVENCIONAL</b> .	<b>40</b>
3.1 AGRICULTURAS ALTERNATIVAS: DOS MOVIMENTOS REBELDES À CONSTRUÇÃO DA AGROECOLOGIA COMO PARADIGMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL.....	40
3.1.1 A Agricultura Biodinâmica .....	44
3.1.2 Agricultura Orgânica .....	45
3.1.3 Agricultura Biológica.....	46
3.1.4 Agricultura Natural .....	46
3.1.5 Permacultura.....	47
3.1.6 Agricultura Regenerativa.....	47
3.1.7 Agricultura Ecológica .....	48
3.1.8 Agroecologia .....	49
3.2 A AGROECOLOGIA COMO PARADIGMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL EMERGENTE: TÉCNICA, CIÊNCIA E MOVIMENTO .....	49
3.3 A AGROECOLOGIA NO BRASIL: EMERGÊNCIA NO AMBIENTE ACADÊMICO E ESPAÇOS INSTITUCIONAIS .....	53
3.4 INSTITUIÇÕES DE APOIO À AGROECOLOGIA: DESTAQUE PARA AS ORGANIZAÇÕES QUE ATUAM NA REGIÃO CENTRAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.....	58
3.4.1 Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA).....	58
3.4.2 Rede Ecovida de Agroecologia.....	59
3.4.3 Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER).....	61
<b>4 A LEGISLAÇÃO DE ORGÂNICOS NO BRASIL E OS PROCESSOS DE CERTIFICAÇÃO DOS PRODUTOS</b> .....	<b>63</b>
4.1 AGROECOLOGIA OU AGRICULTURA ORGÂNICA: ACORDOS E CONTROVERSAS.....	70
<b>5 APRESENTAÇÃO DAS FAMÍLIAS AGRICULTORAS DE BASE AGROECOLÓGICA: TRAJETÓRIAS, MOTIVAÇÕES E DESAFIOS</b> .....	<b>77</b>
5.1 PRIMEIRO CASO: FAMÍLIA STRECK.....	77
5.1.1 Apresentação da propriedade e da família .....	78
5.1.2 A Certificação de orgânicos na Família Streck: percepções, motivações e desafios	84
5.1.3 Discussões iniciais sobre certificação participativa em Santa Maria .....	84
5.1.4 A conquista da certificação orgânica .....	86

<b>5.2</b>	<b>SEGUNDO CASO: AMIGOS DE ITAARA .....</b>	<b>102</b>
<b>5.2.1</b>	<b>Apresentação da propriedade e das famílias .....</b>	<b>103</b>
<b>5.2.2</b>	<b>Locais de comercialização e tipo de certificação .....</b>	<b>111</b>
<b>5.2.3</b>	<b>Certificação para os Amigos de Itaara: percepções, motivações e desafios .....</b>	<b>112</b>
<b>5.3</b>	<b>TERCEIRO CASO: FAMÍLIA BECKER .....</b>	<b>133</b>
<b>5.3.1</b>	<b>Apresentação da propriedade e da família .....</b>	<b>133</b>
<b>5.3.2</b>	<b>Locais de comercialização e tipo de certificação .....</b>	<b>141</b>
<b>5.3.3</b>	<b>Certificação para a Família Becker: percepções, motivações e desafios .....</b>	<b>142</b>
<b>6</b>	<b>OS AGRICULTORES DE BASE AGROECOLÓGICA: MOTIVAÇÕES E DESAFIOS PARA A CERTIFICAÇÃO DOS PRODUTOS .....</b>	<b>161</b>
<b>6.1</b>	<b>CERTIFICAÇÃO: MOTIVAÇÕES E DESAFIOS .....</b>	<b>165</b>
<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>175</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>178</b>
	<b>APÊNDICE 1 .....</b>	<b>190</b>
	<b>APÊNDICE 2 .....</b>	<b>191</b>

## QUEM ESCREVE ESTA DISSERTAÇÃO?

Início esta dissertação me apresentando como sujeito do “mundo da vida” e ator do “mundo do sistema”. Faço esta analogia tendo como referência os preceitos de Habermas e sua teoria do agir comunicativo (HABERMAS, 2012).

Este autor, embora não tenha centralidade neste trabalho, muito contribuiu para compreensão de minhas angústias como filha de agricultores familiares e acadêmica de Zootecnia. Os conflitos causados pelo distanciamento das abordagens técnicas do curso à realidade social e produtiva de minha família, ao mesmo tempo em que constituíram minhas angústias (afinal: porque cursar Zootecnia?) construíram minhas fortalezas no questionamento ao sistema social e produtivo que hoje predominam no universo “Agro”. Seria possível ser Zootecnista dentro de outra lógica para além do profissional que domina técnicas de confinamento, nutrição, genética e de inserção de produtos no mercado internacional? Para responder esta questão peço licença para contar um pouco da minha história como mulher, jovem e filha única (mundo da vida) até a minha formação acadêmica em meio ao mundo do sistema.

Pois bem, filha e neta de agricultores familiares, cresci no rural, em contato com a natureza, onde sempre estive envolvida nas atividades realizadas pela minha família. Após ter condições de acessar o ensino superior, optei por cursar Zootecnia, na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Assim, me sentia mais próxima da minha família e das atividades que sempre desempenhávamos juntos. Queria buscar uma formação, adquirir conhecimento, para depois poder ajudar minha família através dos conhecimentos adquiridos na universidade.

Após começar a cursar Zootecnia no ano de 2012, acabei me frustrando, pois, o direcionamento da grade acadêmica oferecida ainda estava muito atrelado às dinâmicas produtivas da “Revolução Verde”. O conhecimento adquirido no curso era, quase em sua totalidade, voltado aos empresários rurais e às grandes empresas produtoras de alimentos de origem animal, com uma forte preocupação em formar técnicos ou professores para atender demandas do Agronegócio.

Passaram-se os semestres e, quanto mais avançava no curso, ficava claro que não teria subsídios necessários para sanar meus anseios de trabalhar na agricultura familiar. Infelizmente esse tipo de formação, não adequada a muitas realidades, pode estar contribuindo para o aumento da falta de sucessão familiar no rural. Assim, o conhecimento

adquirido por mim no curso, não iria ajudar minha família. Portanto voltar para casa e trabalhar com meus pais não seria uma opção.

O curso de Zootecnia da UFSM adequou a sua grade curricular<sup>1</sup> para que as aulas teóricas fossem ofertadas somente em um turno do dia, pois os alunos devem se envolver com os estágios extracurriculares ofertados nos setores de criação animal da Universidade. No final do quarto semestre do curso eu ainda estava sem estagiar nos setores, já havia tentado em alguns, mas não me adequava e acabava me desligando em pouco tempo.

Ao cursar a disciplina de “Criação de animais silvestres”, consegui vislumbrar uma realidade mais adequada aos meus anseios. Sendo assim procurei o professor que ministrava essa disciplina e comecei um estágio na área de conservação de fauna silvestre juntamente com alunos do curso de Biologia, os quais ele orientava.

Neste processo de estágio, trabalhei na coleta de dados para uma pesquisa de mestrado na área da ornitologia, onde adquiri conhecimento sobre aves silvestres, despertando em mim uma paixão. A partir de então, vinculei-me ao Clube de Observadores de Aves de Santa Maria (COA-SM). As saídas de campo, tanto no estágio quanto no Clube, me ensinaram a ver a natureza de uma maneira diferente, quase que poética, mais viva e com um valor imensurável para nossa sobrevivência. Em razão disso, comecei a observar mais a maneira como os agricultores viam e tratavam a natureza em seu dia-a-dia, o que mais tarde descobri ser um interesse por estudar a percepção ambiental das famílias agricultoras.

Entretanto, quanto mais eu evoluía dentro do curso de Zootecnia percebia o afastamento da área a qual eu estava me dedicando. Na metade do curso, por não estar vinculada a um setor que pudesse me oferecer bolsa de pesquisa, resolvi me vincular ao grupo PET Zootecnia<sup>2</sup> que além de ofertar uma bolsa, poderia auxiliar muito em meu crescimento profissional, pois trabalha baseado no tripé Ensino, Pesquisa e Extensão.

Fazendo parte deste grupo evolui muito, aprendi a trabalhar em equipe, organizei diversos eventos (palestras, cursos, congressos, fóruns, etc.) e principalmente, superei a vergonha de falar em público, que sempre foi um limitante. Porém, estando envolvida neste grupo sentia-me pressionada a publicar trabalhos para serem apresentados em eventos, o que não acontecia com muita frequência onde estagiava. Em decorrência disto, vinculei-me a um

---

<sup>1</sup> Grade curricular do curso. Disponível em: <<https://www.ufsm.br/cursos/graduacao/santa-maria/zootecnia/horarios>>. Acesso em: 13 nov. 2019.

<sup>2</sup> O Programa de Educação Tutorial é desenvolvido por grupos de estudantes, com tutoria de um docente, organizados a partir de formações em nível de graduação nas Instituições de Ensino Superior do País. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/pet>>. Acesso em: 13 nov. 2019.

grupo de pesquisa que trabalha com a cadeia produtiva da carne bovina e, então me afastei totalmente do que eu queria pesquisar.

Neste grupo de pesquisa participei de vários projetos, publiquei trabalhos e aprendi muito, mas não estava feliz com os trabalhos desenvolvidos. Então, ainda trabalhando neste grupo, já no final do curso, cursei as disciplinas de “Tópicos em Desenvolvimento Rural” e “Tópicos em Legislação Agrária e Ambiental” que dialogavam muito com a agricultura familiar e suas dinâmicas socioprodutivas. Foi assim que uma esperança despertou em mim, pois mesmo sendo Zootecnista poderia aprofundar meu conhecimento nestas áreas e assim finalmente fazer o que eu sempre quis ao ingressar neste curso.

Com a intenção de encontrar um tema para escrever meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), tomei a atitude de desvincular-me do grupo de pesquisa o qual participava, por entender que não conseguiria escrever um bom trabalho a partir de uma temática com a qual eu não me identificava. A partir disso, procurei orientação da professora Gisele Martins Guimarães, vinculada ao Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural da UFSM, pois as disciplinas que me despertaram interesse eram ministradas por ela. Sendo assim, percebi que ali conseguiria suprir as lacunas de conhecimento que o restante do curso não supriu. Desde então, sob sua orientação comecei a pesquisar sobre Pastoreio Racional Voisin (PRV) e produção de base ecológica.

Neste mesmo período comecei a desenvolver atividades junto ao Grupo de Agroecologia Terra Sul (GATS)<sup>3</sup> onde descobri a Agroecologia e me encantei por essa temática, pois ao trabalhar ancorada nas dimensões da sustentabilidade, a Agroecologia discutia a questão ambiental. Foi assim que percebi que poderia trabalhar novamente pesquisando minha antiga paixão dentro da Zootecnia. Eu poderia observar as aves silvestres e as relações do ser humano com a natureza em minhas pesquisas sem ser uma bióloga, pois no decorrer do curso de Zootecnia, muitas vezes pensei em desistir para cursar Biologia, área com a qual possuía uma maior identificação.

Com muito entusiasmo escrevi meu TCC e adquiri conhecimento, o quanto mais eu estudava o PRV e a Agroecologia, mais eu me deslumbrava nesse novo mundo, até então desconhecido para mim. No último semestre do curso de Zootecnia fiz o estágio curricular obrigatório no Escritório Municipal da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) de Santa Maria, onde fui supervisionada pelo Técnico e Médico Veterinário

---

<sup>3</sup> O Grupo de Agroecologia Terra Sul (GATS) surge na Universidade Federal de Santa Maria no ano de 2002, para suprir a necessidade de discussão sobre o paradigma da agricultura sustentável, já que o ambiente universitário apresenta um modelo voltado para os interesses dos grandes grupos agroindustriais (KAUFMANN et al., 2009)

Ricardo Machado, que é referência em PRV e agricultura de base ecológica no Estado (RS). Neste estágio conheci diversas propriedades de agricultores familiares dispersas pelos distritos do município de Santa Maria, muitas destas famílias trabalham com o sistema de PRV na produção leiteira e algumas trabalham com a produção de hortifrutigranjeiros de base agroecológica.

No decorrer do estágio participei do início do processo de formação de um grupo de agricultores de base agroecológica da região central do RS. Esses agricultores reuniam-se periodicamente em busca de um local para comercialização de seus produtos agroecológicos. Diante disso, foi ofertado pela UFSM um espaço de comercialização dentro do Campus Sede em Santa Maria mediante comprovação de certificação Orgânica. Neste caso, a certificação se faz importante por ser um instrumento de formalização e legitimação do processo de produção e procedência dos produtos, garantido não só a segurança do consumidor, mas também do agricultor, por estarem dentro de um espaço institucionalizado. A necessidade da certificação passou a ser então um dos objetivos dos encontros do grupo.

Acompanhei os técnicos da EMATER-RS durante as visitas a estas propriedades e nas diversas reuniões de discussões sobre como se daria esse processo no grupo em formação. As reuniões geralmente ocorriam na UFSM, pois assim como a EMATER-RS, a universidade estava oferecendo suporte aos agricultores, além de estarem organizando a formação de uma feira orgânica que funcionaria dentro da universidade, feira essa que já existe, a Feira Orgânica Ana Primavesi. A certificação adotada se deu via Organização de Controle Social (OCS).

Após ter contato com esta realidade, até então desconhecida por mim, a minha curiosidade foi despertada. Senti a necessidade de conhecer um pouco melhor a vivência e o caminho percorrido pelos agricultores de base agroecológica no processo de certificação. Já que, ao acompanhá-los no início dessa trajetória, observei o quanto esse processo pode ser demorado e complicado para eles.

Com o término do curso de Zootecnia encontrei no mestrado em Extensão Rural da UFSM a oportunidade de continuar aprofundando os meus conhecimentos, já que a experiência a ser vivida junto aos agricultores me proporcionaria uma percepção mais aguçada em relação à temática. Então, ao ingressar no mestrado procurei desenvolver minha pesquisa com o objetivo de conhecer a percepção desses agricultores sobre os mecanismos de certificação de produtos orgânicos, identificando as motivações e os desafios enfrentados por eles na busca e/ou manutenção da certificação.

Assim, apresentando minha trajetória acadêmica, minhas referências pessoais e minhas angústias, passo a lhes apresentar meu trabalho de pesquisa. Tão caro para mim e que muito vem me ensinando. Sigo na busca de minha realização profissional, mas com a certeza de que muito aprendi e que ainda há muito mais para conhecer!

## 1 INTRODUÇÃO

O mercado de produtos orgânicos está em contínuo crescimento no País. Segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) o número de produtores certificados cadastrados cresceu praticamente 200%<sup>4</sup> no período de 2012 a 2019, dado o aumento da demanda da população por alimentos saudáveis e livres de agrotóxicos. Esse fato configura novas tendências de consumo em uma sociedade de risco (BECK, 1996), onde a confiança nas instituições é instável e questionada.

Dessa maneira, muitos agricultores têm se mobilizado em busca da certificação orgânica, pois além de representar um nicho de mercado, onde os consumidores estão dispostos a investirem mais em produtos de qualidade, também envolve uma discussão sobre saúde. Visto que, cada vez mais estudos são publicados no sentido de alertar à população sobre os perigos no uso de agrotóxicos na produção de alimentos (MOREIRA et al., 2002; STOPPELLI; MAGALHÃES, 2005; ALMEIDA et al., 2009). Mesmo assim, somente no ano de 2019 foram liberados para comercialização e uso na agricultura brasileira, mais de 260 novos agrotóxicos, muitos deles proibidos na Europa, o que pode agravar ainda mais o cenário da produção orgânica e principalmente da Agroecologia.

A preocupação com o uso indiscriminado de agrotóxicos e com os impactos negativos consequentes da modernização agrícola é discutida desde a década de 70, quando surgem os movimentos contra-hegemônicos no País, contestando a modernização da agricultura e outros aspectos da imposição do capital sobre a sociedade. Neste cenário de reivindicações, nasce o movimento da Agricultura Alternativa como resposta à hegemonia do capitalismo no rural (EHLERS, 1999). Com isso, emergem (SANTOS, 2002) diferentes formas de fazer e pensar a agricultura, (agriculturas alternativas) destacando-se, entre outras, a Agricultura Orgânica e a Agroecologia.

Como síntese da definição colocada na legislação de orgânicos, a Agricultura Orgânica está embasada teoricamente nas técnicas de produção, visando a produção e comercialização (certificada) de alimentos livres de contaminantes químicos, que atendam as demandas dos consumidores preocupados com a qualidade dos alimentos que consomem. Além disso, tem uma preocupação com as questões ambientais e procura produzir causando o mínimo de impacto aos agroecossistemas.

---

<sup>4</sup> Conforme apresentado na Figura 8.

A Agroecologia, por sua vez, conforme a definição de autores como Padula et al. (2013), Wezel et al. (2009), Caporal; Paulus; Costabeber (2009), Aquino e Assis (2005) e outros, além de considerar os aspectos técnicos de produção, tem sua fundamentação para além do sistema produtivo (recursos, insumos, tecnologias, entre outros) incorporando princípios de ética social, solidariedade, inclusão socioprodutiva (questões relacionadas ao trabalho da mulher e do jovem, por exemplo) entre outros, como condicionantes para alcançar a sustentabilidade trazendo ao discurso questões sociais, políticas, culturais e éticas para serem pensadas e incrementadas na agricultura e na sociedade.

Neste interim de discussões e avanços em torno de agriculturas alternativas, no final da década de 90 são estruturadas no Brasil as legislações em torno da produção orgânica. As primeiras iniciativas eram fortemente inspiradas nos preceitos da Agroecologia. No entanto, a aprovação de normativas que definiam os procedimentos para o credenciamento das certificadoras não reconhecia diferentes sistemas de geração de credibilidade da qualidade orgânica. Diante deste fato, muitos dos atores atuantes no movimento orgânico do País, como ONGs e Movimentos Sociais, não concordavam com essa normativa, o que culminou na alteração da Instrução Normativa (IN) nº 007/1999 que passou a aderir à premissa de um processo de certificação mais adequado às características de cada região em que atua.

Em seguida, como resultado das reivindicações dos movimentos sociais, em 2003, é criada a Lei nº 10.831/2003. Mais tarde é aprovado o Decreto nº 6.323/2007 regulamentando a lei, que entre seus dispositivos passa a incorporar a possibilidade de certificação participativa e controle social, aos agricultores familiares, legitimando assim os Sistemas Participativos de Garantia (SPG) e, por meio das Organizações de Controle social (OCS) possibilitando a venda direta sem certificação, somente com a garantia da conformidade orgânica dos produtos.

Destaca-se entre os avanços institucionais, em prol da Agricultura Orgânica e da Agroecologia, a criação de diferentes tipos de certificação dos produtos, o que vem facilitando o reconhecimento dos produtos advindos da agricultura familiar. No entanto, atenta-se para o fato da legislação desconsiderar o conceito de Agroecologia e elencá-la como sinônimo de Agricultura Orgânica, expressando assim, um reducionismo do amplo significado da Agroecologia como um paradigma de desenvolvimento rural emergente. Principalmente para a agricultura familiar caracterizada pelo uso da mão-de-obra familiar, pequenas propriedades, produção de alimentos para autoconsumo, comercialização dos excedentes em circuitos curtos (feiras, entregas de cestas e entregas a domicílio), construção de laços de confiança com os consumidores de seus produtos, entre outros.

A partir da legislação são delimitadas preocupações com a normatização do “fazer agrícola” com base nos itens de obrigatoriedade dispostos na IN nº 46/2011 que orienta o “Plano de Manejo” e os requisitos gerais dos sistemas orgânicos de produção, se referindo às questões ambientais, às atividades econômicas, entre outros itens técnicos que orientam os processos de certificação.

Este trabalho argumenta que os processos de certificação de orgânicos no Brasil, embora tenham criado um mecanismo de certificação específico para a agricultura familiar, os Organizações de Controle Social (OCS), que lhes assegura a garantia da conformidade orgânica na venda direta, pode estar criando obstáculos para produção e comercialização dos produtos. Visto que, a obrigatoriedade de alguns itens disposto nas normativas (distanciamento entre as áreas certificadas e áreas de cultivos convencionais, considerando o tamanho e localização de algumas propriedades) podem estar dificultando a valorização dos produtos de base agroecológica produzidos pela agricultura familiar. O que pode apresentar dificuldades de adequação aos dispositivos da legislação ou mesmo de comercialização de seus produtos.

Diante deste cenário, a presente pesquisa tem por objetivo conhecer a percepção dos agricultores de base agroecológica sobre os mecanismos de certificação de produtos orgânicos, identificando motivações e desafios enfrentados por estes na busca e/ou manutenção da certificação.

## 1.1 PROBLEMA DA PESQUISA

A partir da Legislação brasileira, que orienta os procedimentos sociotécnicos para a obtenção da Certificação Orgânica, pergunta-se: Como os agricultores de base agroecológica percebem o processo de certificação dos produtos orgânicos, e quais suas motivações e desafios para a certificação?

## 1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA

### 1.2.1 Objetivo Geral

Interpretar a percepção dos agricultores de base agroecológica sobre os mecanismos de certificação de produtos orgânicos, identificando motivações e desafios enfrentados por estes na busca e/ou manutenção da certificação.

### **1.2.2 Objetivos Específicos**

- Contextualizar o histórico de criação das legislações de orgânicos no país identificando como a Agroecologia foi contemplada nesse processo;
- Identificar as percepções e as motivações dos agricultores de base agroecológica em relação a certificação orgânica;
- Conhecer as limitações e desafios impostos pelo processo de certificação para o “fazer agrícola” dos agricultores de base agroecológica.

## 2 METODOLOGIA

Com a intenção de interpretar a percepção dos agricultores de base agroecológica sobre os mecanismos de certificação de produtos orgânicos adotou-se a abordagem de estudo qualitativa por julgar-se a mais adequada à pesquisa em questão. Minayo (2009), afirma que essa abordagem de estudo se concentra em interpretar os significados que não são visíveis no mundo e que não podem ser resumidos à operacionalização de variáveis quantificáveis, mas que podem ser expostos, interpretados e explicados pelos pesquisadores.

Em relação aos objetivos propostos, a pesquisa classifica-se como exploratória. Segundo Gil (2008), a pesquisa exploratória tem como objetivo o aprimoramento de ideias e seu planejamento é flexível de forma que possibilite a consideração de diversos aspectos relativos ao fato estudado. Este tipo de estudo envolve levantamento bibliográfico e entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado. A pesquisa foi planejada com flexibilidade, permitindo o estudo do tema sob diversos ângulos e aspectos envolvendo levantamentos bibliográficos, citações e exemplos que facilitaram o entendimento do assunto.

Em conformidade com a abordagem de estudo escolhida para o desenvolvimento e delineamento desta pesquisa, utilizou-se o estudo de caso como método, onde foram analisados três casos, conferindo à pesquisa característica de estudo de casos múltiplos. A escolha por casos múltiplos se deu principalmente por entender que as famílias de agricultores possuem características e percepções únicas, além de serem certificadas por sistemas diferenciados de certificação, por esses motivos, não sendo possível reunir as três em um único caso.

Segundo Gray (2012), os estudos de caso exploram temas e fenômenos em seu contexto real, procurando atribuir relações causais, indo além de apenas descrever as situações pesquisadas. O estudo de casos múltiplos tem a vantagem de possibilitar a comparação de semelhanças e contrastar diferenças entre os casos (YIN, 2001). Neste sentido, a escolha das três famílias de agricultores foi intencional, pois apresentam características importantes para o objetivo desse estudo, visto que são agricultores familiares de base agroecológica, e os mesmos fazem ou já fizeram parte dos processos de certificação voltados à agricultura familiar, sistemas participativos de certificação e Organização de Controle Social (OCSs).

Os instrumentos de pesquisa utilizados foram as entrevistas com os agricultores e alguns agentes de desenvolvimento rural, envolvidos nos processos de certificação, e observação direta nas propriedades das famílias agricultoras de base agroecológica. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas, focalizadas, onde não há uma ordem de perguntas, mas sim um roteiro de tópicos relativos ao problema que se deseja estudar.

Em um primeiro momento, as entrevistas seriam realizadas somente com as famílias agricultoras de base agroecológica, mas no decorrer da pesquisa houve a necessidade de entrevistar outros agentes que foram surgindo na narrativa desses agricultores, pois somente dessa forma algumas lacunas puderam ser esclarecidas para o melhor entendimento do estudo. Segundo a classificação sugerida por Marconi e Lakatos (2003), a entrevista consiste na técnica em que o pesquisador tem a possibilidade de conversar diretamente com seus sujeitos pesquisados a fim de obter informações de determinado assunto ou tema.

Quanto ao roteiro de observação<sup>5</sup>, que está disposto juntamente com o roteiro das entrevistas, este foi composto por sete itens que permitiram identificar a Agroecologia para além da produção orgânica. Os elementos de observação foram: Relação ser humano/natureza, Fontes de água de qualidade, Presença de corredores ecológicos, Condições de infraestrutura/acesso a propriedade, Diversidade de produtos na alimentação/soberania alimentar, Oportunidades de fala entre os membros da família no momento da entrevista (mulher)<sup>6</sup> e Elementos que apontam uma boa qualidade de vida.

A observação direta é uma técnica que possibilita a coleta de dados a partir dos sentidos do pesquisador. Nesta pesquisa foi realizada a técnica de observação direta, não participante, individual, efetuada na vida real, em consonância com a classificação sugerida por Marconi e Lakatos (2003). Uma outra técnica também utilizada, foi a história de vida, representada neste estudo por meio de ilustrações da trajetória de vida de cada família estudada. De acordo com Haguette (1992), a técnica da história de vida requer uma compreensão íntima da vida dos sujeitos, o que permite que os temas abordados sejam estudados do ponto de vista de quem os vivencia, com suas suposições, seus mundos e suas histórias.

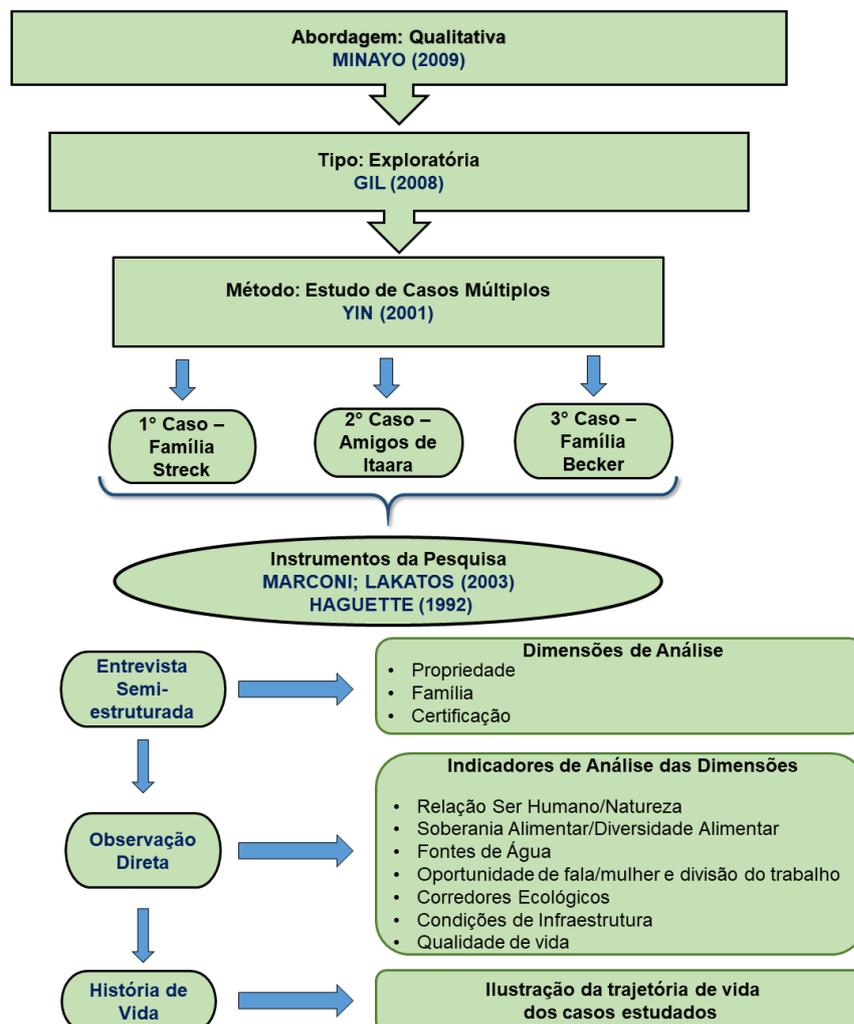
---

<sup>5</sup> O Roteiro de observação encontra-se anexados nos apêndices.

<sup>6</sup> Quanto ao item observado, “oportunidade de fala”, este está relacionado somente à oportunidade que cada membro da família teve de falar no momento das entrevistas. Dessa forma, observou-se principalmente as colocações feitas pelas mulheres, na intenção de perceber o seu protagonismo e as relações de respeito entre cada um dos integrantes da família. A escolha por utilizar o termo “oportunidade de fala” ao invés do popular “lugar de fala”, está relacionado ao seu amplo conceito. Visto que, de acordo com Ribeiro (2017) este termo confere uma ênfase ao lugar social ocupado pelos indivíduos numa matriz de dominação e opressão, no âmbito das relações de poder, ou seja, as condições sociais que autorizam ou negam o acesso de determinados grupos a lugares de cidadania. Portanto, esse conceito acaba sendo muito abrangente para a delimitação dessa pesquisa.

O período que compreendeu a realização das entrevistas e das observações diretas foi em novembro de 2018 e abril de 2019. A análise dos dados foi estruturada da seguinte forma: as questões-chave da entrevista formaram as Dimensões de Análise centrais da pesquisa e os itens observados formaram os Indicadores de Análise dessas Dimensões, conforme segue na figura 1 o organograma da estrutura da metodologia da pesquisa. Sendo assim, cada indicador de análise foi agrupado em sua respectiva dimensão: Dimensão Propriedade (Relação ser humano/natureza, Fontes de água, Corredores ecológicos e Condições de Infraestrutura), Dimensão Família (Qualidade de vida, Oportunidade de fala, Diversidade alimentar/soberania alimentar) e Dimensão Certificação (Tipo de certificação, Assistência Técnica, Destinos de Comercialização, Benefícios), o que será melhor explicado em um quadro anexado no capítulo 6, onde serão realizadas as discussões dos dados da pesquisa.

Figura 1: Organograma da metodologia da pesquisa.



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

## 2.1 LOCAIS DA PESQUISA

O presente estudo foi realizado junto a três famílias de agricultores de base agroecológica residentes na Região Central do Rio Grande do Sul, sendo duas famílias do município de Santa Maria e uma família do município de Itaara.

O município de Santa Maria conta com uma população de 261.031 habitantes, conforme dados do último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mas a população estimada é de 280.505 habitantes para ano de 2018 (IBGE, 2010). É considerada a quinta cidade mais populosa do Rio Grande do Sul, onde a maior parte da população reside na área urbana do município, 95,14% e apenas 4,86% residem na área rural (IBGE, 2010). O território é composto pela Sede, (1º distrito - área urbana) e mais nove distritos (área rural) (PMSM, 2019).

O Município de Santa Maria é considerado o maior mercado consumidor da Região Central do Rio Grande do Sul. Pois a maior parte da sua população é urbana e a cidade é cercada por pequenos municípios, com características da agricultura familiar, produtores de hortifrutigranjeiros e produtos de agroindústrias, que abastecem mais de 14 feiras existentes na cidade de Santa Maria (FERNANDES; GODOI; NUNES, 2018).

O espaço rural do município é ocupado principalmente pela agricultura familiar, com aproximadamente 87% das propriedades constituídas por agricultores familiares (CANCELIER et al., 2017). A matriz econômica agrícola do município baseia-se no cultivo de soja, milho, arroz, fumo e feijão, além da expressiva importância da bovinocultura de leite e de corte, com alguma relevância para a ovinocultura (EMATER/RS-ASCAR, 2019).

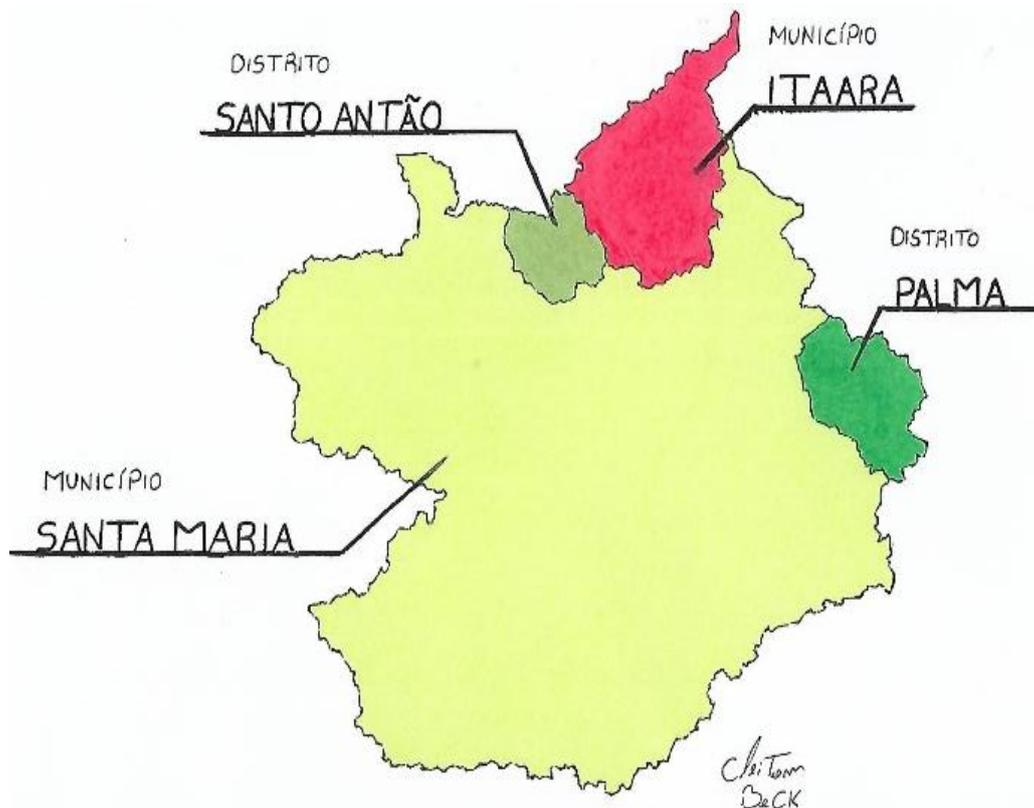
Por sua vez, o município de Itaara apresenta uma população de 5.010 habitantes, de acordo com os dados do IBGE de 2010, mas a população estimada é de 5.459 habitantes para o ano de 2018. Sendo que 79,2% da população residem na área urbana e 20,8% na área rural (IBGE, 2010). O território de Itaara faz limites com o território de Santa Maria, ao Sul (distrito da Sede e distrito de Santo Antônio) e ao leste (distrito de Arroio Grande).

Por esse motivo, foi distrito de Santa Maria até o ano de 1995, quando pela Lei estadual nº 10.643 de 28 de dezembro de 1995, foi criado oficialmente o Município de Itaara e instalado em 1 de janeiro de 1997, desmembrando-o oficialmente do Município de Santa Maria (RIO GRANDE DO SUL, 1995). Possui número significativo de agricultores familiares que comercializam seus produtos na cidade vizinha, em feiras, entregas de cestas e entregas à domicílio. A matriz econômica agrícola do município baseia-se principalmente na

produção de grão, como soja, milho e trigo, além da produção de uva, tangerina e laranja. Ainda há uma pequena importância na pecuária relativo a ovinocultura (SILVA, 2013).

A seguir, na figura 2, segue o desenho artístico do mapa de Itaara e Santa Maria, destacando-se os dois distritos do município de Santa Maria, onde a pesquisa realizou-se.

Figura 2: Desenho artístico do mapa de Itaara e Santa Maria.



Fonte: Elaborado por Beck (2019) a pedido da autora.

Assim descrita a metodologia da pesquisa, no capítulo que segue, apresenta-se o referencial teórico que dá *corpus* acadêmico a este trabalho e procura responder os dois primeiros objetivos específicos desta pesquisa.

### **3 A EMERGÊNCIA DAS AGRICULTURAS ALTERNATIVAS COMO MOVIMENTO CONTRA-HEGEMÔNICO À AGRICULTURA CONVENCIONAL**

Este capítulo tem como objetivo apresentar a evolução das agriculturas alternativas como movimento contra-hegemônico à agricultura convencional, contextualizando diferentes abordagens técnicas sobre o fazer agrícola: a Agricultura Biodinâmica, a Orgânica, a Biológica, a Natural, a Regenerativa, a Ecológica, a Permacultura, a Agroecológica, entre outras.

O conceito de hegemonia, que alicerça este trabalho, refere-se aos preceitos do filósofo italiano Antônio Gramsci que define por hegemonia a conquista do consenso e da liderança cultural e político-ideológica de um bloco de ideias, sobre outras. Além de congregar as bases econômicas, a hegemonia tem a ver com entrecios de percepções, juízos de valor e princípios (GRAMSCI, 1999).

Já a contra-hegemonia, segundo a concepção de Gramsci (1999, p. 314-315), situa as ações contra-hegemônicas como “instrumentos para criar uma nova forma ético-política”, onde o objetivo é denunciar e tentar reverter condições de marginalização e exclusão impostas a amplos estratos sociais pelo modo de produção capitalista. A contra-hegemonia institui o contraditório e a tensão no que até então parecia uníssono e estável.

Assim, na perspectiva da contra-hegemonia, na segunda seção deste capítulo, apresenta-se uma revisão acerca da Agroecologia como uma postura ética e política da ciência como integradora de saberes e experiências, que a partir do final da década de 90 passa a dar suporte à emergência de um novo paradigma de desenvolvimento rural.

#### **3.1 AGRICULTURAS ALTERNATIVAS: DOS MOVIMENTOS REBELDES À CONSTRUÇÃO DA AGROECOLOGIA COMO PARADIGMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL**

No período Neolítico quando os seres humanos sentiram a necessidade de se estabelecerem em um local, abandonando as suas antigas práticas nômades, extrativistas e predatórias, para assim, produzir o seu próprio alimento, teve início a primeira expressão de agricultura, marcada pelo desflorestamento e domesticação de espécies vegetais e animais (MAZOYER; ROUDART, 2010). Desde o seu surgimento, a agricultura passou por grandes transformações, que ocorreram, principalmente, em função de alterações nas bases produtivas.

De acordo com os autores supracitados, a “Primeira Revolução Agrícola dos tempos modernos”, ocorreu entre os séculos XVI e XIX. Essa revolução se deu por um intenso processo de mudanças sociais, tecnológicas e econômicas em diversas regiões da Europa, que tiveram um papel importante na dissolução do feudalismo e no surgimento do capitalismo (VEIGA, 1991). As atividades agrícolas decorrentes desta revolução foram marcadas pela aproximação com a pecuária (uso de esterco animal como adubo em larga escala) e pelo uso de rotação de culturas com plantas leguminosas. Essas mudanças intensificaram o uso das áreas agrícolas tornando o esterco insuficiente para nutrição do solo, pois a fertilização passava a ser cada vez mais necessária (EHLERS, 1994).

Neste período, com a intensificação produtiva houve uma rápida queda na fertilidade do solo e, em decorrência disso, a produtividade agrícola havia entrado em declínio. Estudos estavam sendo desenvolvidos para sanar este problema e, então, ainda no século XIX, Justus von Liebig desenvolveu a “Lei do Mínimo”. Com base nesta “lei”, Liebig afirmava que os rendimentos dos cultivos agrícolas estavam diretamente relacionados à quantidade de nutrientes minerais fornecidos as plantas, sendo possível calculá-la (ASSIS; ROMEIRO, 2002). A partir de então, muitas pesquisas foram desenvolvidas e novas tecnologias implantadas no campo, como o melhoramento genético de sementes, o avanço no desenvolvimento de fertilizantes e agrotóxicos, o uso de máquinas de grande porte, entre outros.

Tais mudanças provocaram a desarticulação da produção vegetal com a produção animal, evidenciando o início de uma nova fase na história da agricultura, a “Segunda Revolução Agrícola”. Esta nova fase foi marcada pela apropriação do capitalismo sobre a agricultura através da industrialização do campo e exclusão de agricultores menos capitalizados. Este período ficou conhecido como Revolução Verde e teve seu ápice no Brasil na década de 70 (EHLERS, 1994).

A Segunda Revolução Agrícola, também denominada agricultura moderna teve como objetivo industrializar a agricultura, visando aumentar a produção e incrementar os índices de produtividade agrícola através da difusão de pacotes tecnológicos compostos por sementes híbridas, biocidas e adubos sintéticos. Simultâneo ao desenvolvimento de estudos sobre adubação química, afluíam na Europa e EUA diversos movimentos contrários a esse modelo agrícola, que mais tarde se expandiram por outros países, dando origem aos movimentos “rebeldes” (EHLERS, 1994). Esses movimentos podem ser agrupados em quatro grandes vertentes: na Europa, tem-se a agricultura biodinâmica, a agricultura orgânica e a agricultura biológica, e no Japão surgiu a agricultura natural.

No Brasil, de acordo com o autor supracitado, a adoção do padrão tecnológico gestado pela segunda Revolução Agrícola promoveu, a partir da década de 50, a abertura de grandes mercados de máquinas, sementes modificadas, fertilizantes e agrotóxicos, isto com incentivos do Estado através da criação de linhas de créditos específicos para a compra de insumos agropecuários. As ações do estado, neste sentido, contribuíram para aumentar a dependência dos agricultores junto aos setores de produção de insumos.

O resultado deste processo de modernização agrícola excludente, patriarcal e capitalista, desencadeou uma série de problemas de ordem socioeconômica e ambiental. De acordo com Ehlers (2008), esse modelo de agricultura favoreceu, por meio de créditos subsidiados, as propriedades mais capitalizadas, deixando de lado as propriedades de agricultores familiares<sup>7</sup>. Em decorrência dessa exclusão, ampliou-se a concentração de terras e riquezas nas mãos de poucos, resultando em um massivo êxodo rural, que segundo Alves et al. (2013), foi expressivo de 1960 a 1980.

Ferrari (2010) ao dissertar sobre as consequências da modernização da agricultura afirma que o êxodo rural se mantém atualmente em outras configurações, sendo seletivo, expulsando mulheres e jovens do rural para o urbano. O que acarreta em outros problemas de ordem socioeconômica, como a superlotação dos centros urbanos, o desemprego, a exploração de mão-de-obra, a marginalização, a masculinização e o envelhecimento do rural (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999; ANJOS; CALDAS, 2005; FROEHLICH et al., 2011).

Neste sentido atenta-se para a modernização da agricultura, por meio dos pacotes tecnológicos da revolução verde, como ideia hegemônica de desenvolvimento agrícola no País desde os anos 50 com a instituição de políticas de crédito subsidiado. Essa “ideia dominante” vem promovendo a contaminação do solo, água, lençol freático e alimentos, destruição de florestas, uniformização de paisagens com monocultivos e ainda transformação dos hábitos alimentares da sociedade, colocando em risco a saúde humana e a biodiversidade (MONJEAU, 2008).

Em decorrência dessa conjuntura, nas décadas de 60 e 70, muitos estudos sobre os efeitos nocivos dos agrotóxicos foram desenvolvidos, demonstrando que esse modelo de agricultura tem colocado em risco a saúde humana e a biodiversidade. Entre esses estudos, destacam-se a publicação de 1962 do livro de Raquel Carson intitulado “Primavera

---

<sup>7</sup> Categoria reconhecida e definida pela Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 e com algumas alterações recentes realizadas pelos Decreto nº 9.064, de 31 de maio de 2017.

Silenciosa”<sup>8</sup> e o relatório Meadows<sup>9</sup> elaborado através de um estudo realizado pelo Clube de Roma e intitulado “Os Limites do Crescimento”, publicado em 1972.

Neste contexto de crise, impulsionados por um conjunto de questões sociais, econômicas e ambientais contestatórios ao processo de modernização hegemônico, surgem nos anos 60 movimentos de contracultura que contestavam vários aspectos da sociedade moderna, principalmente os padrões de consumo e hábitos alimentares (EHLERS, 1994). Com a degradação dos recursos naturais e erosões sociais, os movimentos de contracultura passam a questionar o modelo de agricultura vigente, trazendo à tona, o discurso dos movimentos rebeldes, adeptos da ideia de uma agricultura alternativa e estilos de vida “mais naturais”.

Ehlers (2008) afirma que, além de surgirem como movimentos contestatórios, as quatro correntes de agriculturas alternativas que constituíam os movimentos rebeldes, têm em comum um objetivo principal, que é desenvolver uma agricultura ambientalmente correta, socialmente equitativa e economicamente viável tendo como conceitos essenciais a diminuição do uso de insumos químicos, a valorização dos processos biológicos e a autonomia dos agricultores. Dentre os modelos de agriculturas disseminadas por essas quatro correntes principais, emergem outras propostas de agriculturas alternativas, como a Ecológica, a Regenerativa, a Permacultura, entre outras, como ilustra a figura 3<sup>10</sup> e descreve-se a seguir.

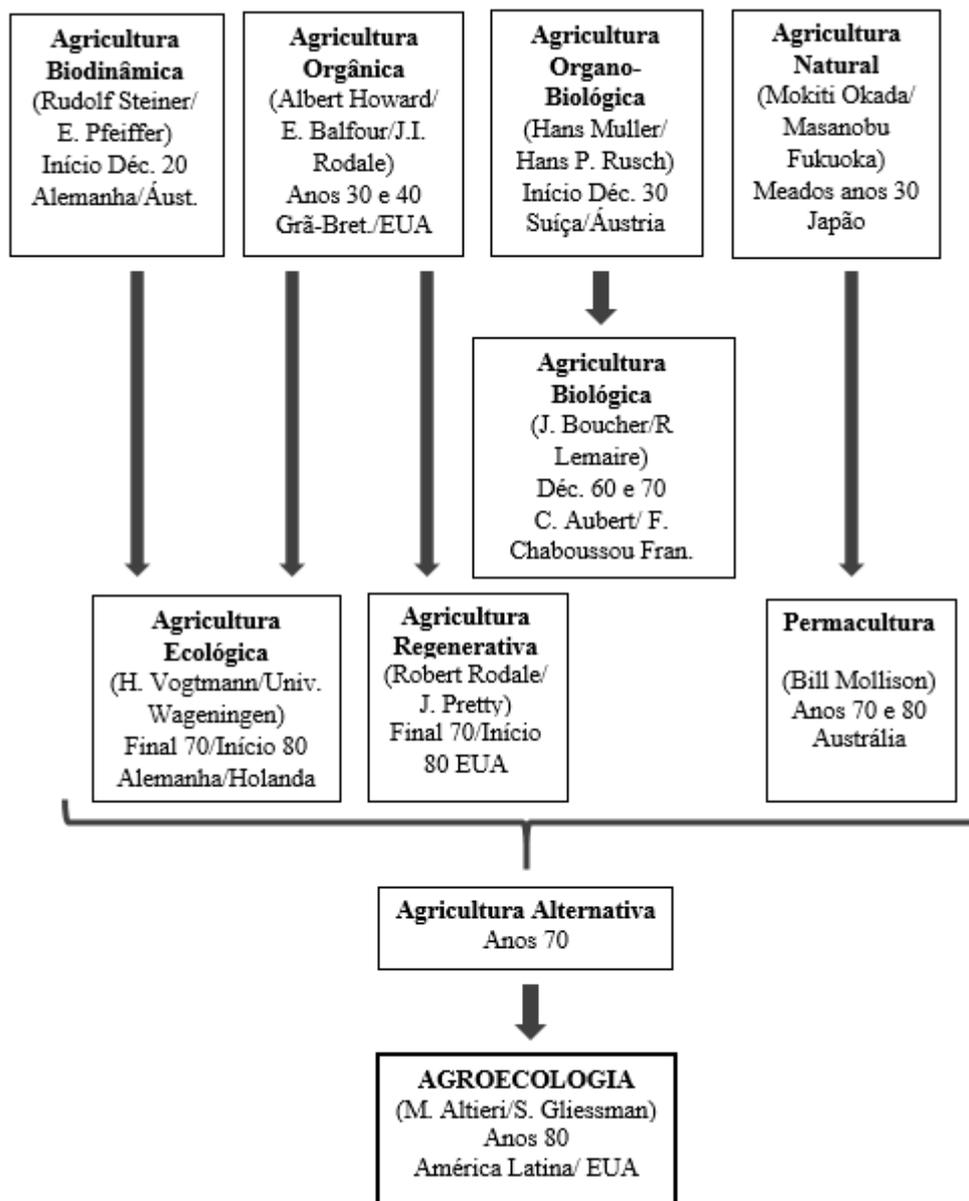
Figura 3: Principais vertentes das Agriculturas Alternativas.

---

<sup>8</sup> CARSON, R. **Primavera Silenciosa**. São Paulo: Melhoramentos, 1964.

<sup>9</sup> MEADOWS, D. H.; MEADOWS, D. L.; RANDERS, J.; BEHRENS III, W. W. **Limites do Crescimento**: Um relatório para o projeto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade. São Paulo: Editora Perspectiva, 1973.

<sup>10</sup> Apesar do surgimento dessas agriculturas serem apresentados de forma linear, esse processo foi bastante dinâmico e essa figura é apenas ilustrativa.



Fonte: Adaptado de Darolt et al. (2015, p. 121).

### 3.1.1 A Agricultura Biodinâmica

O principal objetivo da agricultura biodinâmica é a disseminação da ideia de que a propriedade agrícola deve ser entendida como um “organismo vivo e fechado”. Essa agricultura está associada ao filósofo austríaco Rudolf Steiner, fundador da Antroposofia, definida por ele como uma ciência espiritual (JESUS, 2005).

De acordo com Ehlers (1999), as propriedades orientadas por este sistema praticam os seguintes manejos: interação entre a produção animal e vegetal, respeito ao calendário

biodinâmico<sup>11</sup> para executar os principais manejos na produção (semear, colher, etc.), utilização de preparos biodinâmicos (compostos líquidos oriundos de substâncias minerais, vegetais e animais, que visam reativar as forças vitais da natureza), plantação de cercas-vivas, entre outras práticas. Esse sistema alternativo se expandiu rapidamente por diversos países europeus e pelos EUA, mas foi na Alemanha, local de surgimento, e na Suíça que ganhou maior expressividade, tornando-se a principal vertente contrária ao padrão convencional.

A Agricultura Biodinâmica possui a sua própria rede de comercialização e o seu próprio sistema de certificação, fiscalização e credenciamento de produtos. No Brasil as instituições que trabalham com essa agricultura são a Estância Demétria e o Instituto de Desenvolvimento Rural, ambos em Botucatu, São Paulo e o Instituto Verde Vida, localizado em Curitiba, Paraná (JESUS, 2005).

### **3.1.2 Agricultura Orgânica**

A Agricultura Orgânica elimina o uso de fertilizantes, pesticidas, aditivos sintéticos e reguladores de crescimento, pois está baseada em manejos naturais, que não agredem os ecossistemas, como o uso de rotação de culturas, adubação verde, uso de leguminosas para fixar nitrogênio naturalmente no solo, esterco animal, lixo orgânico, podendo ser oriundo de fora da propriedade, minerais naturais e o controle biológicos de “pragas” (EHLERS, 1999).

Depois de ser popularizada nos Estados Unidos, no final da década de 70, a Agricultura Orgânica passa a obedecer a alguns critérios que foram estabelecidos com a intenção de regulamentar a rotulagem de alimentos com essa procedência. Contudo, Ehlers (1999) afirma que somente em 1984 que o Departamento de Agricultura do Estados Unidos (USDA) reconheceu a importância dessa agricultura. Inclusive, mais tarde, a legislação brasileira foi influenciada pelo modelo norte americano de produção, certificação e comercialização dos produtos orgânicos. A Federação Internacional dos Movimentos de Agricultura orgânica (IFOAM)<sup>12</sup> tem organizado diversas conferências científicas para tratar

---

<sup>11</sup> “O calendário biodinâmico está baseado na movimentação da Lua ao redor da Terra, no seu ciclo de 27 dias, e em sua passagem através das doze regiões do zodíaco, ritmo sideral. Durante o processo, esse corpo celeste transmite forças cósmicas à Terra e aos diferentes seres que a habitam. Em cada um desses dias, as plantas recebem estímulos cósmicos que atuam sobre o desenvolvimento de seus diferentes órgãos constituintes (raiz, folhas e caules, flores e frutos) e que manifestam efeitos benéficos sobre eles” (ASSOCIAÇÃO BIODINÂMICA, 2016).

<sup>12</sup> IFOAM – International Federation of Organic Agriculture Movements, sediada em Bonn, na Alemanha, criou, em 1981, as primeiras normas internacionais relacionadas à produção, ao processamento, à distribuição, à comercialização e ao consumo de alimentos orgânicos. Atualmente, congrega diversos movimentos ligados à agricultura orgânica, reunindo mais de 750 associações em mais de 120 países (CODEPLAN, 2015).

sobre a Agricultura Orgânica. Contudo, houve um aumento dos interesses econômico em torno dessa agricultura, vista cada vez mais como uma opção lucrativa de negócios (JESUS, 2005).

### **3.1.3 Agricultura Biológica**

A Agricultura Biológica tem uma vertente muito parecida com a orgânica e a biodinâmica, mas ainda possui alguns elementos distintos. Os pesquisadores que a desenvolveram não consideram essencial a associação da agricultura com a pecuária, mesmo recomendando o uso da matéria orgânica nos processos produtivos, esse material poderia ser oriundo do lixo das cidades e não necessariamente dos estercos dos animais da propriedade. Além disso, eles não recomendam o uso de rochas moídas no solo, principalmente por essa noção ir contra a autonomia completa dos agricultores, que precisariam comprar esse pó de rocha (EHLERS, 1999).

Nos anos 60 essa agricultura ganhou expressividade na Alemanha e mais tarde na França, onde adquiriu o mesmo significado que agricultura alternativa (EHLERS, 1999). Nesta época, a agricultura organo-biológica vinha ao encontro dos anseios movimentos ecológicos dos emergentes, pois visava a proteção ambiental, a qualidade dos alimentos e a procura de fontes energéticas renováveis. De acordo com Jesus (2005) é difícil diferenciar a agricultura biológica da agricultura orgânica, pois é somente uma adoção de nomenclatura diferenciada, o mesmo não pode se dizer das outras agriculturas aqui apresentadas.

Nesta abordagem de agricultura, destacou-se os trabalhos de André Voisin com o desenvolvimento do sistema de pastagem alternativo, o Pastoreio Racional Voisin (PRV). Algumas obras desse pesquisador influenciaram Chaboussou, que em 1980 escreveu a Teoria da Trofobiose<sup>13</sup>, mostrando que o excesso de adubação e o uso de agrotóxico está diretamente ligado aos problemas de desequilíbrios nutricionais nas plantas.

### **3.1.4 Agricultura Natural**

A Agricultura Natural foi desenvolvida no Japão, por Masanobu Fukuoka, um agricultor e filósofo japonês. Essa agricultura tem como princípio fundamental a ideia de que as atividades agrícolas devem respeitar as leis da natureza. Porém se contradiz em sua

---

<sup>13</sup> CHABOUSSOU, F. P. **Plantas Doentes pelo Uso de Agrotóxicos: a Teoria da Trofobiose**. 2º ed., Porto Alegre: L&PM, 1999.

denominação, já que a agricultura está diretamente ligada à atividade humana e o que é natural não pode ter intervenção humana (JESUS, 2005). Por mais que em sua definição seja frisado o mínimo de intervenção humana, essa intervenção ocorre, para que assim, possa acontecer a agricultura.

Esse estilo de agricultura “propõe que as atividades agrícolas respeitem a natureza, causando-lhe o mínimo de intervenção, enquanto as agriculturas convencional, orgânica e biodinâmica buscavam intensamente práticas e manejos de intervenção nos processos naturais” (EHLERS, 1999, p. 89). Sendo assim, o agricultor não deve arar a terra, não aplicar inseticidas ou fertilizantes e nem mesmo utilizar-se dos compostos defendidos nas agriculturas orgânica e biodinâmica. Na agricultura natural o agricultor deve aproveitar ao máximo os processos que já ocorrem espontaneamente na natureza, sem esforços desnecessários e desperdício de energia.

### **3.1.5 Permacultura**

Na Austrália, em 1974, os cientistas Bill Mollison e David Holmgren criaram o termo permacultura, que é a junção das palavras em inglês *Permanent + culture*, ou seja, cultura permanente. Essa Agricultura chegou ao Brasil em 1980 e teve sua tradução com Permacultura em toda a América Latina. A grande influência, no início da permacultura, foram as ideologias da agricultura natural, somando-se a outras influências, como da visão sistêmica e da interdisciplinaridade (JACINTHO, 2007). De acordo com o autor supracitado, a permacultura pode ser entendida, também, como o planejamento e execução de ocupações humanas sustentáveis (bioconstruções), unindo práticas ancestrais aos conhecimentos modernos, desenvolvendo tecnologias limpas.

De uma maneira resumida, a permacultura se baseia num sistema planejado para a criação de ambientes sustentáveis e produtivos em equilíbrio com a natureza, unindo as práticas ancestrais aos modernos conhecimentos multidisciplinares sob a perspectiva ecológica. Embasada na ideia de “cultura permanente”, a permacultura significa uma cultura que visa a permanência da espécie humana no planeta em harmonia com a natureza, ancorada em três pilares fundamentais: cuidado com a terra, cuidado com as pessoas e divisão dos excedentes (JACINTHO, 2007).

### **3.1.6 Agricultura Regenerativa**

O termo Agricultura Regenerativa surgiu no EUA, no início da década de 80, cunhado por Robert Rodale, pesquisador que estudou os processos regenerativos dos sistemas agrícolas ao longo do tempo. Essa proposta visa a regeneração e manutenção das culturas e de todo o sistema de produção alimentar, incluindo as comunidades rurais e os consumidores (EHLERS, 1999).

A regeneração deve considerar aspectos econômicos, ecológicos e de equidade social, onde é reforçada a busca de independência do agricultor, através da potencialização dos recursos encontrados na própria propriedade para substituir os recursos externos. Com isso, essa agricultura promove o cultivo de alimentos saudáveis, de práticas conservadoras da natureza e a criação de ciclos fechados para a geração de insumos.

### 3.1.7 Agricultura Ecológica

A Agricultura Ecológica procura maior equilíbrio com a natureza, através de um manejo racional do solo, buscando a integração dos agroecossistemas. No entanto, é menos restritiva com relação ao uso de insumos do que a Agricultura Biodinâmica e a Agricultura Orgânica. Segundo Primavesi (1997, p.8):

[...] a agricultura ecológica, antes de tudo, tenta restabelecer o ambiente e o solo. Não tem enfoque sintomático, mas causal. Evita problemas em lugar de combatê-los. Previne causas e não combate os sintomas. Trabalha com ciclos e sistemas naturais, que administra. Parte do fato de que um solo sadio fornece culturas saudáveis. Em princípio, planta o que a região facilmente produz. Mas quando é obrigada a plantar culturas não adaptadas, tem que adaptar a alimentação.

No Brasil, a agricultura ecológica está diretamente ligada às obras do Agrônomo José Lutzenberger, que em 1975 publicou o “Manifesto Ecológico Brasileiro”<sup>14</sup>, um documento de grande expressividade para a conscientização dos pesquisadores da área agrícola (EHLERS, 1999). Além deste pesquisador, Jesus (2005) ressalta a importância do casal Primavesi, Artur e Ana Maria Primavesi, que durante anos trabalharam na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), em Santa Maria, RS. Juntos publicaram obras que contribuíram muito com aqueles interessados no manejo e conservação dos solos tropicais, estudos que eram avançados para o padrão da época.

---

<sup>14</sup> LUTZENBERGER, J. **Fim do Futuro?** Manifesto Ecológico Brasileiro. 5ªed., Porto Alegre: Editora Movimento, 1999.

### 3.1.8 Agroecologia

Nos anos 70 as correntes de agriculturas alternativas ganham expressividade como movimentos contestatórios à agricultura industrial promovida pelo modelo de desenvolvimento agrícola<sup>15</sup> hegemônico. É neste contexto de questionamentos, busca de novos conhecimentos e descontentamentos, que emerge a Agroecologia. Assim pode-se entender que a Agroecologia nasce da evolução do conhecimento já explorado pelas diferentes correntes de agriculturas alternativas, incorporando em seus princípios características semelhantes, como o objetivo de desenvolver uma agricultura ambientalmente correta, socialmente equitativa e economicamente viável.

Porém, a Agroecologia vai além destas questões ao atentar para as dimensões culturais, política e ética da sustentabilidade como fundamentais para o desenvolvimento rural (CAPORAL; PAULUS; COSTABEBER, 2009). Neste sentido a Agroecologia não deve ser entendida apenas como uma prática agrícola e sim como uma ciência que busca estabelecer uma fundamentação teórica para os diferentes movimentos de agriculturas alternativas que ganham força com os sinais de esgotamento da agricultura convencional (ASSIS; ROMEIRO, 2002).

Como ciência a Agroecologia busca novas alternativas para minimizar a artificialização do ambiente natural pela agricultura, para o que apresenta uma série de princípios e metodologias para estudar, analisar, dirigir, desenhar e avaliar agroecossistemas (ASSIS, 2006). Neste contexto, ancorada na sustentabilidade, a Agroecologia incorpora dimensões que estão muito além dos aspectos técnicos e produtivos, emergindo como um paradigma de desenvolvimento rural que pode contribuir para a construção de um novo caminho para a agricultura, valorizando saberes, experiências, diversidade e autonomia.

## 3.2 A AGROECOLOGIA COMO PARADIGMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL EMERGENTE: TÉCNICA, CIÊNCIA E MOVIMENTO

Esta seção inicia contextualizando o significado do termo “paradigma” adotado neste trabalho. Adotamos aqui as concepções de Boaventura de Souza Santos que conceitua

---

<sup>15</sup> Navarro (2001) em seu artigo “Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro” emite a preocupação de esclarecer as diferenças conceituais entre três expressões comumente confundidas com o mesmo significado, o de desenvolvimento agrícola, desenvolvimento agrário e desenvolvimento rural. Para maiores esclarecimentos sobre a temática ler: NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Revista Estudos Avançados da USP**, Dossiê sobre o Desenvolvimento Rural, São Paulo, v. 15, n. 43, 2001.

paradigma para além de um conjunto de ideias dominantes no campo do conhecimento. Em suas reflexões sobre a sociedade moderna o autor afirma que vivemos uma época de crise da ciência (ou da ciência positivista) que tem a ver com o colapso geral da modernidade, o que vem provendo a necessidade de transição de paradigmas epistemológicos, sociais, políticos e culturais (SANTOS, 2003; p. 322).

Ele então aponta para um paradigma emergente, este para além das concepções tradicionais da ciência e seus princípios da racionalidade epistemológica e metodológica dos estudos da natureza. Para Boaventura a ciência do paradigma emergente deve ser assumidamente *tradutora*, ou seja, incentivar a valorização dos conceitos e teorias desenvolvidos localmente. Ele diz que “hoje não se trata tanto de sobreviver como de saber viver”, para isso faz-se necessária outra forma de conhecimento, este compreensivo e íntimo que não nos separe e antes nos una pessoalmente ao que estudamos (SANTOS, 2002).

Assim apresentamos a Agroecologia como um novo paradigma de desenvolvimento rural (paradigma emergente) dada suas concepções epistemológicas de valorização dos saberes locais, defesa de novos arranjos políticos e organizacionais e ainda a construção da ciência como conhecimentos que aproximam e não distanciam, valorizando assim relações ser humano/natureza.

Neste interim, a Agroecologia adquire concepções tanto técnico-produtivas, como sua construção como ciência e ainda como movimento contra-hegemônico (WEZEL et al., 2009), uma vez que, tanto as aplicações tecnológicas da prática, como o movimento de transformação social estão inclusos em uma nova abordagem científica, esta, de caráter estratégico e multidisciplinar que busca contribuições em diversas disciplinas.

Ela busca a integração e a articulação de conhecimentos e saberes relativos a diferentes disciplinas e a distintas ciências, que aqui exemplificamos com contribuições vindas da “Física”, da “Economia Ecológica e Ecologia Política”, da “Ecologia e Agronomia”, da “Biologia”, da “Educação e da Comunicação” e da “Historia, da Antropologia e da Sociologia” (CAPORAL; PAULUS; COSTABEBER, 2009. p. 69).

Uma vez que não se “acomoda” somente com os conhecimentos das disciplinas técnicas, voltadas à produção, Leff (2002) afirma que a Agroecologia é um novo paradigma, que engloba ciência, tecnologia e práticas sustentáveis, onde as transformações se fazem presente no âmbito das comunidades. Corroborando com essas considerações, Caporal; Paulus; Costabeber (2009, p.27) afirmam que,

[...] a Agroecologia se consolida como enfoque científico na medida em que este novo paradigma se nutre de outras disciplinas científicas, assim como de saberes, conhecimentos e experiências dos próprios agricultores, o que permite o estabelecimento de marcos conceituais, metodológicos e estratégicos com maior capacidade para orientar não apenas o desenho e manejo de agroecossistemas mais sustentáveis, mas também processos de desenvolvimento rural mais humanizados.

Gliessman (2009) ressalta que a Agroecologia proporciona o conhecimento e os métodos necessários para desenvolver uma agricultura que é ambientalmente consistente, produtiva e economicamente viável, além de ser socialmente equitativa, conforme apontado por Altieri (2006), favorecendo assim a sustentabilidade dos agroecossistemas. Dessa forma, além de constituir um modelo produtivo mais sustentável do ponto de vista econômico e ambiental, possui potencial de transformação dos modos de vida dos agricultores.

Ainda neste contexto, Brandenburg (2002, p. 6) afirma que “os sistemas agroecológicos de produção são orientados desde a sua origem, por princípios em que a relação homem natureza é permeada por vínculos de associação e cooperação visando a nutrir funções vitais”. O que é salientado por Wolff (2014, p. 423),

Reconhecer que a espécie humana tem um natural ascendente sobre as outras espécies, naturais e vegetais, não significa declará-la “dona do mundo” nem tampouco a desresponsabiliza, antes a investe num especial dever de preservação do meio ambiente. Defender um direito da natureza restrito aos recursos naturais não se traduz em reconhecer direitos dos animais e das plantas, mas sim incumbir o homem do dever de zelar pelo equilíbrio do sistema ecológico, que ele também integra.

Assim, a atividade socioprodutiva e cultural dos agricultores adapta-se aos ritmos da natureza, ao ciclo das estações, o que, por sua vez, faz com que estas pessoas participem de uma visão diferenciada de mundo. A natureza é respeitada e as matas são mantidas, por meio de corredores ecológicos<sup>16</sup> para que haja a preservação da flora, da fauna silvestre e das fontes de água da região. Dessa maneira, a Agroecologia não constitui, apenas, um modelo diferente de agricultura, mais próxima das condições naturais, mas expressa uma outra relação entre o ser humano e a natureza, onde ambos permanecem ligados por elementos comuns. A natureza passa a ser cultivada e vista como elemento de preservação e recriação da vida (BRANDENBURG, 2002).

---

<sup>16</sup> Segundo a Lei nº 9.985/2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza – SNUC, compreende-se por corredores ecológicos: porções de ecossistemas naturais ou seminaturais, ligando unidades de conservação, que possibilitam entre elas o fluxo de genes e o movimento da biota, facilitando a dispersão de espécies e a recolonização de áreas degradadas, bem como a manutenção de populações que demandam para sua sobrevivência áreas com extensão maior do que aquela das unidades individuais (BRASIL, 2000).

Santos et al. (2014) apontam, ainda, para a Agroecologia como caminho para uma melhor qualidade de vida dos agricultores que se dá pela integração ser humano/natureza. Neste contexto Aquino e Assis (2005), reforçam a ideia do potencial transformador da Agroecologia a partir de preocupações com questões de inclusão social, equidade nas relações de gênero, diversidade cultural, construção social da qualidade, soberania alimentar<sup>17</sup>, entre outras.

Corroborando com essa afirmação, Damo (2012) aponta que Agroecologia também pode ser enxergada como um processo educativo de apoio à emancipação alimentar dos sujeitos, pois, quando estes passam a produzir seu próprio alimento, sem o uso de artifícios da agricultura convencional, ganham autonomia e determinam sua própria alimentação, garantindo a soberania alimentar.

Ainda compreendendo a Agroecologia como um processo de emancipação do ser humano, Khatounian (2001), afirma que a mesma é capaz de proporcionar a ideia da participação e da busca da redução das simetrias internas dentro das famílias agroecológicas, o que, por sua vez, contribui para a visibilidade e protagonismo das mulheres.

A luta das mulheres na e pela Agroecologia tem como marco histórico o III ENA- Encontro Nacional de Agroecologia, que em 2014 afirmou o lema “Sem feminismo não há Agroecologia!” Na ocasião foi elaborada uma Carta Política que contextualiza e reverbera o protagonismo da mulher na Agroecologia. Um dos trechos da carta diz que:

A construção da agroecologia prima por uma visão ética de justiça social e ambiental que pressupõe o compartilhamento do trabalho doméstico e de cuidados e da gestão da produção, uma vida sem violência, regida pelo respeito e pela igualdade. Isso implica a garantia do direito das mulheres à plena participação da vida social e política em suas comunidades, bem como a garantia de seu acesso à terra, à água, às sementes e às condições de produção e comercialização com autonomia e liberdade (III ENA, CARTA POLÍTICA, 2014, p. 3).

As questões que foram apontadas por Aquino e Assis (2005) e confirmadas por outros autores supracitados, estão fortalecendo a afirmação de Caporal e Costabeber (2004), de que a Agroecologia está ancorada nas dimensões da sustentabilidade. Considerando dessa forma, que para alcançar a sustentabilidade é necessário se fundamentar em seis dimensões, que estão relacionadas entre si. Quais sejam: econômica, ambiental, social (primeiro nível),

---

<sup>17</sup> Soberania alimentar é o direito dos indivíduos, das comunidades, dos povos e dos países de definir as políticas próprias da agricultura, do alimento e da terra. Essas políticas públicas ecológicas, sociais, econômicas e culturais, adaptadas ao contexto único de cada país, incluem o direito real ao alimento e à produção do alimento, o que significa que todo mundo tem o direito ao alimento seguro, nutritivo e adaptado à sua cultura e aos recursos para produção de comida; à possibilidade de sustentar-se e sustentar as suas sociedades (CÚPULA ALIMENTAR, 1996).

cultural, política (segundo nível) e ética (terceiro nível). Essas multidimensões se organizam de forma piramidal, na qual uma exerce influência sobre a outra (CAPORAL; COSTABEBER, 2004).

Sendo assim entendida, a Agroecologia possibilita os conhecimentos científicos que respaldam os processos de transição de agriculturas convencionais em agriculturas alternativas, como a Ecológica, a Orgânica e todas as demais descritas neste trabalho. Porém, como salientam Caporal e Costabeber (2004), não se pode confundir a Agroecologia, enquanto ciência, com uma prática ou um conjunto de tecnologias alternativas, ou ainda, com um estilo de agricultura, visto que as discussões que pertencem ao corpus teórico da Agroecologia vão além dos conhecimentos agrônômicos e ecológicos, como já demonstrado anteriormente.

[...] a Agroecologia se aproxima ao estudo da agricultura numa perspectiva ecológica, embora sua estrutura teórica não se limite a abordar os aspectos meramente ecológicos ou agrônômicos da produção, uma vez que sua preocupação fundamental está orientada a compreender os processos produtivos de uma maneira mais ampla. Isto é, encara os agroecossistemas como unidade fundamental de estudo, onde os ciclos minerais, as transformações energéticas, os processos biológicos e as relações socioeconômicas são investigadas e analisadas em seu conjunto (CAPORAL; COSTABEBER, 2004, p. 88).

Buscando compreender a trajetória da construção da Agroecologia como um paradigma emergente, ou ainda como um novo paradigma de desenvolvimento rural, apresenta-se na próxima seção a construção histórico acadêmico e institucional da Agroecologia no Brasil.

### 3.3 A AGROECOLOGIA NO BRASIL: EMERGÊNCIA NO AMBIENTE ACADÊMICO E ESPAÇOS INSTITUCIONAIS

A Agroecologia nasce como uma disciplina científica que estuda os agroecossistemas, baseada na junção da Agronomia com a Ecologia (ALTIERI; NICHOLLS, 2000). No entanto, a partir dos anos 80 na América Latina, a Agroecologia passa a ser estudada com enfoque científico fundamentada nos estudos de Stephen Gliessman<sup>18</sup> e Miguel Altieri<sup>19</sup>, bem como,

---

<sup>18</sup> GLIESSMAN, S. R.; GARCIA, R. E.; AMADOR, M. A. **The ecological basis for the application of traditional agricultural technology in the management of tropical agro-ecosystems.** *Agro-ecosystems*, v. 7, n. 3, p. 173-185, 1981.

<sup>19</sup> ALTIERI, M. A. *Agroecology: the scientific basis of alternative agriculture.* 2nd ed. Berkeley, Calif.: Division of Biological Control, University of California, Berkeley, 1983.

em estudos sociológicos realizados por Eduardo Sevilla-Guzmán e Manuel González de Molina, muito importantes para entendermos a Agroecologia em sua complexidade.

No Brasil, a Agroecologia passa a ganhar expressividade a partir dos anos 80 com redemocratização do País, após a ditadura militar. No final desta mesma década, a obra do Chileno Miguel Altieri intitulada “*Agroecology: the scientific basis of alternative agriculture*” (Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa) foi traduzida para o português, o que, também, estimulou as discussões acerca da Agroecologia no País. Desde então, a sociedade civil organizada através de movimentos sociais, associações e federações passam a fazer reivindicações de questões como inclusão social, geração de trabalho e renda, participação e direitos dos sujeitos. Como exemplo citam-se as agendas ecológicas, de movimento das mulheres, negros, trabalhadores rurais e povos tradicionais (PADULA et al., 2013).

Ehlers (1999) salienta que o movimento ecológico já estava sendo estimulado no País através das obras do agrônomo e ativista ambiental José Lutzemberger. A obra mais conhecida desse ativista foi publicada em 1976 e intitulada “Manifesto Ecológico Brasileiro: o fim do futuro?”. Somando-se a essas obras, destacam-se também as publicações de Ana Primavesi e Adilson Paschoal, todos estes trabalhos discutiam os problemas ambientais, sociais e econômicos resultantes do processo de modernização da agricultura (LUZZI, 2007). Contudo, mesmo tendo relevância, essas discussões não prosperaram no ambiente acadêmico da época (EHLERS, 1999).

No entanto, a sugestão de uma agricultura alternativa, mesmo não sendo aceita pela maioria dos pesquisadores acadêmicos (Ehlers, 1994), passa a ganhar expressividade entre os estudantes de agronomia. Assim, de acordo com Gomes e Assis (2013), a temática atrai adeptos nos Congressos de Agronomia organizados pela Federação das Associações de Engenheiros Agrônomos do Brasil (FEAEB). Com isso, em várias universidades, os estudantes de agronomia organizaram Congressos Nacionais, com o apoio da FEAEB, que se uniram ao movimento da agricultura alternativa e, em 1981 foi organizado o 1º Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa (EBAA) em Curitiba, representando um dos marcos do movimento no País (EHLERS, 1999).

O EBAA ocorreu mais três vezes, sendo sua última realização no ano de 1989, em Porto Alegre/RS (Figura 4), onde houve divergências sobre uma maior participação de agricultores nas discussões. A Rede de Projetos de Tecnologias Alternativas fez essa crítica ao evento, demonstrando que havia a necessidade de uma mudança social antes das mudanças técnicas. Porém, um outro grupo afirmava que as mudanças sociais ocorreriam concomitantes

às mudanças técnicas. Em decorrência desta e outras divergências o EBAA nunca mais ocorreu (PADULA et al., 2013).

Figura 4: 4º e última edição do EBAA em 1989, Porto Alegre –RS.



Fonte: Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil – FEAB (2012).

Um outro marco importante acerca dessas discussões foi a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, também conhecida como Eco-92 ou Rio-92. Essa conferência de chefes de estado, foi organizada pelas Nações Unidas e realizada em junho de 1992, na cidade do Rio de Janeiro, tendo como objetivo debater os problemas ambientais mundiais em prol da sustentabilidade. No entanto, é de extrema importante salientar que a Agroecologia no País, tem seu início marcado pelas reivindicações dos movimentos sociais, favoráveis à agricultura alternativa e à valorização das práticas tradicionais dos agricultores (WEZEL et al., 2009).

No início dos anos 90, também, surgem as primeiras feiras de produção orgânica, nas cidades de São Paulo e Porto Alegre, movimentando significativo número de consumidores em busca de alimentos “mais saudáveis”. E é a partir do crescimento da demanda por produtos diferenciados que surgem as primeiras normatizações da produção orgânica. Luzzi (2007) descreve que em 1994 o Ministério da Agricultura, Abastecimento e Reforma Agrária (MAARA) aprovava diretrizes para normatização da produção de orgânicos dando exclusividade às empresas de auditoria credenciadas junto ao Ministério.

Iniciavam-se assim as discussões sobre certificação, onde emergem debates entre os produtores orgânicos e os defensores da Agroecologia. Em função das pressões das ONGs, o MAARA aprovou as certificações participativas. Como resultado desse debate, mais tarde, surgiu a Rede Ecovida de Agroecologia no Estado de Santa Catarina, que logo depois, se difundiu em todo o Sul do País (LUZZI, 2007).

Posteriormente, em função da necessidade dos movimentos sociais e das ONGs terem um espaço de discussões sobre Agroecologia, ocorre então, em 2002 o I Encontro Nacional de Agroecologia (ENA) reunindo diversos atores envolvidos com a temática no objetivo de intensificar a interação entre as experiências em diversas regiões do País. Desse encontro resultou a proposta de criação da Articulação Nacional da Agroecologia, a ANA (GOMES; ASSIS, 2013). É importante salientar que, anteriormente ao I ENA, em 1999, a EMATER/RS-ASCAR já havia organizado o I Seminário Internacional sobre Agroecologia na cidade de Porto Alegre – RS, que reuniu pesquisadores, estudantes, técnicos, agricultores e demais interessados no tema em questão (CAPORAL; COSTABEBER, 2004).

A ANA foi constituída por diferentes ONGs, movimentos sociais e articulações regionais de Agroecologia. Desde então, muitos outros encontros foram realizados, todos com grande importância para o fortalecimento político e científico da Agroecologia. Dentre os resultados da ANA, é importante salientar a criação da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), de caráter técnico-científico interdisciplinar, visando aproximar o saber local do conhecimento científico, estando aberta a todos que se interessam pela Agroecologia (GOMES; ASSIS, 2013). Desde 2004 a ABA vem promovendo o Congresso Nacional de Agroecologia (CBA) que ocorre anualmente com o objetivo de criar um espaço de trocas de experiências e construção da Agroecologia. Além disso, foi através da Associação que, em 2006, foi lançada a Revista Brasileira de Agroecologia (PADULA et al., 2013).

Anterior a este momento, desde 2000, juntamente com uma série de discussões sobre as diretrizes da Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil (ATER) é formalizada a Política Nacional de ATER (PNATER) baseada nos princípios da Agroecologia, o que segundo Gomes e Assis (2013) não garante que todas as ações de ATER sejam orientadas por esse viés, mas não deixa de ser considerada um marco para a consolidação da Agroecologia no Brasil. Contudo, somente em dezembro de 2003, que representantes de vários setores da sociedade organizada, iniciam o debate em torno da criação de uma legislação nacional para a produção orgânica, inspirados fortemente pelo conceito de Agroecologia (BERTONCELLO, 2008).

A PNATER foi a primeira política pública nacional com orientação para a ação dos extensionistas rurais brasileiros que adotou a palavra Agroecologia em seus fundamentos, por objetivar a promoção do desenvolvimento rural sustentável (IPEA, 2017). Porém, em 2010 quando a Lei de ATER foi aprovada, alguns princípios desta política foram contrariados, descaracterizando a Agroecologia (CAPORAL; PETERSEN, 2012).

Seguindo esse apanhado histórico, em 2006 a Agroecologia é reconhecida como ciência pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), lançando o Marco referencial da Agroecologia<sup>20</sup>. Em decorrência disso, surgem diversos projetos e programas de Agroecologia desenvolvidos pela Embrapa, como o Projeto em Rede Transição Agroecológica: Construção Participativa do Conhecimento para a Sustentabilidade, sob liderança da Embrapa Clima Temperado (IPEA, 2017).

Finalmente, em 2012 é criada a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica<sup>21</sup> (PNAPO) (Regulamentada pelo Decreto nº 7.794/2012), resultado de uma série de discussões em âmbito nacional nos espaços acadêmicos, políticos e profissionais. Sendo assim, a partir de 2013, são criados no País mais de cem cursos de Agroecologia ou com enfoque na temática. Como consequência, o Ministério da Educação (MEC) incluiu em seus catálogos de cursos de nível médio e superior a formação em Agroecologia, consagrando profissionais na área (IPEA, 2017).

Acompanhando a inserção desses novos cursos, a Agroecologia passa a ser abordada em várias instancias dentro das instituições de ensino brasileiras, como é o caso da criação dos Núcleos de Estudo em Agroecologia (NEAs) que integram atividade de ensino, pesquisa e extensão em suas áreas de atuação. De acordo com Haas et al. (2019), a constituição dos primeiros NEAs foi fomentada através de chamadas públicas lançadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) no ano de 2010, sendo consolidados a partir de 2013.

---

<sup>20</sup> MATTOS, L. **Marco referencial em agroecologia**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2006. Disponível em: <<https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/bitstream/doc/107364/4/Marcoreferencial.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2019.

<sup>21</sup> Em agosto de 2012, a Presidenta Dilma Rousseff instituiu a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PNAPO, por meio do Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012, firmando o compromisso do governo federal em “integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutores da transição agroecológica, da produção orgânica e de base agroecológica, como contribuição para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população, por meio do uso sustentável dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos saudáveis (IPEA, 2017).

### 3.4 INSTITUIÇÕES DE APOIO À AGROECOLOGIA: DESTAQUE PARA AS ORGANIZAÇÕES QUE ATUAM NA REGIÃO CENTRAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Neste íterim de avanços da Agroecologia, faz-se importante destacar o surgimento de Instituições de Assistência Técnica que emergiam desde da década de 70 como importantes bases de apoio à consolidação da Agroecologia no País. Instituições como: Centro de Desenvolvimento Agroecológico do Cerrado (CEDAC-GO), Centro Ecológico Ipê (RS), Associação dos Produtores da Rede Agroecológica Metropolitana (RAMA- RS), Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá (PE), Associação dos Produtores Agroecológicos do Semiárido Piauiense (APASPI-PI), Centro de Tecnologias Alternativas Populares (CETAP-RS), Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA-RS), Rede Ecovida de Agroecologia (RS), entre outras.

Dado o número de empresas e instituições que trabalham nesse sentido, apresenta-se aqui três destas instituições que ao longo do trabalho de pesquisa realizado para esta dissertação, foram surgindo na fala dos agricultores entrevistados. São elas: O CAPA, A Rede Ecovida e a EMATER, as quais serão apresentadas a seguir.

#### 3.4.1 Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA)

O CAPA é uma organização que atua na Região Sul do País, está vinculada à Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. Surgiu no final da década de 70 com o nome de Centro de Aconselhamento ao Pequeno Agricultor. Segundo o site oficial <sup>22</sup> o CAPA foi criado com o intuito de apoiar os agricultores familiares que haviam sido excluídos pelo modelo de desenvolvimento da revolução verde. Na área da Agroecologia, soberania e segurança alimentar e nutricional, o CAPA é um dos mais importantes projetos financiados por Brot für die Welt<sup>23</sup> (BfW) com sede na Alemanha, em âmbito mundial (CAPA, 2019).

O CAPA trabalha em conjunto com a Rede Ecovida de Agroecologia, dando assistência técnica e apoio aos agricultores certificados pela rede. Possui cinco núcleos de atuação distribuídos nos três estados do Sul do País, Paraná (Núcleo Rondon e Núcleo Verê),

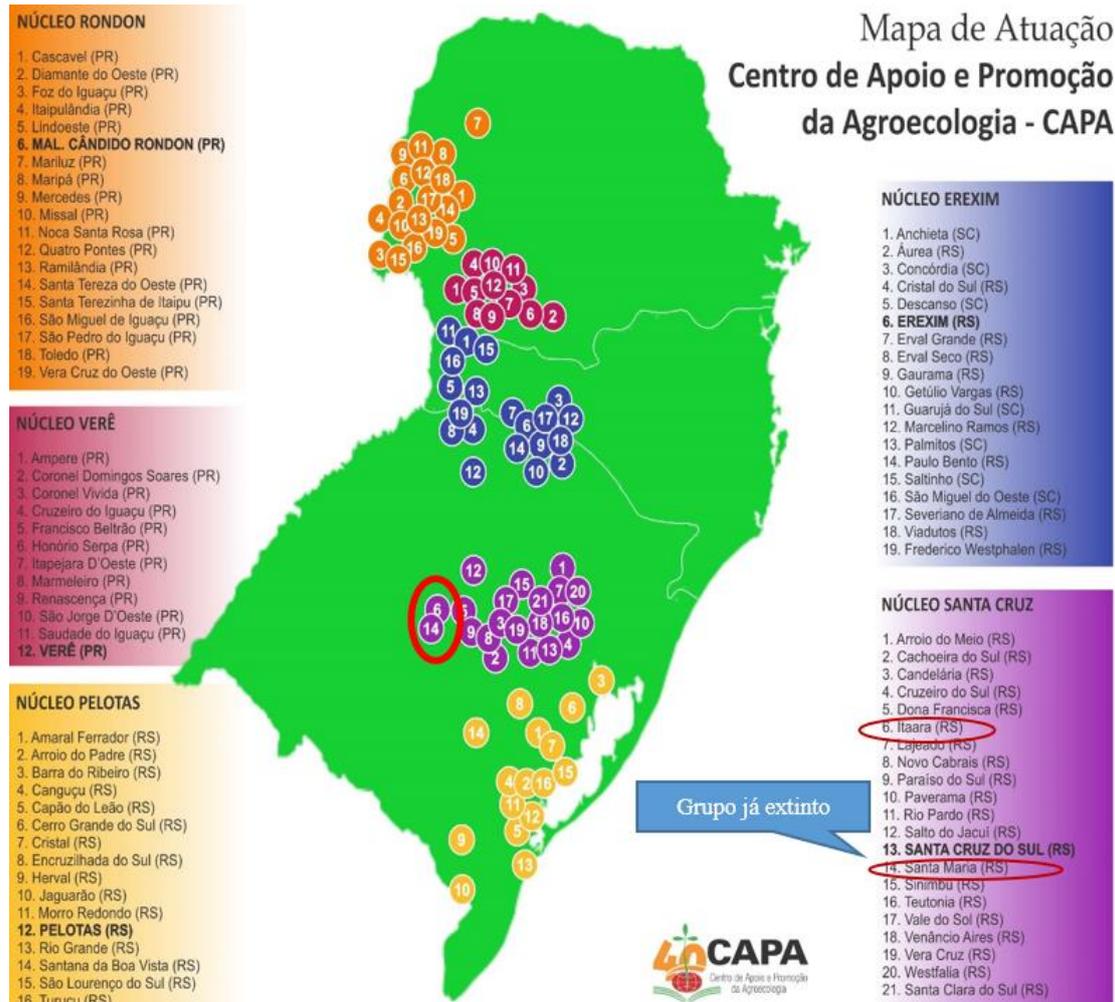
---

<sup>22</sup> Site oficial do Centro de Aconselhamento ao Pequeno Agricultor Disponível em: <<https://capa.org.br/>>. Acesso em: 11 nov. 2019.

<sup>23</sup> *Brot für die Welt* (Pão para o mundo) desenvolve esforços para que todas as pessoas tenham sempre alimentos suficientes. Numa época caracterizada pelas mudanças climáticas e pela crescente escassez dos recursos existentes, a luta contra a fome assume cada vez maior importância (CAPA, 2019).

Santa Catarina (Núcleo Erexim) e Rio Grande do Sul (Núcleo Pelotas e Núcleo Santa Cruz do Sul) conforme a figura 5. O núcleo atuante na Região Central do Estado é o CAPA Santa Cruz do Sul. Baseia sua atuação na troca de saberes, reconhecendo e respeitando os conhecimentos dos públicos beneficiários, com agregação do saber técnico-científico.

Figura 5: CAPA - Mapa de atuação na Região Sul do País.



Fonte: Adaptado de CAPA (2019).

### 3.4.2 Rede Ecovida de Agroecologia

Com base no site oficial da Rede Ecovida de Agroecologia<sup>24</sup>, ela foi construída através de ONGs e organizações de agricultores que compartilhavam das mesmas convicções, dentre essas ONGs tem-se o CAPA que é parte integrante da Rede Ecovida. A formação oficial desta instituição data de 1998, resultado das articulações dessas entidades, conta com 27 núcleos

<sup>24</sup> Site oficial da Rede Ecovida de Agroecologia. Disponível em: <<http://ecovida.org.br/>>. Acesso em: 11 nov. 2019.

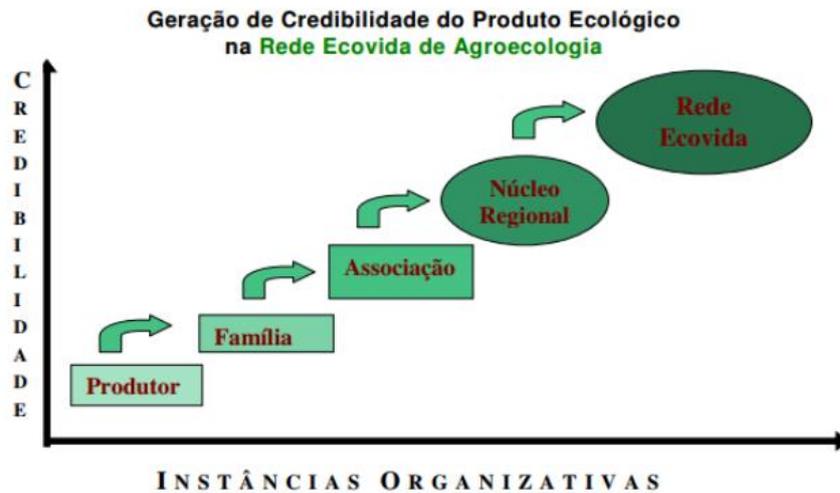
regionais, abrangendo cerca de 352 municípios. Seu trabalho congrega, aproximadamente, 340 grupos de agricultores e 20 ONGs. Em toda a área de atuação da Ecovida acontecem mais de 120 feiras livres ecológicas e ainda outras formas de comercialização (REDE ECOVIDA, 2019).

A Rede Ecovida de Agroecologia é pioneira no desenvolvimento da certificação participativa, metodologia de verificação da conformidade orgânica, denominada como Sistema Participativo de Garantia. Uma vez que, quando afloraram as primeiras discussões sobre certificação de produtos orgânicos no Brasil, a Rede Ecovida juntamente com organizações de técnicos, agricultores e outras ONGs reivindicaram em prol de um mecanismo participativo de certificação, voltado ao consumo interno e reconhecido pela sociedade. Então, no começo dos anos 2000, iniciou-se a formulação dos primeiros documentos sobre o funcionamento e sobre o processo de certificação proposta pela Rede Ecovida de Agroecologia (REDE ECOVIDA, 2019).

No âmbito da certificação participativa, a Rede Ecovida é regida por um sistema solidário de geração de credibilidade dos produtos, onde a elaboração e a verificação das normas de produção são realizadas com a participação dos agricultores e consumidores, buscando o aperfeiçoamento constante e o respeito às características de cada realidade (RADOMSKY, 2010). O selo Ecovida é obtido após uma série de procedimentos desenvolvidos dentro de cada núcleo regional. Nestes núcleos ocorrem a filiação à Rede, as trocas de experiências e a verificação do Conselho de Ética (REDE ECOVIDA, 2019). A Rede Ecovida está credenciada oficialmente pelo MAPA, sendo, dessa maneira reconhecida como um Organismo Participativo de Avaliação de Conformidade Orgânica (OPAC).

O funcionamento da Rede Ecovida de Agroecologia é horizontal e descentralizado, está respaldado na organização das famílias produtoras em grupos informais, associações ou cooperativas. Estas organizações se articulam com associações ou cooperativas de consumidores, ONGs e outras instituições e formam um Núcleo Regional, delimitado a determinada área geográfica. Cada Núcleo tem uma coordenação com uma tarefa de animação e gestão. A soma dos núcleos, nos estados do Sul do Brasil e Sul de São Paulo, forma a Rede Ecovida de Agroecologia (REDE ECOVIDA, 2019). A geração de credibilidade na certificação participativa da Rede Ecovida de Agroecologia está representada em um gráfico construído pela própria Rede, conforme segue na figura 6.

Figura 6: Geração de credibilidade na certificação participativa da Rede Ecovida de Agroecologia.



Fonte: Rede Ecovida de Agroecologia (2019).

### 3.4.3 Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER)

Os serviços de assistência técnica e extensão rural no Brasil tiveram início no final da década de 40, com a criação da Associação de Crédito e Assistência Rural – ACAR, em Minas Gerais. Posteriormente, em 1956, é disseminada por várias regiões brasileiras dando origem à Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR) composta pelas EMATERs que em 1979 passam a compor a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), extinta na década 90, com a liberação econômica do País. Após sua extinção, os serviços de assistência técnica e extensão rural passam a ser responsabilidades estaduais e municipais. Neste processo, o Rio Grande do Sul foi um dos Estados que manteve as atividades de assistência técnica como instrumento de desenvolvimento, via EMATER (PEIXOTO, 2009).

Desde sua criação, a EMATER passou por diversas transformações no que tange, principalmente, a metodologia de trabalho e o público beneficiado. Neste meio tempo passou a incorporar novos valores e conceitos na busca pela promoção do desenvolvimento rural sustentável. No Rio Grande do Sul, conforme apontam Caporal e Costabeber (2004), entre os anos de 1999 e 2002, a EMATER/RS-ASCAR tinha como Missão Institucional estimular o desenvolvimento rural sustentável com base na Agroecologia. Sendo assim, neste período a Agroecologia passou a ser uma linha norteadora do trabalho da EMATER Gaúcha. É importante salientar que essas mudanças foram acentuadas a partir de 2010 com a aprovação

da Lei nº 12.188 de 11 de janeiro de 2010, que trata da Política de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER.

A Política de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, tem por princípios o desenvolvimento rural sustentável; a gratuidade, qualidade e acessibilidade aos serviços de assistência técnica e extensão rural; com adoção de metodologia participativa e dos princípios da agricultura de base ecológica; equidade nas relações de gênero, geração, raça e etnia; contribuição para a segurança e soberania alimentar e nutricional, e público beneficiário a agricultura familiar, os assentados da reforma agrária, povos tradicionais, pescadores artesanais, entre outros (BRASIL, 2010).

Ancorada na Lei de ATER, a EMATER/RS-ASCAR operacionaliza ações de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER – nos estados onde permanece, através da organização, planejamento, avaliação e execução das atividades agrícolas (cultivos e criações), e das atividades não agrícolas, relacionadas ao bem-estar social que incluem a promoção da cidadania e organização rural, promoção e educação em saúde, segurança e soberania alimentar, geração de renda e gestão ambiental. Trabalho este realizado de maneira a estimular o desenvolvimento, atender aos interesses do público beneficiário e melhorar a qualidade de vida da população (EMATER/RS-ASCAR, 2019).

Essa instituição, ainda, faz a interface entre as políticas públicas federais, estaduais e municipais direcionadas aos beneficiários das ações de ATER, bem como a interlocução com as parcerias que atuam no segmento. Além disso, pontua suas ações com ênfase na promoção dos sistemas de produção sustentáveis, com destaque na Agroecologia. No Estado Gaúcho, seu trabalho abrange, aproximadamente, 250 mil famílias com áreas em mais de 480 municípios (EMATER/RS-ASCAR, 2019).

## **4 A LEGISLAÇÃO DE ORGÂNICOS NO BRASIL E OS PROCESSOS DE CERTIFICAÇÃO DOS PRODUTOS**

Este capítulo apresenta a evolução das legislações de orgânicos no Brasil, buscando identificar como a Agroecologia enquanto paradigma de desenvolvimento rural foi sendo incorporada neste processo. A partir das legislações apresenta-se os diferentes mecanismos de certificação dos produtos ditos orgânicos, buscando-se identificar dentre estes, aproximações com a Agroecologia enquanto paradigma ou com a Produção Orgânica enquanto prática agrícola.

No Brasil, de acordo com Alves et al. (2012), as discussões em prol da sustentabilidade e as pressões sociais se intensificaram após o País ter sediado a ECO-92. Em razão disso, houve um estímulo na produção e na procura por alimentos orgânicos, levando algumas ONGs a procurarem o Ministério da Agricultura para propor a regulamentação da certificação de produtos orgânicos.

As particularidades da produção orgânica resultam em um aparato regulamentar que complementa aquele relacionado à legislação sanitária e trabalhista de cada produto. No Brasil, de forma semelhante a outros países em desenvolvimento, eram os agricultores apoiados por ONGs que prestavam assistência técnica e reconheciam a produção em feiras e cestas entregues a domicílio, dando confiança ao processo. Entretanto, o distanciamento entre agricultores e consumidores e o grande crescimento desse mercado criaram a necessidade de regulamentar a produção e a distribuição dos alimentos orgânicos (IPEA, 2017, p. 96).

Em decorrência dessa necessidade de regulamentar a produção orgânica, foi criada em 1994 a Portaria nº 178/1994 que instituiu a Comissão Especial para dispor as normas de certificação de produtos orgânicos. A partir de então, foi instituído o Comitê Nacional de Produtos Orgânicos e, em 1995, através da Portaria nº 192/1995 foi designado os membros que iriam integrar a Comissão Nacional de Produtos Orgânicos. Em seguida, após as normatizações de produtos orgânicos serem colocadas em consulta pública, instituiu-se a primeira normativa brasileira para produtos orgânicos, a Instrução Normativa nº 007 de 17 de maio de 1999 (ALVES et al., 2012).

Seguindo esse apanhado histórico, de acordo com os autores supracitados, no ano de 2002, através da IN nº 006/2002 foram definidos os procedimentos para o credenciamento das certificadoras junto ao Colegiado Nacional de Agricultura Orgânica. Porém, essa instrução normativa, por estar baseada nos padrões internacionais de certificação de terceira parte

(auditoria), não reconhecia diferentes sistemas de geração de credibilidade da qualidade orgânica.

Diante deste fato, muitos dos atores do movimento orgânico do País, como ONGs e Movimentos Sociais, não concordam com essa normativa. Então, algumas organizações de técnicos, agricultores e das próprias ONGs envolvidas nessas discussões, principalmente em prol da Agroecologia, reagiram e colaboraram para a elaboração de propostas de normas não excludentes em relação aos processos de certificação (ALVES et al., 2012).

O processo de regulamentação passa a ocorrer com a participação dos movimentos sociais e representantes da sociedade civil, o que gerou muitos debates e culminou na alteração da IN n° 007/1999 que passou a aderir à premissa de um processo de certificação mais adequado às características de cada região em que atua. Essa mesma instrução normativa foi alterada em 2004 e, em 2008 foi revogada pela IN n° 64/2008 que aprova o regulamento técnico para Sistemas Orgânicos de Produção Animal e Vegetal, com as listas de substâncias permitidas para o uso nestes sistemas produtivos (ALVES et al., 2012). A IN n° 64/2008 foi revogada e entrou em vigor a IN n° 46/2011, que trata do regulamento técnico para sistemas orgânicos de produção (BRASIL, 2011).

Após a aprovação do regimento interno do Colegiado Nacional de Produtos Orgânicos (CNPOrg) e das diretrizes do regimento interno dos Colegiados Estaduais de Produtos Orgânicos (CEPOrg), por meio da IN n° 19/2001, o MAPA se estrutura em relação às questões da Agricultura Orgânica. Em consequência dessa estruturação, em 23 de dezembro de 2003 é aprovada a Lei n° 10.831, que conceitua a produção orgânica, inclui o armazenamento, a rotulagem, o transporte, a certificação, a comercialização e a fiscalização dos produtos em seus decretos. Esta lei reconheceu os diferentes sistemas de certificação para produtos orgânicos existentes no país e, ainda, considerou a possibilidade de que os agricultores familiares, reconhecidos por órgão oficial como produtores de orgânicos, pudessem fazer a venda direta<sup>25</sup> de seus produtos para os consumidores.

É importante salientar que desde a criação da IN n° 007/1999 a definição de sistemas orgânicos abrange a Agroecologia, colocada como sinônimo do mesmo. Fato este que também pode ser observado na Lei n° 10.831/2003, artigo 1°, parágrafo 2° “O conceito de sistema orgânico de produção agropecuária e industrial abrange os denominados: ecológico,

---

<sup>25</sup> Venda direta sem certificação “é aquela que acontece entre o produtor e o consumidor final, sem intermediários ou ainda a venda feita por outro produtor ou membro da família que participe da produção e que também faça parte do grupo vinculado à Organização de Controle Social (OCS)” (MAPA/ACS, 2008, p. 09).

biodinâmico, natural, regenerativo, biológico, agroecológicos, permacultura e outros que atendam os princípios estabelecidos por esta Lei” (BRASIL, 2003).

Para regulamentar a Lei nº 10.831/2003 é aprovado o Decreto nº 6.323, em 27 de dezembro de 2007. Este traz conceitos, diretrizes e disposições gerais sobre as técnicas adequadas na produção orgânica, na comercialização, nas informações quanto à qualidade (identificação, rotulagem) e regulamenta a atividade de avaliação da conformidade através da certificação dos produtos orgânicos e sua respectiva fiscalização (BRASIL, 2007). Assinala-se neste decreto a preocupação com a garantia da qualidade orgânica ao dissertar sobre as técnicas ditas adequadas, tanto para a produção quanto para a comercialização. Ao conceituar estas “técnicas adequadas” ratifica a compreensão da Produção Orgânica como prática agrícola.

Para ser efetivado o processo de avaliação da conformidade orgânica, o Decreto nº 6.323/2007 instituiu o Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (SisOrg), integrado por órgãos e entidades da administração pública federal e pelos organismos de avaliação da conformidade credenciados pelo MAPA. Esse sistema é identificado por um selo único, em todo o território nacional, onde deverá estar inclusa a identificação do sistema de avaliação da conformidade orgânica (ALVES et al., 2012). De acordo com esse decreto, a identificação utilizada pode ser “Certificação Orgânica” ou “Sistema Participativo de Garantia da Qualidade Orgânica”, sendo executado pelo MAPA o credenciamento, o acompanhamento e a fiscalização dos organismos de avaliação da conformidade orgânica (BRASIL, 2007).

Tendo em vista a certificação como um mecanismo importante para garantir a procedência e a qualidade de um alimento orgânico, *in natura* ou processado (ASSAD, 2015), a legislação brasileira estabelece, por meio do Decreto nº 6.323/2007 três formas de certificação da qualidade orgânica dos produtos: a Certificação por Auditoria, a Certificação pelos Sistemas Participativos de Avaliação da Conformidade Orgânica (OPAC) e a Organização de Controle Social (OCS).

A **certificação por auditoria** é realizada por organismo de avaliação, credenciado junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com a finalidade de avaliar a conformidade com as normas regulamentadas para a produção orgânica. Os procedimentos utilizados neste processo de certificação seguem critérios reconhecidos internacionalmente para organismos certificadores, acrescidos dos requisitos específicos estabelecidos nos regulamentos técnicos brasileiros de produção orgânica (BRASIL, 2007).

A certificação é efetuada mediante a emissão de certificado após a aprovação da unidade de produção de acordo com as normas estipuladas na lei e os produtores que recebem

esse certificado podem comercializar os produtos em âmbito internacional. Até o momento, são em torno de 11 empresas certificadoras (auditoras) credenciadas junto ao MAPA com atuação em território brasileiro (MAPA, 2019). As certificadoras internacionais só podem atuar por meio de auditoria e devem ser credenciadas à Federação Internacional de Movimentos de Agricultura Orgânica (IFOAM). A certificação por auditoria implica custos elevados e pode ser feita por agências locais, internacionais ou por associações entre essas agências (MUÑOZ et al., 2016).

**A certificação por Sistemas Participativos de Avaliação da Conformidade Orgânica (SPGs)** é realizada por organismos participativos de avaliação da conformidade orgânica (OPACs). Essas OPACs são compostas por produtores, consumidores, técnicos e demais interessados na certificação orgânica participativa. As exigências para a Avaliação da Conformidade dos SPGs brasileiros estão estabelecidas na IN n° 19/2009. Esses sistemas são construídos baseados na confiança e no processo horizontal de avaliação da conformidade orgânica, no qual a tomada de decisão está compartilhada entre todos os participantes de um sistema participativo, que possuem o mesmo nível de responsabilidade e de poder na determinação da qualidade orgânica dos produtos (BRASIL, 2009).

Esse sistema de certificação tem como importante princípio as discussões, trocas de experiências e sugestões de seus pares, prioriza um ambiente onde os agricultores asseguram sua participação e inclusão no processo (MAPA, 2009). Além disso, um dos mecanismos de controle da qualidade dos produtos é realizado através das visitas de pares, onde os próprios agricultores juntamente com os técnicos que integram a OPAC em questão, visitam-se uns aos outros avaliando as práticas produtivas na propriedade de cada um (BRASIL, 2009). De acordo com Muñoz et al. (2016), esse processo de certificação garante a autonomia dos agricultores por não necessitar de órgãos externos para fazer a regulação da rede.

Os produtos certificados por SPGs podem ser comercializados em todo, e somente, território nacional, até o momento existem 25 OPACs credenciados junto ao MAPA (MAPA, 2019). Esse processo de certificação tem se mostrado eficiente não somente como mecanismo de garantia para os consumidores de produtos orgânicos, como também um recurso importante de organização e construção coletiva de conhecimento dos agricultores (RADOMSKY, 2015).

Conforme salienta Alves et al. (2012), o Ministério do Meio Ambiente e o MAPA apoiaram a construção de Sistemas Participativos de Avaliação da Conformidade Orgânica que condizem com as normas do sistema de certificação por auditoria. De acordo com a legislação brasileira, são esses dois ministérios que avaliam, atestam e garantem a qualidade

orgânica, com prerrogativas e responsabilidades formais no Sistema Participativo de Garantia da Qualidade Orgânica, registradas em seu estatuto social (BRASIL, 2007).

Por fim, a **Organização com controle social para a venda direta sem certificação (OCS)** é um mecanismo direcionado para os agricultores familiares organizados e cadastrados junto ao MAPA ou em outro órgão fiscalizador federal, estadual ou distrital conveniado (BRASIL, 2007). É importante salientar que a legislação brasileira abriu uma exceção à obrigatoriedade da certificação de orgânicos na venda direta aos consumidores finais pelos agricultores familiares. A credibilidade do controle social está assegurada na responsabilidade solidária, que é uma declaração assinada por todos os membros do grupo que compõem a Organização de Controle Social (OCS), comprometendo-se, dessa forma, a cumprir todos os regulamentos técnicos da produção orgânica e responsabilizando-se solidariamente nos casos de não cumprimento das exigências técnicas por alguns de seus membros (MAPA/ACS, 2008).

No caso das OCSs, os agricultores terão de garantir a rastreabilidade de seus produtos e o livre acesso dos órgãos fiscalizadores e dos consumidores aos locais de produção e processamento (BRASIL, 2007). É importante que se atente que esse mecanismo de garantia da qualidade do produto orgânico não é considerado, na legislação, como uma forma de certificação de produtos orgânicos e sim, uma forma de controle de garantia da qualidade dos produtos. Haja visto que a seção que dispõe sobre esse mecanismo de avaliação da qualidade orgânica no Decreto nº 6.323/2007 se intitula “Do controle social na venda direta sem certificação” (BRASIL, 2007).

Destaca-se, ainda, que a certificação por auditoria e a certificação por sistema participativo (SPG) fazem parte do SisOrg e, portanto, podem ter seus produtos identificados pelo selo de orgânico (Figura 7). Já no mecanismo de controle social (OCS) que garante a venda direta, não é permitido o uso do selo (Figura 7).

Figura 7: Principais características dos mecanismos de certificação da qualidade orgânica segundo o Decreto nº 6.323/2007.



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Posteriormente, no ano de 2009 foi aprovada a IN n° 19/2009 que dispõe sobre os mecanismos de controle e informação da qualidade orgânica. Nesta instrução normativa são descritas as orientações para os diferentes sistemas de certificação e para a garantia de controle social sem certificação, no caso as OCSs. Logo, em 23 de julho desse mesmo ano, o Decreto n° 6.913/2009, passa a dispor sobre a pesquisa, a experimentação, a comercialização voltada à exportação e importação, a propaganda comercial, o destino de resíduos e embalagens, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, entre outras especificações (BRASIL, 2009).

Ainda no ano de 2009, em 23 de dezembro, o Decreto n° 7.048 dá nova redação ao art. 115 do Decreto n° 6.323/2007, ampliando o prazo de mais um ano para regulamentação de todos os segmentos envolvidos na rede de produção orgânica, conforme as normas já estabelecidas nos decretos e atos complementares (BRASIL, 2009).

Seguindo, em outubro de 2011 é aprovada a IN n° 46/2011 que estabelece o regulamento técnico para os sistemas orgânicos de produção, bem como as listas de substâncias e práticas permitidas para uso nestes sistemas. Nesta instrução normativa, ainda, é orientado o “Plano de Manejo” e os requisitos gerais dos sistemas orgânicos de produção, se referindo as questões ambientais e as atividades econômicas.

Dando sequência aos avanços da regulamentação dos Produtos Orgânicos do Brasil, em agosto de 2012, é instituído o Decreto n° 7.794 que dá origem a Política Nacional de

Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), firmando o compromisso do governo federal em>

Art. 1º Fica instituída a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PNAPO, com o objetivo de integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutores da transição agroecológica, da produção orgânica e de base agroecológica, como contribuição para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população, por meio do uso sustentável dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos saudáveis (PNAPO, 2012).

Nos ambientes de debates das organizações sociais do campo, duas grandes frentes nacionais de discussões foram importantes para a construção da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO). No âmbito da Produção Orgânica o diálogo ocorreu através do CPOrgs e pela Câmara Temática de Agricultura Orgânica (CTAO) do MAPA. Já na esfera da Agroecologia os diálogos foram norteados pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), Associação Brasileira de Agroecologia (ABA) e Articulação Semiárido (ASA) (PLANAPO, 2013).

Importante salientar que as discussões da Produção Orgânica eram norteadas por conselhos e câmaras temáticas vinculadas ao MAPA, ou seja, normativas construídas pelo estado. Já as assertivas em torno da Agroecologia foram construídas a partir de diálogos protagonizados por organizações da sociedade civil, representantes dos movimentos sociais, do meio acadêmico, entre outros.

Diferentemente da configuração a qual está estruturada a legislação brasileira de orgânicos, na PNAPO as discussões acerca da Agroecologia avançam. Visto que, algumas questões pulsantes discutidas neste contexto emergem, como a visibilidade das mulheres e dos jovens rurais, valorização de conhecimentos tradicionais, promoção da soberania alimentar, entre outras (PNAPO, 2012). Questões estas resultantes das discussões vinculadas aos grupos da Agroecologia, como ANA, ABA e ASA. Já as normativas e decretos, que orientam a Produção Orgânica, foram resultantes dos grupos de discussões vinculados ao MAPA.

No ano de 2014, por meio da IN nº 18/2014 fica estipulado o selo único oficial do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (Figura 7) e, se estabelecem os requisitos para a sua utilização. No ano seguinte é aprovada a IN nº 13/2015 que estabelece a estrutura, a composição e as atribuições da Subcomissão Temática de Produção Orgânica (STPOrg), a estrutura, a composição e as atribuições das Comissões da Produção Orgânica

nas Unidades da Federação (CPOrg-UF), e as diretrizes para a elaboração dos respectivos regimentos internos (BRASIL, 2015).

A STPOrg e as CPOrg-UF têm por finalidade auxiliar nas ações necessárias ao desenvolvimento da produção orgânica, fundamentado na integração entre os agentes da rede de produção orgânica, dos setores público e privado e na participação da sociedade no planejamento e gestão democrática das políticas públicas. As CPOrg-UF são instituídas por atos dos Superintendentes Federais de Agricultura de cada Unidade da Federação, que viabilizam meios para sua implantação e funcionamento. A STPOrg instituída por ato do então, Secretário de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo do MAPA que possibilita meios para sua implantação e funcionamento. A Coordenação de Agroecologia (COAGRE) do MAPA realiza a articulação, o acompanhamento e a orientação do processo de implantação e funcionamento dessas comissões (BRASIL, 2015).

As diretrizes ainda em andamento no País apontam para possíveis mudanças na estruturação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Um exemplo disso é o Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019 que prevê a extinção e estabelecimento de regras e limitações para colegiados da administração pública federal. Em razão disso, por efeito deste decreto, o CPOrg e as suas subcomissões serão extintas, o que ainda não foi definido até finalização da pesquisa.

#### 4.1 AGROECOLOGIA OU AGRICULTURA ORGÂNICA: ACORDOS E CONTROVERSAS

A Agricultura Orgânica e a Agroecologia nascem como movimentos contestatórios ao modelo de agricultura pautado pelos pressupostos da modernização, surgem, portanto, como agriculturas alternativas ao então modelo hegemônico. No entanto, Assis e Romeiro (2002) alertam para confusões comuns entre esses dois termos. É importante que se diga que eles não são sinônimos. A Agricultura Orgânica é uma prática agrícola que tem como objetivo estabelecer sistemas de produção baseados em um conjunto de procedimentos que envolvem a planta, o solo e as condições climáticas, de modo a produzir um alimento saudável, livre de contaminantes químicos.

A Agroecologia, por sua vez, vai além das práticas agrícolas, inter-relacionando saberes de diferentes áreas do conhecimento, bem como incorporando questões como soberania alimentar, valorização dos sujeitos rurais (mulheres e jovens), distribuição equitativa dos fatores de produção, entre outras questões de caráter socioambiental que não

aparecem, na maioria das vezes, nas pautas da Produção Orgânica. Fundamenta-se a partir dos saberes locais que configuram o “substrato” para a ciência Agroecológica. Desta forma, para além da prática agrícola, configura-se como um paradigma emergente de desenvolvimento rural, indo para além das concepções tradicionais da ciência e seus princípios da racionalidade epistemológica e metodológica dos estudos da natureza, como destaca Boaventura de Souza Santos (2003).

Na legislação brasileira que dispõe sobre a produção orgânica, consta a seguinte definição e finalidade de sistemas orgânicos.

Art. 1º Considera-se sistema orgânico de produção agropecuária todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não-renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente.

§ 1º A finalidade de um sistema de produção orgânico é:

I - a oferta de produtos saudáveis isentos de contaminantes intencionais;

II - a preservação da diversidade biológica dos ecossistemas naturais e a recomposição ou incremento da diversidade biológica dos ecossistemas modificados em que se insere o sistema de produção;

III - incrementar a atividade biológica do solo;

IV - promover um uso saudável do solo, da água e do ar; e reduzir ao mínimo todas as formas de contaminação desses elementos que possam resultar das práticas agrícolas;

V - manter ou incrementar a fertilidade do solo a longo prazo;

VI - a reciclagem de resíduos de origem orgânica, reduzindo ao mínimo o emprego de recursos não-renováveis;

VII - basear-se em recursos renováveis e em sistemas agrícolas organizados localmente;

VIII - incentivar a integração entre os diferentes segmentos da cadeia produtiva e de consumo de produtos orgânicos e a regionalização da produção e comércio desses produtos;

IX - manipular os produtos agrícolas com base no uso de métodos de elaboração cuidadosos, com o propósito de manter a integridade orgânica e as qualidades vitais do produto em todas as etapas (BRASIL, 2003).

Importante pontuar que a definição de sistemas orgânicos, apresentada na Lei, busca ir além das questões técnicas e produtivas, abordando questões de valorização de conhecimento, culturas e outros saberes, no entanto ao descrever as finalidades dos sistemas orgânicos, tais questões desaparecem, onde dos itens I ao IX desenrola-se diretrizes somente do campo técnico produtivo.

Bulhões (2001) afirma que, até mesmo em ambiente acadêmico, é comum a confusão entre esses conceitos dentro das mesmas obras, onde o autor começa denominando um

modelo de agricultura e no decorrer do texto passa a denominar o mesmo processo de outra forma, como se fossem sinônimos.

Neste sentido, assim como Assis e Romeiro (2002), Caporal e Costabeber (2009) também alertam para esse tipo de confusão quando apontam várias definições equivocadas sobre a Agroecologia, como “o ato de trabalhar preservando a natureza”, “uma agricultura que promove uma vida saudável”, entre outros. Esses autores afirmam ainda, que muitos estão utilizando o termo como sinônimo de Agricultura Orgânica.

Na verdade, a Agroecologia se refere a uma ciência capaz de promover “um outro” desenvolvimento, não apenas um estilo de agricultura ou, muito menos, um conjunto de práticas e tecnologias agrícolas mais sustentáveis. Essas confusões têm gerado interpretações que, na maioria das vezes, prejudicam o entendimento da Agroecologia e expressam um enorme reducionismo do seu amplo significado, mascarando o seu potencial para contribuir com os processos de desenvolvimento rural (CAPORAL; COSTABEBER, 2009).

De acordo com essas contribuições, Wezel et al. (2009) afirma que Agroecologia possui três abordagens (prática/técnica produtiva, ciência e movimento), sendo que, apenas uma delas contempla as mudanças nas técnicas de produção de alimento, o que se aproxima da produção orgânica. Porém, a Agroecologia é muito mais do que um estilo de agricultura, incorporando em seus princípios seis dimensões da sustentabilidade (econômica, ambiental, social, cultural, política e ética). Na produção de orgânicos o que é colocado em voga, principalmente na legislação, são as três primeiras dimensões (econômica, ambiental e social), por isso, alerta-se para um reducionismo da Agroecologia e seus propósitos enquanto paradigma emergente.

Outra questão importante que deve ser pontuada é a substituição de insumos que pode estar ocorrendo no âmbito da produção orgânica. Visto que, na maioria das vezes, incentivados pela própria legislação, que liberou as listas de substâncias permitidas para uso nos sistemas orgânicos de produção (IN n° 46/2011 e IN n° 17/2014), os agricultores passam a seguir a mesma lógica da agricultura convencional, fazendo substituição de insumos químicos e tóxicos por insumos orgânicos e biológicos.

Corroborando com essa afirmação, Altieri e Toledo (2011), afirmam que essa ótica da substituição de insumos acaba se tornando muito parecida com a lógica da agricultura vigente, contribuindo para que os agricultores continuem sem autonomia. Essa atitude, por parte da legislação brasileira, pode estar “aprisionando” economicamente os agricultores, deixando-os dependentes das empresas que ofertam insumos. Já que, geralmente, as mesmas empresas que fabricam os insumos para a agricultura convencional têm se apropriado da temática orgânica,

fabricando, dessa forma, os insumos orgânicos e biológicos<sup>26</sup> com as substâncias permitidas pela legislação para uso em sistemas orgânicos de produção.

Quando se observa todo o histórico de formação da Agroecologia, principalmente no Brasil, percebe-se que ela foi fortalecida no âmbito dos movimentos sociais, como forma de resistência ao modelo agrícola vigente. Portanto, ao confundi-la com a produção orgânica, são desconsiderados todos os aspectos que estão além dos sistemas produtivos, questões que apontam a Agroecologia com um paradigma de desenvolvimento rural sustentável e não só um sistema de produção alternativo.

A legislação e os processos de certificação de orgânicos, ao institucionalizar a produção orgânica, podem estar invisibilizando questões importantes colocadas nos discursos da Agroecologia. Este fato pode estar mascarando as potencialidades da Agroecologia e fortalecendo a produção orgânica em um contexto hegemônico (liderança cultural e político-ideológica de um bloco de ideias, sobre outras, segundo Gramsci) muito embasado nos preceitos de uma agricultura convencional que, somente, não usa agrotóxicos e fertilizantes solúveis. Essa afirmação é reforçada por Caporal, Paulus e Costabeber (2009)

[...] é preciso ter clareza que algumas agriculturas alternativas e a agricultura orgânica certificada, entre outras, são, em geral, o resultado da aplicação de técnicas e métodos diferenciados dos pacotes convencionais, normalmente desenvolvidas de acordo com e em função de regulamentos e regras que orientam a produção e impõem limites ao uso de certos tipos de insumos e a liberdade para o uso de outros (p. 31).

Por conseguinte, de acordo com os dados liberados pelo MAPA (2019), a tendência de crescimento, tanto da produção quanto do consumo de orgânicos, é considerável. O número de produtores de orgânicos cadastrados junto ao MAPA tem aumentado significativamente nos últimos anos, conforme pode ser observado na figura 8.

Figura 8: Crescimento do número de produtores orgânicos cadastrados junto ao MAPA de 2012-2019.

---

<sup>26</sup> Exemplo de duas multinacionais que têm se apropriado do mercado de orgânicos: Monsanto e Bayer, que desde 2016 trabalham juntas e lançaram no mercado o CTS500 (inoculante para tratamento industrial biológico de soja) - Jornal do Comércio. Disponível em: <[https://www.jornaldocomercio.com/\\_conteudo/especiais/expodireto\\_2019/2019/03/674716-produtos-biologicos-e-ate-apicultura-ganham-espaco-no-portfolio-da-bayer.html](https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/especiais/expodireto_2019/2019/03/674716-produtos-biologicos-e-ate-apicultura-ganham-espaco-no-portfolio-da-bayer.html)>. Acesso em: 11 nov. 2019.



Fonte: MAPA (2019).

Conforme os dados publicados pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal – CODEPLAN (2015), a expansão do número de produtores orgânicos é mais acentuada nos estados do Sul do País, onde o Rio Grande do Sul está em destaque com 1.236 produtores cadastrados, perdendo apenas para o Paraná com 1.281 produtores. No Estado Gaúcho a maioria dos produtores orgânicos são certificados pelos Sistemas Participativos de Avaliação da Conformidade Orgânica (SPGs), sendo 691 agricultores certificados por este mecanismo, 183 produtores certificados por auditoria e 362 agricultores possuem a garantia da qualidade orgânica sobre seus produtos através das Organizações de Controle Social (OCSs) (CODEPLAN, 2015).

Com relação a estes números apresentados pelo MAPA, deve-se atentar ao fato de que eles expressam o crescimento no número de propriedades certificadas, no entanto não apresentam a tipologia destes estabelecimentos (familiares, patronais, empresariais?), apenas sugerem esta compreensão a partir do tipo de certificação. Além disso, a partir desses números surge o questionamento, inevitável, de quantos produtores configuram produção de base agroecológica? Esse número permitiria maior visibilidade da relação dos agricultores com a Agroecologia como modo de vida, para além dos sistemas produtivos e, portanto, auxiliaria nas análises de alcance dos processos de certificação orgânica na agricultura familiar.

Em decorrência do que fora apresentado até aqui, pode-se observar que a Agroecologia pensada como um paradigma de desenvolvimento rural, que vai de encontro aos agricultores familiares, pode estar se perdendo em meio as normativas e regulamentações da legislação de orgânicos. Embora exista uma política de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), as instruções normativas que orientam a certificação ainda são pautadas por quesitos técnicos, mesmo que nas legislações vigentes as dimensões sociais sejam apresentadas como metas.

É importante destacar que ao ser conquistada pelos movimentos sociais do campo e outras instancias representativas da categoria dos agricultores, o mecanismo de certificação participativo (SPG) parece ser o que mais se aproxima dos preceitos da Agroecologia, com a valorização de conhecimentos e a construção da ciência Agroecológica a partir de saberes locais compartilhados e ressignificados a partir de cada realidade.

As OCSs, por sua vez, ao serem construídas para os agricultores familiares são conduzidas a partir dos princípios da Agroecologia. Porém, a legislação ao categorizar esse mecanismo de conformidade de qualidade orgânica o faz sem elencar à sua condição a certificação, fazendo com que os agricultores certificados não possam comercializar seus produtos para além dos circuitos de comercialização direta, mesmo que todos os quesitos técnicos sejam exigidos e atestados pelo MAPA.

Qual o sentido dessa determinação, considerando que o reconhecimento da qualidade orgânica é conferido por uma organização constituída pelos agricultores, pelos técnicos vinculados a estes e pelos próprios consumidores, sendo ainda legitimados pelo próprio MAPA?

Aqui se faz importante ressaltar, que o presente trabalho não objetiva tecer comparações entre os diferentes mecanismos de certificação, no entanto o estudo da legislação suscita tais questionamentos. Contextualizando as múltiplas realidades dos produtores gaúchos envolvidos com a produção orgânica, dados da CODEPLAN (2015) mostram que a maioria dos produtores orgânicos são certificados por SPGs, em segundo lugar por OCSs e por último, auditoria. Esses dados sugerem a importância dos mecanismos de certificação participativos para a inserção da agricultura familiar no mercado de orgânicos. No entanto, inúmeros desafios a serem enfrentados pelos agricultores familiares para alcançar ou mesmo manter a certificação precisam ser discutidos e visibilizados buscando entender a adequação da legislação à suas realidades e não o contrário.

Itens de obrigatoriedade dispostos na IN n° 46/2011 que determinam os regulamentos técnicos, como substancias permitidas, distanciamento entre as áreas certificadas e áreas de cultivos convencionais e, ainda, a localização das propriedades, nem sempre são possíveis aos agricultores dado o contexto de crescimento da agricultura convencional e aumento do uso de agrotóxicos de amplo alcance. Uma vez que, desde o início do ano de 2019 foram registrados pelo governo federal mais de 260 novos agrotóxicos para serem usados na agricultura

brasileira<sup>27</sup>, muitos deles proibidos na Europa, o que pode agravar ainda mais o cenário da produção orgânica e principalmente da Agroecologia.

**Diante desse contexto, quais os desafios e motivações enfrentados pelos agricultores familiares para alcançar ou até mesmo manter a certificação orgânica?**

---

<sup>27</sup> Brasil de Fato: uma visão popular do Brasil e do Mundo. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/07/22/governo-libera-mais-51-agrotoxicos-um-deles-ameaca-variedade-de-abelhas/>>. Acesso em: 06 set. 2019.

## 5 APRESENTAÇÃO DAS FAMÍLIAS AGRICULTORAS DE BASE AGROECOLÓGICA: TRAJETÓRIAS, MOTIVAÇÕES E DESAFIOS

*“Num mundo de plástico e barulho,  
quero ser barro e silêncio”  
(Eduardo Galeano)*

Esse capítulo apresenta as trajetórias, as motivações e as percepções dos agricultores de base agroecológica entrevistados nesta pesquisa. Sendo assim, para cada um dos casos foram descritos os seguintes elementos: apresentação da propriedade e da família, trajetória da família, locais de comercialização, tipo de certificação orgânica e como esse sistema é executado na prática, percepções quanto ao processo de certificação, a Agricultura Orgânica e a Agroecologia. Além disso, também serão apresentados os elementos observados na pesquisa de campo e as particularidades de cada um em relação ao equilíbrio do agroecossistema.

A partir desses elementos serão apresentadas as motivações para a certificação orgânica onde será identificado, através da fala dos agricultores, as potencialidades e os desafios impostos pela certificação. Salienta-se que a escolha desses agricultores para compor a amostra foi intencional, visto que estas famílias têm ou tiveram algum protagonismo na construção da Agroecologia na Região Central do Estado. Portanto, as famílias de agricultores de base agroecológicas serão apresentadas de acordo com linha do tempo de como esse processo foi sendo desenvolvido na região.

Dessa maneira, o primeiro caso apresentado será o caso da Família Streck, pois são agricultores que participaram das primeiras discussões em prol da certificação participativa na região central do estado. Essa família, após ter recebido o certificado de orgânico, acabou desvinculando-se de um grupo de certificação. O segundo caso apresentado será o caso dos Amigos de Itaara que, em virtude do desligamento da família Streck e do número reduzido de agricultores participantes de um grupo de certificação, foram convidados a compor o mesmo. Já o terceiro e último caso apresentado será o caso da Família Becker, que receberem a certificação há pouco tempo.

### 5.1 PRIMEIRO CASO: FAMÍLIA STRECK

Para compormos a apresentação do caso da Família Streck foram realizadas conversas informais com o casal no espaço de comercialização direta do Feirão Colonial de Santa Maria,

onde comercializam seus produtos aos sábados. Após contatos iniciais foi agendada uma visita na propriedade do casal, onde foram realizadas observações diretas acerca do agroecossistema e entrevista com base em um roteiro de questões previamente elaboradas.

A visita iniciou-se pela manhã e se estendeu até a noite com conversas no jantar e pernoite, até a manhã do dia seguinte. Esta vivência com a família proporcionou importantes espaços de fala e observação para a pesquisa. As narrativas trazidas por eles abriram “janelas” importantes para compreensão do percurso histórico da prática e legitimação da Agroecologia em Santa Maria, trazendo à tona fatos, agentes e documentos a serem incorporados na pesquisa como importantes elementos de análise. Assim, além do casal de agricultores, foram entrevistados dois agentes de desenvolvimento rural como complementação as informações históricas obtidas na entrevista.

### **5.1.1 Apresentação da propriedade e da família**

A propriedade da Família Streck está localizada no distrito de Palma, município de Santa Maria, com área total de 2,6 hectares (Imagem 1). Essa propriedade foi adquirida pela família assim que decidiram seguir o sonho de serem agricultores. Já que cresceram no rural e depois de adultos migraram para trabalhar na cidade. Contudo, nunca perderam a identificação com o rural, o que é evidenciado pela fala do Sr. Streck.

**Sr. Streck** - *As crianças [filhos] sempre diziam: vocês saíram da colônia, mas a colônia nunca saiu de vocês.*

Imagem 1: Imagem aérea da propriedade da Família Streck.



Fonte: Adaptado de Google Earth (2019).

A família é composta por um casal de agricultores com idade média de 50 a 60 anos. Possuem dois filhos que já não moram mais com eles, pois já constituíram suas famílias e trabalham na área urbana. Com isso, somente os dois cuidam da pequena e diversificada propriedade, não necessitando de mão de obra externa, pois afirmam que preferem produzir pouco, mantendo a diversidade e qualidade de seus produtos.

Em virtude de sua descendência germânica, essa família possui traços bem marcados dessa cultura em sua vivência, identificados principalmente na fala, em razão de seu “sotaque” característico dos imigrantes do Sul do País. A família possui fluência no idioma germânico, devido à preocupação do casal em transmitir idioma e costumes a seus filhos, para

que dessa forma a cultura alemã não se perca. Eles são muito acolhedores e foram bem receptivos à pesquisa, pois é visível o orgulho e zelo que têm para com sua propriedade. Além disso, é perceptível a afinidade que ambos possuem, o Sr. Streck demonstra muita estima e respeito por sua esposa e a divisão de trabalho é bem marcada entre eles, apesar de ambos se envolver com todas as atividades.

Sendo assim, a Sra. Streck é responsável pela manipulação de alimentos na agroindústria familiar, onde produzem bolachas, massa caseira, agnolini, suspiro caseiro, queijo, requeijão e manteiga. O manejo com os animais e a venda dos produtos na feira são trabalhos realizados pelo casal, já o manejo da horta fica na responsabilidade do Sr. Streck, pois, por motivos de saúde, a Sra. Streck não pode se expor muito ao sol.

A diversidade do que é produzido e comercializado na feira está diretamente ligada à sazonalidade climática típica da região Sul do Brasil. No período da realização da pesquisa de campo o casal estava cultivando tomate, morango, repolho, couve-flor, cebola, alho, algumas espécies de alfaces, physalis, pepino, pimentão, laranja, limão, cana-de-açúcar, milho e mais alguns cultivos vegetais (Imagem 2). Ainda, possuem uma variedade de animais domésticos como patos, galinhas poedeiras para a produção de ovos, garnizés e bovinos leiteiros cruzas de Jersey, criadas em um pequeno sistema de Pastoreio Racional Voisin<sup>28</sup> de 0,8 hectares (Imagem 3).

Imagem 2: Produção vegetal da Família Streck.

---

<sup>28</sup>O Pastoreio Racional Voisin (PRV) é um sistema racional de manejo de pastagem que preconiza a divisão da área de pasto em parcelas, com fornecimento de água fresca, sal mineral e sombra aos animais. Este sistema visa ampliar a produtividade e o valor biológico das pastagens, aumentando gradativamente a fertilidade do solo, produzindo alimentos livres de insumos químicos industriais e respeitando o bem-estar animal. Para maiores informações consultar: Pinheiro Machado, L. C. **Pastoreio Racional Voisin**: tecnologia agroecológica para o 3. milênio. São Paulo: Expressão Popular, 2010.



Fonte: Arquivos de campo (2018).

Imagem 3: Produção animal da Família Streck.







Fonte: Arquivo de campo (2018).

A família Streck comercializa seus produtos no Feirão Colonial há mais de vinte anos. Essa feira é uma iniciativa da Cooperativa de Economia Solidária COOESPERANÇA<sup>29</sup>, (Cooperativa Mista de Pequenos produtores Rurais e Urbanos) que está vinculada ao Projeto Esperança, um dos setores do BANCO DA ESPERANÇA da Diocese de Santa Maria integrado com a Cáritas Regional/RS. O casal conta que anteriormente comercializava seus produtos em outros pontos e faziam entregas à domicílio, mas por julgarem ser estressante ter vários pontos de comercialização, optaram por comercializar seus produtos somente no Feirão Colonial. Fazem cerca de oito anos que a família se mantém apenas nesta feira que ocorre aos sábados, na parte da manhã, das 07:00 às 11:30 horas. Por estarem vinculados a esta feira há vários anos, têm uma relação forte de amizade e confiança com os consumidores, visto que

<sup>29</sup> O COOESPERANÇA articula experiências de Economia Popular Solidária, no meio urbano e rural trabalhando na construção do associativismo, solidariedade e cidadania como pilares para geração de trabalho e renda aos produtores rurais e urbanos. No campo da agricultura promove formação e capacitação dos produtores em Agroecologia, agroindustrialização, entre outros cursos, bem como iniciativas de comercialização dos produtos de seus associados (ICAZA; FREITAS, 2006). Possui como principal ponto de comercialização dos produtos o Feirão Colonial.

chegam na feira somente para entregar os produtos que já foram vendidos pela Sra. Streck durante a semana pelos aplicativos de redes sociais (Whatsapp e Facebook).

*Sra. Streck – A “fulana” mesmo já me liga ou manda mensagem antes, ela tem o nenê pequeno né, aí ela diz assim “tem moranguinho guarda pra mim”, ela tá esperando os tomate, esses dia ela pergunto “quando é que vem os tomate?” Porque ela que dá uma coisa saudável pra criança e ela sabe que esse aqui é, então ela disse assim esses dias “tu tem moranguinho?” Aí tem uma bandeja, “não vende, guarda pra mim que eu vo bem cedo”. (...)Tinha um pacote de vagem a semana passada, a mulher chegou e disse assim “tu trouxe um, aí é meu”, né.*

### **5.1.2 A Certificação de orgânicos na Família Streck: percepções, motivações e desafios**

A Família Streck teve alguns produtos certificados durante dois anos, entre 2013 e 2015, pelo sistema participativo de certificação da Rede Ecovida de Agroecologia. O processo que culminou na certificação foi demorado e exigiu muita persistência da família, até ser efetivado. Os Streck, desde 2003 participavam de discussões acerca de tratativas de certificação promovidas pela Secretaria de Desenvolvimento Rural da Prefeitura municipal de Santa Maria, no entanto, a certificação se efetivou bem mais tarde, em outro processo de mobilização e discussões, que iniciou em 2012.

Dada a riqueza das informações trazidas pela Família Streck, para a compreensão das tratativas em prol da produção e certificação de produtos ecológicos em Santa Maria, apresentaremos a trajetória da família até a certificação, em dois momentos: o primeiro que narra as discussões iniciais sobre certificação participativa em Santa Maria promovidas pela Prefeitura Municipal e, o segundo, que apresenta as articulações da Família Streck com um grupo de agricultores ecologistas que, a partir da criação de uma associação alcançaram a certificação participativa.

### **5.1.3 Discussões iniciais sobre certificação participativa em Santa Maria**

O primeiro momento das discussões, acerca da certificação participativa da propriedade dos Streck, ocorreu entre os anos de 2003 e 2004. Após o relato desses agricultores e entrevista junto a dois agentes de desenvolvimento que, atuavam na secretaria de Desenvolvimento Rural da Prefeitura Municipal de Santa Maria, neste mesmo período de tempo, foi possível a reconstrução de um momento importante para identificação de ações institucionais em Agroecologia neste município.

A entrevista com a Família Streck expôs a existência de um trabalho realizado pela Secretaria de Desenvolvimento Rural de Santa Maria que tinha como objetivo incentivar a produção agroecológica no município. Tais ações iniciaram no ano de 2001, após a Prefeitura Municipal firmar um convênio com o CAPA Santa Cruz do Sul, o que resultou, em 2003, na formação de um núcleo da Rede Ecovida de Agroecologia na região central, o Núcleo Regional Centro. Esse núcleo era formado por grupos organizados de agricultores desta região, que já trabalhavam em uma perspectiva ecológica, baseados em alguns conceitos da Agroecologia, como a conservação ambiental, a produção de alimentos saudáveis e livre de químicos sintéticos, entre outros.

De acordo com o Regimento Interno do Núcleo Regional Centro – RS da Rede Ecovida de Agroecologia<sup>30</sup>, seu funcionamento estava embasado nos preceitos da Instrução Normativa 007 de 17 de maio de 1999 e pelas Normas de Produção, Organização e Funcionamento da Rede Ecovida de Agroecologia. O núcleo era composto por oito grupos de agricultores, contendo no mínimo três famílias de agricultores em cada um, no qual um dos grupos era do Projeto Esperança/Coesperança do Feirão Colonial de Santa Maria (Documentos internos do núcleo, 2003). Nas diversas reuniões realizadas com os grupos de agricultores, as discussões ocorriam em torno da certificação participativa. Em ata de reunião realizada em 28 de maio de 2003, os agricultores integrantes do núcleo defendiam a importância da constituição do Núcleo para a região em virtude do estímulo à produção ecológica, da valorização e reconhecimento dos produtores que já desenvolviam esse estilo de vida.

Todo esse trabalho desenvolvido pelo Núcleo Regional Centro da Rede Ecovida, culminou na criação de uma feira Agroecológica, que ocorria aos sábados na Praça Saturnino de Brito, no município de Santa Maria (Imagem 4). Esse projeto teve início no ano de 2003, mas encerrou suas atividades já no próximo ano, em 2004, em função de não ter ocorrido a renovação do contrato com o CAPA Santa Cruz do Sul. A feira persistiu por mais um tempo, porém sem o apoio institucional da Secretaria de Desenvolvimento Rural e do CAPA, os agricultores se desestimularam e não conseguiram continuar “sozinhos”.

Imagem 4: Feira Agroecológica da Praça Saturnino de Brito em Santa Maria, RS.

---

<sup>30</sup> Um dos agentes da Secretaria de Desenvolvimento Rural, entrevistado para essa pesquisa, ao ser contatado repassou atas de reuniões e o Regimento Interno do Núcleo Regional Centro como documentos auxiliares para a pesquisa.



Fonte: Cedida por Zimmermann (2003), arquivo pessoal.

Durante a formação do grupo do município de Santa Maria, o Sr. Streck esteve participando de algumas reuniões juntamente com outros agricultores ecológicos participantes do Projeto Esperança. Porém, segundo o próprio agricultor, ele não continuou fazendo parte do processo de certificação desse grupo, pois na época tinha outras prioridades e, portanto, nem chegou a comercializar seus produtos na Feira Agroecológica da Saturnino de Brito.

#### 5.1.4 A conquista da certificação orgânica

O processo de certificação da Família Streck se efetivou somente em 2013 junto a um grupo de agricultores da região, o AFAS (Associação de Famílias da Agricultura Sustentável). Segundo o Sr. Streck, quando o grupo estava em formação, ocorriam reuniões de 15 em 15 dias com as discussões de funcionamento do grupo, alguns regramentos e registro destes em atas. A partir disso, o grupo construiu o seu próprio estatuto que foi enviado para Rede Ecovida e, posteriormente, para o MAPA. Após ter sido avaliado e aprovado por estas instituições, puderam continuar com o processo de certificação.

**Sr. Streck** – *É nós fizemo a certificação porque lá no projeto Esperança nós tentamo anos e anos consegui a certificação, só que cada vez que chegava pra finaliza, alguma coisa trancava. Aí nós fomo pra frente, montamo um grupo e fomo atrás. Por que dá pra fazer? Dá, então se atraquemo uma turma toda, se juntamo, fizemo um grupo e se certificamo ali por 2013. Fomo acho que aqui na região de Santa Maria, em termo de certificação, de pessoa, de família certificada, acho que foi a primeira.*

A história da Família Streck é apresentada através de uma ilustração, que se encontra a seguir na figura 9. Nesta ilustração, a trajetória de vida da família é expressa através da arte, pois considera-se, aqui, que a vida é uma “arte” e os agricultores/atores dessa pesquisa são os protagonistas da história.

Figura 9: Ilustração da trajetória de vida da Família Streck.



Fonte: Elaborado por Beck (2019) a pedido da autora.

Sendo assim, a certificação orgânica foi concretizada após várias reuniões de capacitação em produção orgânica (insumos e manejos), que o AFAS fazia juntamente com os técnicos do CAPA e alguns integrantes da Rede Ecovida. De acordo com as afirmações do Sr. Streck, logo depois de ter recebido a certificação, os técnicos do CAPA se deslocavam até as propriedades para passar-lhes orientações. Nestas visitas às propriedades os técnicos eram acompanhados por agricultores certificados de outros municípios da região central, que, também, eram atendidos pelo CAPA e certificados pela Rede Ecovida.

O certificado de produtos orgânicos era obtido somente por um ano, visto que deveria ser renovado anualmente por meio das visitas realizadas pelos técnicos do CAPA e outros agricultores certificados. Esses agricultores deveriam ser experientes para oferecer suporte àqueles que estavam iniciando nesse processo, conforme salienta o Sr. Streck.

**Sr. Streck** – *As famílias que fiscalizam são as que já têm a pelo menos 5, 6 ou mais anos, que já são bem mais instruídas, que já passaram por bem mais dificuldade e ao mesmo tempo, mais instruções pra ajuda na formação de quem tava começando.*

Nestas visitas de renovação da certificação, os técnicos acompanhados pelos agricultores passavam algumas informações e experiências referentes ao manejo correto da área certificada, além de avaliarem a propriedade como um todo. Uma vez que, mesmo com o restante da propriedade sem certificação, a família não podia usar insumos prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, inclusive o cultivo de transgênicos.

**Sr. Streck** – *Os agricultores que vinham aqui pra fiscalizar nem conheciam a minha propriedade. Então eles queriam saber tudo, eles olharam tudo que é canto pra ver se eu não tinha veneno em algum lugar, pra ver se eu não tinha galão de veneno, pra ver se eu não tinha alguma coisa relacionada a adubo químico... então, é criterioso? É. É bacana? É, mas ela não te dá retorno, tanto é que pra nós não deu retorno, então por isso a gente parou.*

A área certificada precisava ficar protegida das culturas convencionais, sendo obrigatório o uso de quebra-vento e distanciamento para não ocorrer contaminação da produção orgânica. Os fiscais analisavam as informações contidas no caderno de manejo e depois fiscalizavam com cautela a área certificada, que no caso da família Streck era somente a área da horta.

**Sr. Streck** – *No nosso caso é só a horta, porque nós não tinha interesse de certificar a propriedade, eles até, pela certificadora, eles iam me certificar a propriedade toda, desde que eu não plantasse soja lá em cima, sabe?*

Dessa maneira, mesmo observando toda a propriedade, era avaliado somente os produtos que estavam sendo cultivados na horta. Visto que, só estes eram certificados.

**Sr. Streck** - *É a gente teve todos os treinamento, todas as correria legal de formação antes da certificação e depois dentro da certificação aí vinha as família de outros lugar, de outras região pra olha a tua propriedade, pra vê o teu manejo, olha o caderno de manejo, conversa contigo como é que maneja, olha a propriedade no todo, pra depois olha a parte onde é que ia se certificada pra vê a situação da propriedade em forma de localização, porque até, por isso a gente teve que fazer um mapa e escreve os produtos que tão inscrito lá no MAPA do governo, qual é os produto que tu tá produzindo pra ganha certificação encima daqueles produto só, ou de repente tu não coloco cenoura lá e tá vendendo cenoura como orgânica não pode né, então tem que escreve todo os produto.*

No entanto, eles afirmam que a fiscalização pela Rede Ecovida procura ser mais educativa do que punitiva, pois quem faz esse trabalho são pessoas que conhecem e partilham da mesma “ideologia” da família certificada.

**Sr. Streck** – *E a fiscalização pela certificadora é bem tranquila, porque todos os que, se envolvem nisso, o pessoal que fiscaliza é o pessoal que trabalha de forma orgânica e de base agroecológica, eles têm o mesmo pensamento, então não há uma dificuldade de eu í lá em Candelária ou lá em Santa Cruz fiscaliza uma lavoura, eu só olho o manejo deles e já vejo que a produção é limpa. Pra quem trabalha de forma orgânica e tem esse pensamento no coração, tu chega na propriedade do outro tu já, tu automaticamente tu vê, o jeito que a pessoa anda, o jeito que o pátio dele tá organizado, o jeito que as coisa tão plantada, tu já vê que a, não precisa nem í lá no galpão pra vê se ele tem veneno lá num lado, se ele passa ou não passa, tu já pode certifica assim só de olha, assim de cara.*

Mesmo o Sr. Streck tendo afirmado que a fiscalização era tranquila, quando lhe foi perguntado como eram as exigências da fiscalização, ele deixou claro que os fiscais eram bem exigentes. Os agricultores certificados deveriam seguir as normativas da legislação, fazer tudo aquilo que foi orientado pelo grupo e pelos técnicos, caso isso não estivesse acontecendo, o agricultor era instruído novamente e na próxima visita deveria estar com o problema sanado.

**Sr. Streck** – *As regras eram rígidas, tu tinha que segui as regras, então se de alguma forma, por exemplo, tu tava andando do lado, que tu não tava andando no trilho certo, não tava fazendo as coisas como tu apreendeu, como o grupo ensino, como os técnico ensinaram, tu era orientado né, da próxima visita tu tinha que tá em dia e bem melhor, não só em dia, bem melhor!*

No caso da propriedade dessa família, segundo o Sr. Streck, o certificado de orgânico poderia ter sido liberado um ano antes, mas pela rigidez da legislação, os fiscais juntamente com a Rede Ecovida optaram por entregar-lhes o certificado somente em 2013, quando de acordo com os fiscais, a propriedade estava com o agroecossistema mais equilibrado. Além disso, ele afirmou que quando o MAPA vinha fazer as visitas nas propriedades, as normas deveriam estar sendo seguidas à risca. Essas visitas do MAPA eram esporádicas e sem aviso

prévio. Dessa maneira, para salientar a sua fala, relatou o caso de uma colega do grupo que foi surpreendida pelo MAPA em uma visita e quase prejudicou todo o grupo por estar usando como bebedouro dos animais uma vasilha limpa que veio com detergente químico utilizado na lavagem da ordenhadeira.

**Sr. Streck** – *Eles cobravam bastante, até porque antes da gente consegui a certificação, nós ficamos mais de ano que nós já podia te sido certificado, mas por causa da rigidez da lei, eles acharam por bem não certifica pra não tê nenhum problema, porque se o MAPA chegasse, porque o MAPA chegou, ele veio, só não vieram aqui em casa. Quando tu vê tão na tua porta! Eu sei que aquela vez na colega lá eles reclamaram por causa que tinha, eles pegaram um pote e cortaram, aquele coisa lá que nós tiramo o shampoo pra lava a ordenhadeira, cortaram o pote, que nem nós temo ali em cima pra bota..*

**Sra. Streck** – *Bebedouro de agua.*

**Sr. Streck** – *Bebedouro de agua, uma coisa que não tem nada a vê, um pote limpo, simplesmente tinha shampoo, shampoo não, é um detergente.*

**Sra. Streck** – *Detergente pra limpa a ordenhadeira, né.*

**Sr. Streck** – *É, por causa que tavam usando aquilo pra bebedor e não podia, o MAPA já avisou o CAPA pra corta o grupo. Então as regras pra produção orgânica são bem rígida, ou tu segue elas no padrão ou tu não consegue a certificação. E mesmo o pessoal que visita, ele tem a obrigação, por exemplo, se eu vou visita um grupo lá em Santa Cruz, eu tenho obrigação de regrar por aquilo que a lei manda. Se não, não é só aquela pessoa que cai fora, todo o grupo perde e todo o grupo perdendo, toda organização perde. É bem complicado, mas ao mesmo tempo é gratificante, porque se tu tá fazendo um coisa certa, porque que tu vai erra? Pra que que tu vai faze a coisa errada? Pra que quando o cara viro as costa tu vai í lá passa outra coisa? Não! O teu sentimento tá dizendo que tu qué assim, tu qué entrega um produto pro teu cliente de forma que tu mesmo vá, não é pelo nome do certificado, mas o teu coração, o teu ser tá na frente da pessoa, do teu cliente dizendo assim ô “isso aqui é assim”. Então, tu tem que ser verdadeiro naquilo que tu faz pra ti ser verdadeiro naquilo que tu tá dizendo.*

Dessa maneira, percebe-se a responsabilidade que os agricultores que fiscalizam têm sobre o grupo, pois caso alguém não cumpra as normas, não é somente aquela pessoa que se desliga do grupo, todo o grupo é prejudicado e pode até mesmo ser desfeito. Segundo o Sr. Streck, a certificação é bem rigorosa em relação às pequenas propriedades, que é a realidade desses agricultores, com somente 2,6 hectares de área para viver e produzir. Pois, caso haja cultivos convencionais nas áreas vizinhas, os agricultores orgânicos precisam plantar quebra-ventos, barreiras verdes e manter distanciamento dessas plantações convencionais para não ocorrer contaminação por deriva na sua produção orgânica. Nas propriedades com menores áreas esse tipo de manejo reduz ainda mais a área para a produção, muitas vezes sobrando pouco para o agricultor produzir.

No caso do Sr. Streck, a certificação da horta da propriedade foi possível porque seus vizinhos não tinham nenhum tipo de produção (residências apenas de moradia), pois caso produzissem, as exigências seriam mais rigorosas e ficaria mais difícil conseguir a certificação. Esse pode ter sido, também, um dos motivos pelo qual o Sr. Streck não quis certificar toda a propriedade, visto que, essa área “dos fundos” da propriedade está cercada de lavouras de soja. Para compreender esta situação, ver a imagem 1, que mostra as divisões da área da propriedade onde moram. Com isso, essa família apontou uma crítica ao sistema agrícola atual, pois quem deveria proteger a sua área para não contaminar os outros tipos de cultivos, são os agricultores convencionais, que possuem área suficiente para fazer tal manejo.

Quanto às motivações que levaram essa família buscar a certificação, já ao relatarem seu histórico, deixaram evidente o orgulho e a satisfação que têm em produzir alimentos saudáveis, desde quando moravam em Agudo, RS, e haviam apreendido a trabalhar dessa maneira. O Sr. Streck lembrou que sempre foram incentivados a buscar a certificação. Os técnicos de algumas instituições, como da EMATER, os estudantes e os professores da UFSM, que conheciam sua propriedade sempre os estimulavam para obter esse reconhecimento que a certificação os proporcionaria.

No entanto, havia um descontentamento da família por não poderem se diferenciar no local da comercialização de seus produtos (Feirão Colonial). Essa questão de alguma forma desestimulou os Streck a participarem do processo de certificação. Então, o Sr. Streck salienta que a insistência pela certificação, no caso deles, foi um pouco por teimosia, um esforço em demonstrar que conseguiriam o certificado.

*Sr. Streck – O nosso primeiro pensamento foi que, um dos principal é que sempre quando nós ia em direção com todos os técnico de agronomia da universidade e outros, que nos ajudaram nessa direção, porque nosso pensamento já era em cima disso. Ah, porque chegava num ponto de não pode [fala referente ao descontentamento com o local de comercialização], aí um pouco, a teima que dá pra se certifica, dá!*

Apesar de não ter ficado explícito na fala do casal, a questão do reconhecimento via agregação de valor nos produtos certificados, era uma das motivações para a certificação, pois o lucro nunca foi desconsiderado pela família. Neste contexto, já começam a surgir os desafios da certificação orgânica para os Streck. O casal salientou, em vários momentos da entrevista, seu descontentamento por não poder ser identificado, na época, como agricultor orgânico no ambiente de comercialização do Feirão Colonial.

O Feirão colonial tem como eixo a economia solidária<sup>31</sup>, onde a inclusão produtiva é o objetivo central, ou seja, oportunizar espaços de venda aos agricultores. No entanto, a gestão da feira ainda não separa os agricultores por condição de produção. Atravessadores, agricultores convencionais e agricultores ecológicos estão mesclados nos pavilhões, sem identificação. Com isso a Família Streck não se sentiu motivada a usar o selo de orgânicos e nem mesmo fazer qualquer tipo de marketing sobre os produtos no ambiente da feira.

**Sr. Streck** – *A certificação não nos trouxe assim um grande resultado até porque aquela batida assim: “Tu não pode mostra o que tu é!” Tu não pode mostra o certificado, porque os outros não querem e por isso não teve resultado econômico, não teve como aumenta o valor dos produto. E como nós já tinha um trabalho com o nosso cliente, que era um trabalho assim de convivência, de participação, de convida os cliente pra vim aqui visita a propriedade, de conhecer o nosso trabalho, então a, a certificação não alterou...*

**Sra. Streck** – *Não agregou muita coisa.*

**Sr. Streck** – *Não agregou valor nenhum pra nós!*

Para o casal Streck, a certificação agrega valor somente para quem tem condições de pagar por uma certificadora, entendem que dessa maneira, os produtos irão para grandes supermercados que tem marketing de venda e com o nome de uma renomada certificadora amparando a credibilidade desse produto. Já os agricultores “pequenos como nós” constroem relações de confiança com os consumidores, que identificam os produtos como saudáveis, neste caso, o marketing dos produtos com selo de orgânico traria reconhecimento, mas sem poder usá-lo, o processo de certificação perde o sentido para família, tornando-se desnecessário, até mesmo porque a agregação de valor não acontece na pequena produção, onde os consumidores já acreditam nos produtos como mais saudáveis.

**Sr. Streck** – *A certificação, ela é assim, na verdade se nós olhar cru, a grosso modo, é pro bem grande. Se o bem grande bota uma certificadora que ele paga lá, o cara vem lá, ele assina pra ele, ele paga, ele bota lá no mercado bem grande, todos os produtos com marketing de venda bem grande, ele agrega valor e vende, porque aí é uma grande empresa, aí tem um nome por trás. Esse marketing vende, agora que nem nós **que somos pequeno produtor**, que já sofremo aquela tendência do pessoal compra e revende, do produto de melhor aparência, que o produto orgânico hoje a gente já consegue um produto de alta qualidade. Então só que tu vê, tu tem um cliente muito específico, assim aquele cliente que sabe que o orgânico é bom, ele vai atrás disso, ele já sabe, ele conhece quem produz, ele já vai procurando por aqueles cara que produz razoavelmente saudável e aí não te agrega muito valor, tu não consegue botar preço encima, valorizar mais o teu produto, tem que vender igual ao outro, porque se não acaba comprando igual do outro. E então se tornou uma coisa assim, pra nós assim, o certificado praticamente não significou nada.*

---

<sup>31</sup> Para maiores informações sobre o tema, consultar: SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. 1. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

**Sra. Streck** – *Não faz falta.*

Dentre os desafios apresentados, o casal pontuou as dificuldades que enfrentam pela propriedade estar localizada em uma área cercada por monocultivos convencionais. Uma vez que mantêm a plantação de quebra-vento, ainda sofrem com a infestação de insetos proveniente dessas lavouras. Pois, após a pulverização de inseticidas, os insetos que não morreram vêm se abrigar nas plantações da família. Essa particularidade sempre foi um problema, e mesmo agora sem a certificação continua sendo. Mas o Sr. Streck afirma que depois que plantou os quebra-ventos, esses insetos deixaram de atacar a produção e se mantêm mais na plantação do capim usado como quebra-vento.

**Sr. Streck** – *Como nós tamo aqui num lugar centrado com grandes lavouras a 200, 300 metros na volta onde é que o pessoal usa veneno e até os avião passam por cima da casa aqui com, pra preveni a lavoura deles, então onde é que o bicharedo vai cai? Vai cai tudo aqui em casa, cai de pedra, cai de monte. Neste sentido o quebra-vento ajudou muito, quando tem algum temporal ele ajuda a protege e ao mesmo tempo ajuda protege com as, o próprio bicharedo, tem muito bicho que vai no Cameron e deixa de í na horta, então a borboletinha ela vai pro Cameron, tem a cigarrinha vai pro Cameron, então elas acabam estragando um pouco o Cameron, mas agridem menos a horta.*

Quando questionados do porquê desistiram da certificação, o casal afirmou que o motivo mais relevante estava relacionado à questão econômica, dado que, no momento da comercialização não podiam se identificar como agricultor orgânico e com isso, não podiam aumentar o valor de seus produtos. Além de que, possuem relações de confiança consolidadas com os clientes, que por este fato não consideraram relevante o uso de um selo orgânico em seus produtos. Pois os consumidores sabem a procedência dos produtos, conhecem a propriedade da família Streck e o trabalho que eles realizam ali.

**Sr. Streck** – *É, a desistência assim foi mais, que nem nós já tinha falado hoje no início, não há uma valorização em cima diferenciada.*

**Sra. Streck** – *Diferenciada, e ao mesmo tempo o nosso cliente já estava ciente dos nossos produtos, não precisava um selo pra dizer pra ele esse é orgânico né, eles já conhecem.*

**Sr. Streck** – *Eles já confiavam no nosso produto.*

**Sra. Streck** – *Conhecem nosso produto, muitos vêm aqui em casa buscam e, ou vem só pra visita e daí já automaticamente... ele diz: “tu olha assim pra propriedade tu já vê né, ah aqui, aqui tu pode apanha e come que não tem produto nenhum!”*

Após fazer essa afirmação, o Sr. Streck pontua que, apesar de terem desistido da certificação, o fato de terem participado desse processo e realizado as mudanças necessárias

em sua propriedade, lhes trouxe muitos benefícios. Já que os conhecimentos adquiridos juntamente com o grupo e a rede de certificação, são utilizados até hoje pelo casal no manejo da propriedade. Ainda salienta que, todas as mudanças exigidas para certificação foram para melhorar o funcionamento da propriedade num todo.

**Sr. Streck** – *As mudanças assim..., não foram mudanças drásticas, mas foram mudanças assim, legais que não prejudicaram nada, sabe?*

**Sra. Streck** – *Agregaram.*

**Sr. Streck** – *Mas ajudou a agregar. Foi uma mudança pro bem! Tanto que a nossa produção continua da mesma forma como se tivesse certificação. Ela só não tem o papel, mas a produção continua no mesmo sentido de, na mesma qualidade, na mesma forma de produção como se nós tivesse a cada dia o fiscal aí.*

**Sra. Streck** – *Nós mesmos somos nossos fiscais.*

**Sr. Streck** – *Nós mesmo somos fiscal e próprio cliente que vem nos visita, que a gente busca muito na feira isso quase que todo o sábado e vocês mesmo sabem disso agora, que a gente praticamente insiste, “venha nos visita, venha na propriedade” e isso tem nos trazido **muita garantia**, muito retorno e **muito mais força do que o próprio certificado**.*

Essas afirmações do casal demonstram o quanto eles são receptivos e estão abertos à visitação, praticamente fazem questão de que os clientes e as pessoas em geral, conheçam a sua propriedade e o modo como trabalham. Entendem que assim, possuem um outro tipo de certificação, informal, mas baseada na confiança do consumidor. Essa afirmação fica evidente na fala do Sr. Streck.

**Sr. Streck** – *Isso aí não tem certificadora, não tem coisa que pague sabe, o cliente é teu parceiro de fé, então é a melhor coisa.*

Com o conhecimento que o casal afirma ter acumulado no decorrer dos anos e após ter passado pelo processo de certificação orgânica, foi lhes questionado quanto às suas percepções sobre a Agroecologia e a Agricultura Orgânica. Sendo assim, o Sr. Streck deixou evidente que ambas não são iguais. Ele afirma que a produção orgânica está diretamente ligada com a parte produtiva, com o manejo sem agrotóxicos e outros insumos químicos contaminantes do ambiente.

Já a Agroecologia, segundo o Sr. Streck, tem uma abrangência maior, envolvendo a produção, assim como a agricultura orgânica. No entanto, vai além, envolvendo o meio ambiente e toda a propriedade, o manejo com os animais, o reaproveitamento dos dejetos e outras fontes de nutrientes provenientes da própria produção, o que evita a comercialização de

insumos orgânicos industriais. Logo, a Agroecologia favorece a autonomia dos agricultores e ainda respeita a natureza, valorizando todas as formas de vida.

**Sr. Streck** – *Olha, uma corre do lado da outra, a orgânica é uma produção mais técnica, por exemplo, tu tem uma produção e tu trabalha só em cima da produção e a, a agroecológica ela envolve um modelo de produção, ela envolve a propriedade, ela envolve o meio ambiente, ela envolve um todo, enquanto que a produção orgânica só envolve aquele espaço de produção, que tu vai produzi sem veneno, sem agrotóxico, coloca uns produto biodinâmico, uns produto diferenciado que podem sê usado. A agroecológica é aquela, tu também produz sem veneno, mas tu tem uma coisa que envolve o ambiente todo, como que é o teu manejo, onde tu joga o teus dejetos, se tu junta um capim não sai queimando, ou tu usa o esterco direto ou tu faz o húmus, o, faz a matéria orgânica, faz a decomposição. Então é uma coisa que anda uma do lado da outra, que nem eu disse, mas a, nenhuma deixa de ser menos valiosa do que a outra. Só que a Agroecologia, eu sempre digo, é um todo, toda a propriedade tem que tá envolvido no manejo, como tu lida com os animal, tu procura usa produtos menos agressivos, por exemplo, hoje não tem como tu trata com milho que não seja transgênico, porque quase não existe, mas até esse que tá plantado ali é milho crioulo, mas a dificuldade de tu produzi o milho crioulo é muito grande, a lagarta do cartucho ataca e pra tu faze ele sai do chão é difícil.*

Além disso, o Sr. Streck acrescenta que a Agroecologia envolve o todo, o que exige um redesenho de todo o sistema produtivo, tornando-se ainda mais complicado para eles. Visto que, já procuraram trabalhar dentro de todos esses conceitos e hoje precisaram se adaptar de acordo com a sua realidade, pois a propriedade é pequena e ainda está praticamente cercada por monocultivos convencionais. Porém, mesmo com todos esses percalços, eles afirmam produzir da maneira mais limpa e respeitosa que conseguem, tendo consciência do que fazem, sempre buscando conhecimento para melhorarem as suas práticas produtivas.

**Sr. Streck** – *A Agroecologia pra mim, eu entendo assim numa forma geral, tu tem que te uma coisa...é uma mudança geral na propriedade, tu tem que te todo um sistema preparado, tu tem que te, praticamente, se fosse hoje trabalha dentro de uma Agroecologia, como tá nos livro, tu não consegue, aqui a propriedade é pequena, com soja por todo lado. Mesmo que nós queremos, não conseguimos, então é uma coisa assim bem complexa de se fazê. Então pra nós, nós adequamo conforme a nossa realidade, mas sempre tendo consciência do que fizemo pra não deixar de sê correto.*

Mesmo que o Sr. Streck não se considere um agricultor agroecológico nos moldes do que “está nos livros”, a sua propriedade está bastante embasada nestes conceitos. Pois ele demonstra conhecer um pouco sobre a temática e afirma que precisou adequar a sua realidade, o que não está fora das discussões acerca da Agroecologia, já que o respeito a realidade de cada agricultor deve ser considerado.

Além disso, nesta propriedade a mulher exerce funções bem importantes, como a comercialização dos produtos, por exemplo. A mulher é respeitada por seu esposo, o que

ficou evidente durante a entrevista (Imagem 5), nos momentos em que ela falava, ele nunca a interrompia. A Sra. Streck sempre teve liberdade para expor suas ideias e contar suas histórias, sem medo de estar “falando demais”. Trouxe-se essa análise por reconhecer que a Agroecologia está diretamente ligada ao trabalho da mulher.

Imagem 5: Casal Streck no momento da entrevista.



Fonte: Arquivo de campo (2018).

Outros pontos importantes, presentes no discurso da Agroecologia, observados nesta propriedade estão relacionados à relação entre o ser humano e a natureza, principalmente no que diz respeito à presença de animais silvestres e a riqueza de biodiversidade vegetal, mesmo sendo uma propriedade pequena, sem muitas áreas arborizadas, o Sr. Streck tem plantado muitas árvores nativas que estão em desenvolvimento próximo aos piquetes de PRV (Imagem 6). Há uma variedade grande de avifauna no local. Enquanto conhecia a propriedade foram observadas tesourinha (*Tyrannus savana*), caturrita (*Myiopsitta monachus*), quero-quero (*Vanellus chilensis*), bem-te-vi (*Pitangus sulphuratus*), algumas espécies de garças, entre outras aves forrageando no entorno da residência (Imagem 7).

Imagem 6: Sr. Streck mostrando as mudas de árvores que ele recém havia plantado.



Fonte: Arquivo de campo (2018).

Imagem 7: Avifauna silvestre forrageando e vocalizando junto à propriedade.



Fonte: Arquivo de campo (2018).

Abaixo segue a imagem de uma lebre (*Lepus europaeus*) na pequena área onde o Sr. Streck arrenda para o monocultivo de soja, que no momento estava coberta com forrageiras de inverno em final de ciclo (Imagem 8). O Sr. Streck conta que são duas lebres que sempre aparecem no entardecer próximo aos piquetes, inclusive ele as nomeou de chumbinho. Ao assoviar elas se aproximam do Sr. Streck sem demonstrar medo algum, comportamento incomum nestes animais silvestre, que geralmente fogem dos humanos. Essas características indicam que a família possui uma relação harmoniosa com a natureza, se aproximando da fauna silvestre sem lhes causar dano, plantando arvores nativas na intenção de preservar essas espécies e atrair aves silvestres para forragearem e se abrigarem próximas a propriedade.

Imagem 8: Mamífero silvestre forrageando ao entardecer próximo a propriedade.



Fonte: Arquivo de campo (2018).

As fontes de água da propriedade são provenientes de um poço artesiano e de um açude. Porém, a família só utiliza a água do poço artesiano para o consumo e para irrigação, o açude está destinado somente aos bovinos leiteiros. Em decorrência do local da propriedade ser bastante úmido, área de várzea, conforme afirma o Sr. Streck, praticamente nunca fazem irrigação. Além disso, sofrem bastante nos dias úmidos, o que os obrigou a “calçar” várias áreas próximas a residência, para evitar o lodo e as doenças nos animais (Imagem 9).

Imagem 9: Marrecos em área calçada nos fundos da propriedade.



Fonte: Arquivo de campo (2018).

O acesso à propriedade se dá pela BR 287, que geralmente se encontra em bom estado, com isso, a família Streck não encontra muitas dificuldades de deslocamento. Por ser uma propriedade de fácil acesso facilita, também, a visitação dos consumidores, uma particularidade que favorece essa família na “certificação informal”, como eles se referem às relações de confiança que teceram com os clientes.

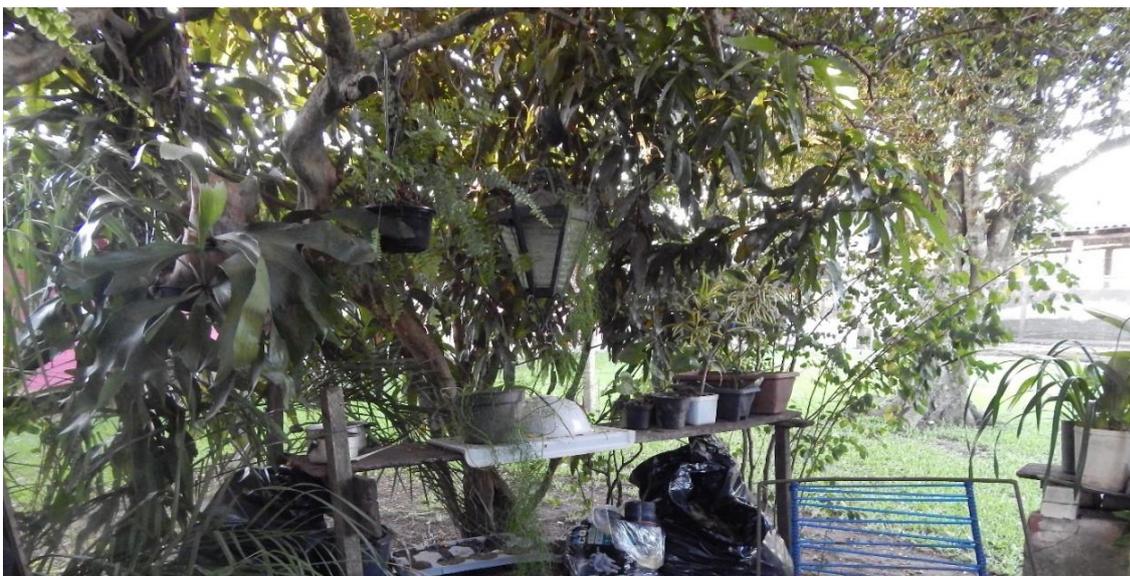
Em relação à qualidade de vida, no caso deste casal, foi observado alguns aspectos peculiares. Uma vez que, no pátio da propriedade há um pequeno bosque de grandes árvores, bem fechado com uma abertura formando, propositalmente, uma espécie de “oca” (Imagem 10), em seu interior há duas cadeiras, flores e até mesmo uma lanterna lamparina com velas (Imagem 11). Possuir um local com essas características em casa, demonstra que o casal desfruta de momentos de descanso juntos, onde apreciam o que há de melhor oferecido pela natureza a eles. Ademais, todo o ambiente em torno da residência é aconchegante, limpo e agradável, possui sombras, um belo gramado, um jardim bonito, áreas cobertas com calçadas (Imagem 12) para descansar no fim da tarde, “*tomando um bom chimarrão*”, conforme afirma o Sr. Streck sempre sorridente.

Imagem 10: Bosque formando uma espécie de “oca” no pátio da propriedade.



Fonte: Arquivo de campo (2018).

Imagem 11: Parte interna do bosque com uma lanterna lamparina e flores.



Fonte: Arquivo de campo (2018).

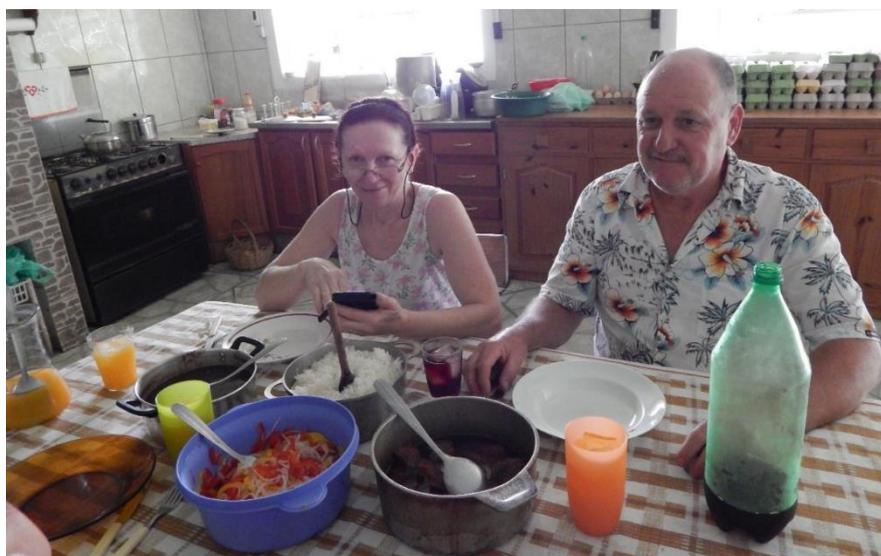
Imagem 12: Gramado, flores e áreas calçadas e cobertas ao redor da propriedade.



Fonte: Arquivo de campo (2018).

Quanto à soberania alimentar, há uma diversidade grande de alimentos saudáveis disponíveis para o consumo do casal, em virtude de que eles produzem a maior parte dos alimentos que consomem. No dia da pesquisa de campo, no almoço foi servido carne, legumes e suco, oriundo da propriedade (Imagem 13). Além disso, o Sr. Streck não dispensa o vinho tinto colonial que adquire de um amigo, agricultor familiar, assim como ele.

Imagem 13: Almoçando com a Família Streck.



Fonte: Arquivo de campo (2018).

## 5.2 SEGUNDO CASO: AMIGOS DE ITAARA

Para compormos a apresentação do caso dos Amigos de Itaara, foram realizadas conversas informais com ambos, nos espaços de comercialização direta de Santa Maria, no Feirão Colonial e na Feira Ana Primavesi, onde comercializam seus produtos aos sábados e às quartas-feiras, respectivamente. Após contatos iniciais foi agendada uma visita na propriedade, onde foram realizadas observações diretas acerca do agroecossistema e entrevista com base em um roteiro de questões previamente elaboradas.

A visita iniciou-se pela manhã e se estendeu até à tardinha, com conversas e desenvolvimento de atividades rotineiras da propriedade. Neste dia, um dos seus animais estava doente, o cavalo Gambá, utilizado na tração animal. Por esse motivo, a entrevista foi realizada no pátio das residências, embaixo de uma árvore, para que o animal pudesse ser cuidado. Os amigos têm bastante zelo pelos seus animais e preferem tratá-los com medicamentos naturais, como foi no caso do Gambá, medicado somente com fitoterápicos preparados pelos próprios amigos (Imagem 14).

Imagem 14: O cavalo Gambá sendo medicado com fitoterápicos pelos amigos.



Fonte: Arquivo de campo (2018).

No início do mês de abril de 2019, os amigos receberam a visita de pares, realizada anualmente pela certificadora, com o objetivo de renovar a certificação de orgânicos dos produtos. Com isso, na intenção de complementar os dados dessa pesquisa, foi feito um acompanhamento no dia dessa visita, que iniciou na parte da manhã e foi finalizada na parte da tarde, em um outro município, na propriedade dos companheiros de grupo destes amigos.

### 5.2.1 Apresentação da propriedade e das famílias

A propriedade, ou organismo agrícola, como os Amigos de Itaara preferem chamar, está localizada na estrada Rincão da Limeira, município de Itaara, com área total de 67 hectares (Imagem 15). No entanto, são aproximadamente 28 hectares utilizados na produção, onde 20 ha são utilizados com o Pastoreio Racional Voisin e 8 ha com a produção de alimentos, sendo 7 ha de lavoura e 1 ha com sistema de agrofloresta<sup>32</sup>. Já os outros 39 hectares restantes estão praticamente cobertos por mata nativa.

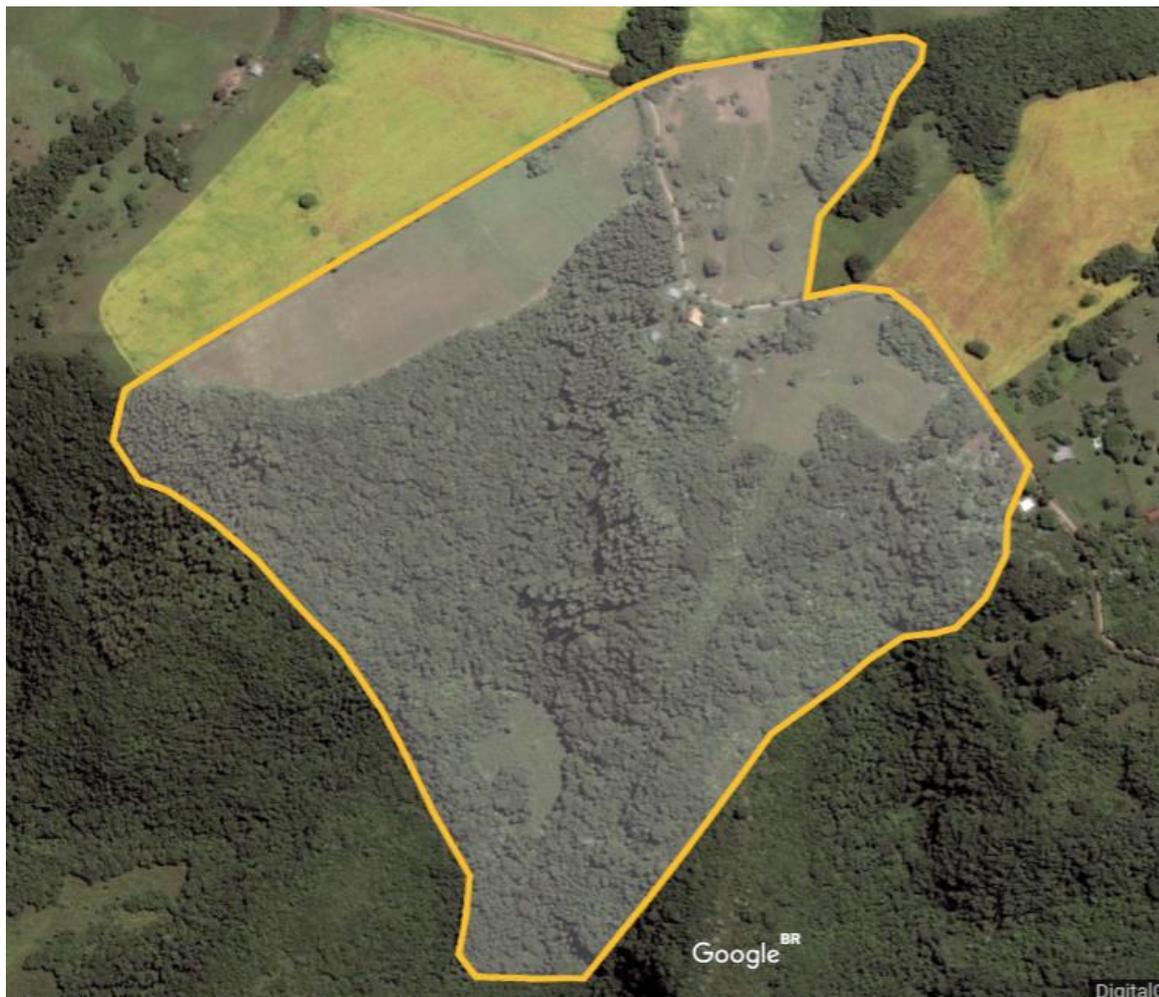
**Rodrigo** – *Nós tamo utilizando hoje, mais ou menos... aproximadamente, né, uns sete hectares lá em cima que é pra lavoura e é mecanizada com tração animal (cavalo), aí... tem mais um hectare que a gente utiliza para sistema de agrofloresta e talvez mais uns 20 hectares que a gente utiliza com Pastoreio rotativo Voisin de bovinos, equinos, ovinos e só.*

Essa propriedade foi adquirida pela família de um dos amigos, do Rodrigo, que mesmo sendo urbanos, utilizavam a propriedade como lazer, para descanso nos finais de semana e férias. Porém, mesmo antes dos amigos produzirem na área, uma parte dela era arrendada para o monocultivo convencional de soja. Atualmente, não há mais nenhum cultivo convencional e os dois amigos partilham da mesma área e trabalham com Agricultura Biodinâmica.

Imagem 15: Imagem aérea da propriedade dos Amigos de Itaara.

---

<sup>32</sup>Agrofloresta ou Sistema Agroflorestal (SAF) é um sistema que une as culturas de importância agrônômica em consórcio com a floresta. Esse sistema é baseado no plantio de alimentos sustentável, onde a floresta é recuperada. Disponível em: <<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/120048/1/Sistemas-Agroflorestais-livro-em-baixa.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2019.



Fonte: Adaptado de Google Earth (2019).

Nesta propriedade vivem quatro pessoas, os dois amigos e suas companheiras. No entanto somente os dois amigos se ocupam nas atividades desenvolvidas na propriedade, ambos possuem formação superior para atuar na área rural. O Rodrigo é Médico Veterinário e possui os conhecimentos de Agricultura Biodinâmica, já o Rafael é Engenheiro Agrônomo e está se aperfeiçoando nas práticas desse tipo de agricultura. Suas companheiras desenvolvem atividades externas à propriedade e praticamente não se envolvem com o trabalho rural.

Dessa maneira, a divisão de trabalho se resume entre os dois amigos, sendo o Agrônomo responsável pela parte administrativa da propriedade, pela agroindústria, pelo cultivo das mudas na estufa (Imagem 16) e pela organização das cestas de produtos que comercializam no município vizinho. Ainda, dividem os dias de comercialização dos produtos em feiras diferentes que não ocorrem nos mesmos dias da semana, para que a propriedade nunca fique sem assistência. O Veterinário é responsável pelo manejo com os animais (Imagem 17) e o preparo da terra para o cultivo dos vegetais comercializado nas cestas e feiras de Santa Maria.

**Rodrigo** – *O Rafael fica mais nesta parte de agroindústria, né, que a gente faz algum tipo de agroindústria, também fica na parte de administração, propriamente dita, de gestão da propriedade, né, então contabilidade, tudo que envolve orçamento, toda essa parte burocrática também o Rafael acaba se envolvendo... assim, é um acerto entre nós, né? [Pergunta ao amigo que concorda acenando com a cabeça]. Além disso, ele também faz a parte da... das mudas aqui né, e... a gente divide a comercialização nas feiras, né, então, uma ele faz e a outra eu faço.*

**Rafael** – *É, depois tem as entregas das cestas também, a organização, né.*

**Rodrigo** – *É, que é dividido também, isso aí ele faz a gestão de organização das cestas, né, são duas vez por semana que a gente entrega, ele também se responsabiliza, assim, uma coisa que a gente fez, por essa organização: montagem da carga na camioneta.... ah, essas coisas. Minha parte, daí, fica o trato com os bovinos, manejo dos bovinos, que a gente tem 16 bovinos na propriedade, hã.... acabo também, responsável pelo trato com os equinos, tanto a questão de tração animal, quanto a questão de manejo diário, hã.... e também fico com a parte de agricultura da propriedade, que envolve a tração animal...*

**Rafael** – *É a maior parte de alimentação e cuidado de guardar os animais eu até ajudo, daí a parte de cura é mais... eu não... não é que eu não quero, eu não consigo, não é o meu forte. [Risos]. Aí o Rodrigo, como já tem um pouco mais de prática e traquejo com isso, mas ajudo quando precisa.*

**Rodrigo** – *É basicamente assim que tá dividido as coisas.*

Imagem 16: Estufa com mudas sendo cultivadas.





Fonte: Arquivo de campo (2018).

Imagem 17: Rodrigo fazendo o manejo com os cavalos usados como tração animal



Fonte: Arquivo de campo (2018).

Os dois amigos produzem uma grande variedade de alimentos neste organismo agrícola, e mesmo assim, afirmam não necessitarem de mão-de-obra externa. Visto que ambos mantem uma filosofia de não contratar ninguém para trabalhar com eles, caso precise, eles consideram que o organismo agrícola está em desequilíbrio, não alcançando a sua sustentabilidade econômica. Rafael afirma que em dias de muito trabalho, como em época de colheita, eles chamam os amigos do grupo de certificação para ajudar e trocam dias de trabalho, algo que não envolve dinheiro e favorece as trocas de experiência entre eles.

**Rodrigo** – *A gente tem uma coisa assim, meio que de filosofia de não contrata, né! Faz o que a gente pode e se tiver que ir além disso, alguma coisa, na minha cabeça pelo menos, tá errada, sabe? Tá doente no organismo agrícola, que a gente fala, né? Então... quero dizer, se tu não conseguir a sustentabilidade financeira com a mão-de-obra que está aqui, então tem que rever alguma coisa, na minha cabeça, né. Agora se precisar de gente de fora, daí sinaliza para mim que a propriedade não tá sustentável. Tá desequilibrada e tá com falta de sustentabilidade também, né. Porque... é claro que tem a questão de, tu ganha o dinheiro e tu troca o dinheiro pela mão-de-obra, né. Mas aí a gente prefere não tê!*

**Rafael** – *É... o que a gente propõe as vezes é num momento, por exemplo, numa colheita, tipo assim, uma lavoura grande, mutirão de pessoas, que vem aqui de outros sítios, outras chácaras que vem nos ajudar, né. Não gosto muito de falar em propriedade, mas organismo agrícola, né. Aí então, são momentos, e não é por dinheiro, é troca de trabalho, que a gente pode ajudar depois ele, que nem a família de Dona Chica [fazem parte do mesmo grupo de certificação] que a gente vai lá, ajudei fazer melado um dia que precisa de mais gente. E o dia que eles podem vir aqui nos ajudar em alguma atividade que demanda mais, eles vêm.*

No momento a agroindústria familiar, tocada pelo Rafael, ainda é pequena, ele produz iogurtes de Kefir, pães e massas de pizza integrais com farinha moída na propriedade (Imagem 18). O processamento de alimentos está em fase de expansão. No momento da realização da pesquisa de campo, estava sendo construída uma agroindústria nos fundos da casa do Rafael. Esta agroindústria terá teto verde, um pequeno muro de pedras e será fechada por janelas de vidro, visando aproveitar melhor a iluminação natural (Imagem 19). Preocupados com a sustentabilidade, para construção da agroindústria, utilizaram a madeira e as pedras oriundas do próprio organismo agrícola.

Imagem 18: Moedor de grãos artesanal.



Fonte: Arquivo de campo (2018).

Imagem 19: Agroindústria com teto verde em construção.



Fonte: Arquivo de campo (2018).

O cultivo de alimentos na lavoura, na estufa e no sistema de agrofloresta é diversificado (Imagem 20) e depende da sazonalidade climática típica da região Sul do Brasil. No período da realização da pesquisa de campo, os Amigos de Itaara estavam cultivando algumas espécies de feijão, alho poró, brócolis, abobrinha, rabanete, repolho, rúcula, couve-flor, uva-do-japão, laranja, limão, amora silvestre, cana-de-açúcar, pimentão, berinjela, almeirão e outras variedades de vegetais. Ainda possuem alguns animais domésticos como galinhas caipiras, equinos usados na tração animal, ovinos e bovinos, sendo que os três últimos animais são manejados em sistema de Pastoreio Racional Voisin.

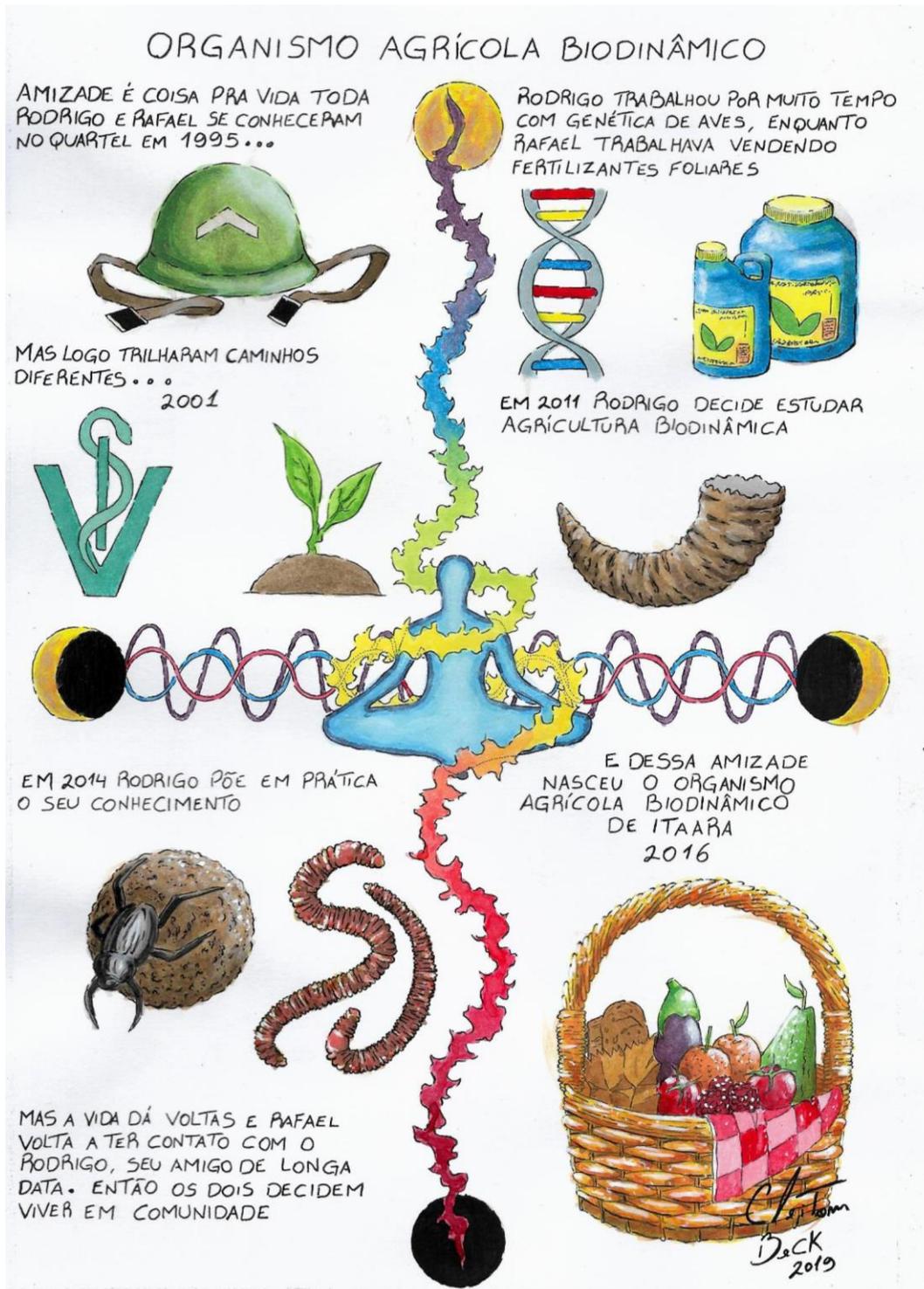
Imagem 20: Produção vegetal dos Amigos de Itaara.



Fonte: Arquivo de campo (2018).

A história dos Amigos de Itaara é apresentada através de uma ilustração, que se encontra a seguir na figura 10. Nesta ilustração, a trajetória de vida dos amigos é expressa através da arte, pois considera-se, aqui, que a vida é uma “arte” e os agricultores/atores dessa pesquisa são os protagonistas da história.

Figura 10: Ilustração da trajetória dos Amigos de Itaara.



## 5.2.2 Locais de comercialização e tipo de certificação

Os Amigos de Itaara comercializam grande parte de seus produtos em cestas que são entregues a domicílio periodicamente. O Rafael afirma que a entrega de cesta funciona como uma Community Supported Agriculture (CSA)<sup>33</sup>. Neste sistema de comercialização o alimento perde o valor, ou seja, os consumidores pagam um valor fixo mensal para receber toda a semana uma cesta de alimentos frescos produzidos no organismo agrícola. Dessa maneira, o valor será pago mesmo que haja poucos ou nenhum produto para serem entregues, pois se, por exemplo, houver uma tempestade e destruir a produção, os agricultores receberão o mesmo valor em dinheiro para conseguirem plantar novamente. Conforme salienta o Rafael, neste sistema os consumidores coproduzem com os agricultores.

**Rafael** – *As cestas são uma forma de comercialização onde o alimento perde o valor, então as famílias recebem periodicamente todas as semanas, as mesmas famílias, elas entram num ciclo de recebimento parecido com um CSA que é a Community Supported Agriculture, é um modelo que seria mais próximo do que a gente faz. Então as pessoas têm um compromisso de quase coproduzir com a gente.*

Os amigos ainda comercializam seus produtos em duas feiras no município de Santa Maria, uma dessas é o Feirão Colonial, onde a família Streck, também, comercializa seus produtos. Já a outra feira, é mais recente, inaugurada no ano de 2017, a Feira Ana Primavesi<sup>34</sup>, única feira orgânica com produtos certificados (porém sem selo) no município de Santa Maria até o momento. Esta feira foi organizada pela EMATER/RS-Ascar juntamente com a UFSM, e ocorre todas as quartas-feiras na parte da manhã, a partir das 10:00 horas no campus da mesma universidade. Apesar de participarem dessas duas feiras, o Rodrigo afirma que o objetivo deles é ficar somente com o sistema de CSA, mas a comercialização nas feiras tem colaborado na venda dos excedentes.

**Rodrigo** – *O objetivo nosso era ter só cestas ou migrar pra um CSA né, que é esse sistema de entrega direta para as pessoas, né. E a gente já tá nessa... é já tem um CSA, dá para dizer que a gente tem quase um CSA né, não dá para dizer que não.*

<sup>33</sup> Community Supported Agriculture – Comunidades que Sustentam a Agricultura: é uma associação entre consumidores e agricultores envolvidos com a Agricultura Biodinâmica, que nasce da antroposofia desenvolvida por Steiner, onde o bem comum é colocado como ponto principal. Nos CSAs o alimento perde o seu valor e os consumidores entregam um valor fixo para os agricultores produzirem alimentos para eles (esse valor é estipulado em reuniões de cada associação). Disponível em: <<http://www.csabrasil.org/csa/>>. Acesso em: 11 nov. 2019.

<sup>34</sup> De acordo com documentos internos, a Feira Ana Primavesi tem como objetivo a criação de um espaço educativo onde agricultores de base agroecológica e consumidores possam trocar saberes e discutirem sobre a soberania alimentar, além de proporcionar um local de venda direta, onde os produtos provenientes da agricultura familiar de base agroecológica podem ser valorizados.

*Nosso objetivo é esse, mas sempre nesse processo gera sobras, e aí o excedente que a gente tenta colocar nas feiras. Mas só que nesses últimos meses dá pra dizer que a gente tem muito pouca sobra também, né. Então a feira acaba não tendo repercussão muito grande na nossa comercialização. Apesar de com a entrada da Feira Ana Primavesi aumentou isso, né. A feira da Universidade.*

**Rafael** – *É!*

**Rodrigo** – *A gente acabou levando alguma coisa para lá também, assim, nesses meses né. Mas o objetivo nosso de comercialização é sempre trabalhar com esse de CSA, é o nosso principal foco.*

Os amigos de Itaara receberam o certificado de orgânico no ano de 2016, quando o Rafael passou a morar definitivamente no organismo agrícola com seu amigo Rodrigo, que já morava ali desde 2014. A certificação foi obtida pelo sistema participativo de certificação da Rede Ecovida de Agroecologia. Desde então, toda a produção vegetal de alimentos desta propriedade está certificada, conforme é explicado pelo Rodrigo.

**Rodrigo** – *É só as galinha que não são certificada, o resto é tudo certificado. Claro que a gente acaba produzindo pão, acaba produzindo outras coisas né, que não são certificadas, porque... porque a gente não tem a agroindústria, né, não que a gente não usa a matéria prima que seja certificada, mas daí a gente não tem a agroindústria de manipulação dessas coisas que a certificação exige. Então acaba produzindo e vendendo isso de forma direta, então via cestos, mas num futuro a gente vai fazer, mas nesse momento que a gente tá iniciando ainda não.*

Logo, os Amigos de Itaara juntamente com os agricultores do município de Dona Francisca integram um grupo vinculado ao CAPA – Núcleo Santa Cruz, extensão Vale do Rio Pardo. Salientando que esses três municípios estão distantes entre si (Itaara a Dona Francisca – em torno de 70km, Santa Cruz do Sul a Itaara – em torno de 154km e Santa Cruz do Sul a Dona Francisca – em torno de 110km).

### **5.2.3 Certificação para os Amigos de Itaara: percepções, motivações e desafios**

O processo de certificação participativo para os Amigos de Itaara se efetivou baseado na parceria que mantinham com outros agricultores já certificados no município de Dona Francisca. Pois, assim que começaram a produzir juntos receberam um convite desses amigos para se vincularem a eles e participarem do grupo AFAS de certificação. Esse grupo, segundo o Rodrigo, estava se dissipando por falta de membros, visto que houve desligamento de agricultores em períodos anteriores, que foi o caso da família Streck que se deligou no ano anterior a vinculação dos Amigos de Itaara.

**Rodrigo** – *Mas daí surgiu a oportunidade, que foi a..., um convite de um grupo, de Dona Chica, que dissipou lá o grupo deles e eles precisavam de gente no grupo e aí... eles convidaram nos para participar do grupo. E num primeiro momento a gente nem sabia muito o porquê, mas muito mais pela parceria, por que é uma propriedade que é coirmã nossa, até para não cair a certificação deles, né, que eles precisavam de gente para o grupo, nesse momento a gente entrou nessa..., no grupo deles e começou a receber as visitas da participativa.*

Ainda assim, ambos afirmam que onde comercializam a maior parte da produção, que é via CSA, não necessitam de certificação. Uma vez que, neste sistema de comercialização os consumidores conhecem o manejo produtivo e constroem relações de confiança com os agricultores. Dessa maneira, segundo o Rodrigo, nunca houve o desejo de serem certificados, mesmo praticando Agricultura Biodinâmica, nunca pensaram em buscar esse tipo de certificação. O objetivo deles nunca foi ser certificado, por qualquer tipo de agricultura que fosse, preferem trabalhar embasados nas relações de confiança e amizade construídas com seus clientes, tanto que eles nem usam o selo de produtos orgânicos em seus produtos.

**Rodrigo** – *eu e o Rafael, quando a gente monta um CSA necessariamente, assim..., uma das coisas que o CSA te oferece é que a certificação é feita pelas próprias pessoas, tu não precisa entrar numa certificadora, ou tu não precisa fazer nada pra ter um papel ou burocracia, pra ter um papel dizendo que tu é agricultura orgânica. Porque o CSA funciona de uma maneira que as pessoas vêm aqui e elas te conhecem, sabem como é que tu produz, elas decidem o que produzir, elas sabem o que tá sendo produzido, a forma que tá sendo produzido, então não tem necessidade de certificação. E essa é uma das ideias nossas, a gente não gostaria de ser certificado, inclusive a gente faz alguma coisa de agricultura biodinâmica e tem uma certificação biodinâmica né, que é a certificação Demeter. Mas a gente nunca nem aventou a possibilidade de ser certificado Demeter, porque... é uma coisa que a gente não..., eu posso, to falando a gente né, mas é uma coisa que eu não concordo muito, que é essa questão de certificação, de tu fazer toda uma burocracia pra certificar uma coisa né. É uma coisa que a gente não, primeiro, assim, deixar bem claro, que é uma coisa que a gente não gostaria de fazer, nem selo nós usamos.*

Porém, desde 2017 eles estão comercializando parte de seus produtos na Feira Ana Primavesi, que por ser uma feira orgânica, necessita que todos os agricultores que ali comercializam sejam certificados como produtores de alimentos orgânicos. Sendo assim, a certificação para eles se faz necessária, caso não a tenham não poderão mais levar seus produtos para serem comercializados nesta feira.

**Rodrigo** – *Agora com a vinda da Feira Ana Primavesi, isso daí se tornou necessário para nós, porque a Universidade pediu que os agricultores que fizessem a comercialização na Feira Ana Primavesi fossem certificados. Daí a gente já tava certificado, então a gente continua com essa participativa, mas também a gente podia ter entrado na OCS que foi criada para a Feira Ana Primavesi. Mas daí como a gente já tava nessa...a gente continua nessa. Então que surgiu a..., assim que é feita, que surgiu na nossa propriedade a certificação. Com esse intuito! Não é uma coisa muito que a gente quê não, mas a gente faz.*

Mesmo a certificação não sendo algo relevante para esses amigos, eles afirmam que o processo de certificação participativa tem sido importante por favorecer o acúmulo de conhecimento e as trocas de experiências. Já que nesse processo são realizadas as visitas de pares, onde os agricultores, além de receberem capacitação para desempenharem o papel da fiscalização, têm a oportunidade de conhecer outras propriedades em municípios vizinhos. Essas visitas ocorrem anualmente com o objetivo de fiscalizar a propriedade e renovar o certificado de orgânico, sendo composta por técnicos do CAPA acompanhados por agricultores de outros grupos. Conforme demonstrado na imagem 21, onde três agricultores e o técnico do CAPA estavam visitando o organismo agrícola dos Amigos de Itaara, no início de 2019, para renovar o certificado de orgânico.

**Rodrigo** – *Que pelo menos assim eu acho a parte melhor dessa certificação participativa, para mim né, bem real assim, a melhor parte da certificação participativa é a visita de pares que me dá a oportunidade de ir numa outra região, numa outra cidade, conhecer outras propriedades e outros agricultores. Então, e ver coisas, sabe? Trocar experiências e troca sementes e trazer uma mudinha de lá. Isso eu acho que é a melhor parte, essa convivência, isso já me dá um conforto bem grande de fazer a participativa. Essa visita de pares é nós [agricultores capacitados pelo CAPA e pela Rede Ecovida] que fizemos com os caras da CAPA. Eles tem experiência da legislação, eles sabem o que a legislação pede né. Nos pediram as barreiras lá em cima, que a gente não tinha, nos pediram... ah esse aqui tu pode usar, esse aqui tu não pode usar... Então, a gente é treinado para isso, e eu também daí a contraparte, daí também vou fazer isso em outro agricultor ou o Rafael, na verdade é eu porque sou o titular agora né, mas no ano que vem pode ser o Rafael.*

Imagem 21: Visita de pares realizadas na propriedade dos Amigos de Itaara.



Fonte: Arquivo de campo (2019).

Além disso, os amigos concordam que se a certificação fosse somente por auditoria, eles não participariam do processo. Pois, o Rafael afirma que estão certificados pensando em agregar para o coletivo, seguindo as premissas da Agricultura Biodinâmica, ajudando os amigos que estão fazendo parte desse processo também.

**Rodrigo** – *Talvez assim a..., sabe se for dizer assim ó, vocês vão fazer certificação por auditoria, aí eu não faria sabe, não só por causa do preço que é caro, mas não dá essa oportunidade.*

**Rafael** – *É, se fosse só por auditoria não teria sentido nós se certificar, porque nem mesmo o grupo, aí... ia precisar ter. A certificação vem pelo coletivo né. Porque é uma das premissas da Agricultura Biodinâmica é atuar com o coletivo. A gente tem que consentir as coisas ao invés de só realmente decidir democraticamente, não é... Não é o que a gente deseja, mas pelo grupo..., não nos sentimos mau....*

Os Amigos de Itaara afirmam que, do ponto de vista deles, as visitas não têm um caráter de fiscalização, já que são desempenhadas por outros agricultores que, também, fazem parte desse processo, ou seja, apontam erros que muitas vezes não são vistos por quem está manejando o organismo agrícola diariamente. Com isso, salientam que no sistema participativo de certificação eles se adaptaram as normativas orgânicas naturalmente, nada foi impositivo.

**Rafael** – *É, não vamos pensar naquela questão de fiscalização né, são produtores que vêm e vê como tá e eles vão enxergar coisas que tu não tá enxergando no dia-a-dia.*

**Rodrigo** – *É, não só isso, na participativa te proporciona um coisa que é... essa coisa da confiança e dessa troca de saberes e troca de experiências e tu vai se adequando a normativa orgânica de uma forma natural, não de uma forma impositiva.*

Nessas visitas de pares todo o organismo agrícola é avaliado, mas a atenção é maior nas áreas de lavoura e de agrofloresta, glebas de produção orgânica, ou seja, onde são cultivados os produtos certificados como orgânicos. Segundo o Rodrigo, também são analisados o plano de manejo e o caderno de campo que devem estar preenchidos. As notas fiscais dos insumos e tudo que estiver relacionada com a produção é verificado pelos fiscais. No momento em que percorrem o organismo agrícola ocorrem diálogos, trocas de conhecimentos e aprendizagem (Imagem 22), algo que, para os amigos, é bem importante.

**Rodrigo** – *Eles olham tudo, a gente mostra os papéis que a gente tem que preencher, que é obrigatório preencher, que é o caderno de campo e que é o...plano de manejo. Também todos os insumos e coisas que foram compradas... que no nosso caso aqui a gente nem tem, mas nas outras propriedades tem. Hã... tem as notas fiscais dos insumos, isso tudo eles olham, essa papelada e daí fazem uma visita, na propriedade inteira, nas glebas produtivas, né. E aí ali eles vão verificar coisas do tipo.... coisas que estão certas no orgânico, que tão errada e alguma oportunidade de crescimento em algumas áreas, tipo, ah isso aqui tu podia fazer diferente, eu faço assim e dá certo e pipipi.... assim vai indo. É, isso é muito legal porque vamos ensinando e aprendendo ao longo do processo.*

Imagem 22: Trocas de conhecimentos e experiências proporcionada pela visita.



Fonte: Arquivo de campo (2019).

O plano de manejo é elaborado como forma de planejamento produtivo e deve ser atualizado cada vez que houver alterações na produção orgânica. No caso dos amigos, esse plano de manejo ainda não necessitou de alterações. Já o caderno de campo, deve ser sempre preenchido de acordo com as atividades executadas nas áreas de produção orgânica. O que inclui os insumos utilizados e adquiridos fora da propriedade. Porém no caso desta propriedade, onde a Agricultura Biodinâmica é trabalhada e a sustentabilidade é de extrema importância, praticamente não há insumos adquiridos de fora, pois, os amigos procuram utilizar/produzir os insumos do próprio organismo agrícola, o que fica evidente nessa fala do Rodrigo.

**Rodrigo** – *No plano de manejo tu faz todo um..., um planejamento de como é que tu vai fazer a tua produção. Daí a partir disso, tu escreve nesse caderno de campo como que tu vai fazer a produção. Se tu tem uma mudança tu atualiza o caderno de manejo. A gente não atualizou até agora. E como a gente tem uma coisa muito de Agricultura Biodinâmica, que é a sustentabilidade, né, de não importar muita coisa do organismo agrícola, é fácil de fazer, de preecher, porque tudo é daqui, não vem nada de fora. Ultimamente o que vem de fora não é usado na produção orgânica... Agora a gente tá ultimamente, assim, nos últimos meses, a gente tá importando uma coisa que é o adubo orgânico certificado, mas é muito pouco porque eu uso muito adubação verde e na horta também acabo utilizando muito adubação daqui mesmo, dos cavalo e dos bovino, né, que não, que acabam não comendo ração. Então é... e faço também a biochar (biocarvão).*

O processo de certificação participativa se dá, não apenas pelas vistas de pares, mas também pelos encontros frequentes que devem ocorrer entre o grupo de certificação. De acordo com a afirmação do Rodrigo, esses encontros devem ocorrer mensalmente, porém, no caso do grupo que fazem parte, os encontros acontecem informalmente todos os sábados no ambiente do Feirão Colonial, onde o grupo comercializa seus produtos juntos. Além disso, em muitas ocasiões, quando há necessidade, eles se visitam e sempre quando se reúnem já fazem suas reuniões. O Rodrigo afirma que, esta particularidade, só funciona porque o grupo ainda é pequeno, são apenas duas propriedades que o compõe, a deles e a dos agricultores do município de Dona Francisca. Caso o grupo cresça, salienta o Rodrigo, haverá a necessidade dessas reuniões mensais, conforme está previsto na legislação de orgânicos.

**Rodrigo** – *Era pra reuni uma vez por mês, mas a gente efetivamente não faz, até porque a gente se encontra muito, sempre nos sábados. E a gente troca muita experiência e coisa assim já na feira e também eles vêm muito aqui muitas vezes e a gente vai lá muitas vezes. Muitas vezes essas reuniões, mesmo aqui a gente acaba considerando como uma reunião, porque a gente fala de coisa da agricultura, fala de coisa das duas propriedades, fala de troca de experiências e não sei o que. Aí muito mais por..., como é que é, desleixo nosso a gente acaba não fazendo uma formalização nessas reuniões. Mas teoricamente na lei, a gente deveria se reunir. Se o grupo crescer daí nós vamo ter que fazer isso.*

De acordo com os amigos, o CAPA desempenha um papel importante, pois além de atuar como mediadora entre os agricultores e a Rede Ecovida de Agroecologia, também oferece assistência técnica para os agricultores. Porém, no caso deste organismo agrícola, somente a função de mediadora é desempenhada por essa instituição. O Rodrigo afirma ainda que, não é regra da Rede a necessidade de instituição mediadora, visto que os agricultores podem optar por formar um grupo e acessar diretamente a Rede Ecovida. Todavia, ele salienta que esses agricultores terão muitos trabalhos burocrático para realizar, o que pode demandar muito tempo e prejudicar a produção.

**Rodrigo** – *Quem faz o link da Ecovida com os agricultores, tem o intermediário, que é o CAPA.*

**Rafael** – *Eles dão assistência também, mas não no nosso caso.*

**Rodrigo** – *É! E tu pode fazer esse link direto. Tu pode chegar na Ecovida, criar um núcleo e conversar direto com a Ecovida. Só que aí tu precisa de muito trabalho de escritório. Porque tu precisa, tipo, escanear documento, fazer não sei o que, emiti isso, emiti aquilo, atualizar na internet, organiza os evento, tudo isso o grupo que tem que fazer e aí o CAPA, que é um órgão da Igreja Luterana no Brasil, ele tem pessoas que fazem isso, que já tem escritório, que trabalham com os projetos e tal.*

Para que os agricultores possam manter-se associados à Rede de certificação, eles necessitam desembolsar anualmente um valor de 240 reais, que segundo os amigos financia os serviços oferecidos, como o material de escritório, custos com viagens e as diárias nos dias de auditoria. Já que nesses dias, os agricultores se deslocam até as propriedades para fazerem a fiscalização, eles recebem uma diária de 40 reais para o combustível e para que o dia de trabalho seja ressarcido, mesmo sendo um dia de muita troca de experiência e conhecimento adquirido. Na opinião do Rodrigo, o valor pago anualmente é baixo e muito bem aproveitado, pois é pago por cada família certificada, não por integrantes da família.

**Rodrigo** – *É pago 240 reais por ano, mas esse valor, ele financia esses materiais de escritório, que precisa e financia também, porque quando eu vou fazer uma auditoria eles me dão uma diária, eu ganho 40,00 reais cada agricultor quando sai daqui, porque tu tá perdendo um dia de, se bem que perder está entre aspas, mas tu tá perdendo um dia de trabalho aqui, e aí isso é remunerado. E é muito bom, eu acho fantástico. Porque aí tu vai tranquilo né, até porque tu precisa se deslocar, a gente aqui né, se deslocar de carro, mas também não poderia achar outra maneira, a gente acha mais confortável se deslocar de carro, que daí tu praticamente não tem custo, porque tu ganha uma diária. E aí... todos os agricultores pagam, os certificados, esses 240 que comparado com um por auditoria, vai dar, não sei... menos que 5% do valor. Então é um valor bem baixo, mas que ajuda nessa diária, pros outros que vão vir, porque vão vir três aqui né. Então eu paguei, são três dá 120 reais já, só de diária pros cara que vão vim certificar aqui né.*

**Rafael** – *E esse valor é pra cada família, pra cada certificado.*

O estatuto interno do grupo AFAS já estava pronto, quando os Amigos de Itaara se vincularam ao grupo, e por esse motivo eles não participaram do processo de construção desse documento. Ainda assim, demonstram conhecer o conteúdo do estatuto, pois o Rodrigo afirma que neste documento estão as declarações do cumprimento da legislação de orgânicos e alguns aspectos interno de dinâmicas do grupo, como as reuniões, trocas de experiências, almoços e trocas de sementes.

**Rafael** – *Já tava pronto [estatuto] quando começamos participar do grupo.*

**Rodrigo** – *Eu acho que no estatuto nosso tá bem assim ó, “cumprir a lei de orgânico e aí tem mais alguma coisa da parte social do grupo, de fazer reuniões, trocas de sementes, troca de experiências, fazer almoços”, umas coisas assim eles botaram no estatuto.*

As motivações para certificação, no caso desses amigos, estão embasadas na relação de amizade que possuem com os companheiros de grupo. Entretanto, ambos contaram um pouco sobre as motivações que os fizeram abandonar o campo de trabalho convencional e os levaram a trabalhar com a Agricultura Biodinâmica. O Rodrigo afirma que, a muito tempo já se preocupava com alimentação saudável e por trabalhar no sistema convencional passou a questionar as atitudes que precisava tomar, estando envolvido naquele ambiente. Com isso, começou a buscar conhecimento em áreas alternativas e encontrou a Agricultura Biodinâmica que, para ele, fez muito sentido.

**Rodrigo** – *A minha motivação para trabalhar com essa agricultura foiii, eu comecei na verdade, a pensar nisso a muito tempo atrás assim, e ela veio pra mim pela comida. Me preocupava, hoje não me preocupo mais dá pra dizer, mas eu me preocupava muuuuito quando morava na cidade com alimentação saudável. E daí eu comecei a entrar, assim, como eu trabalhava numa coisa bem convencional, comecei a questionar coisas na minha cabeça, né. Do tipo, bom porque que nós temos fazendo isso, porque que nós temos fazendo aquilo.... então resolvi buscar conhecimento e pra mim a biodinâmica fez muito mais sentido do qualquer outra coisa.*

O Rafael, também, passou a se questionar, estando inserido no sistema convencional de produção e, neste meio tempo, se reaproximou do amigo Rodrigo que já estava praticando Agricultura Biodinâmica. A partir disso, começou a aprender sobre essas maneiras alternativas de trabalhar o solo e todo o agroecossistema. Como ele mesmo diz, se deslumbrou por poder produzir sem usar nada de químico. Pois a produção é fundamentada na

nutrição das plantas d no calendário lunar, ou seja, está totalmente ligada com o cosmo, que, para ele, não é tão fácil de entender, porém faz muito sentido.

**Rafael** – *É, a minha transição foi... é também trabalhando neste sistema convencional, eu questionava muito as coisas, que eu não consigo vender um produto que eu não acredito ou que é uma farsa. [...] Eu me questionava muito e daí uma coisa que eu comecei foi vim aqui e vê o Rodrigo trabalhando e me falando o que era a Agricultura Biodinâmica ou Orgânica, Agroecológica, enfim. De se deslumbrar que dava pra plantar sem usa nada ou algum tipo de artifício químico que não nutrição da planta ou cuidados de lua ou, essas relação com o cosmos, que é mais complicado um pouco de entende, mas tem muito, faz muito sentido pra mim.*

Quanto às dificuldades e os desafios encontrados para a certificação, os amigos concordam que praticamente não tiveram, pois, o processo para eles fluiu de forma natural e a única coisa que implantaram após a certificação foram as barreiras protetivas em uma divisa com uma propriedade de agricultura convencional. O Rafael afirma que, por já estarem trabalhando com Agricultura Biodinâmica, as mudanças que fizeram e ainda precisam fazer são bem pontuais e não são consideradas desafios para eles. Além disso, eles salientam que se precisassem alterar muitas coisas não iriam certificar.

**Pesquisadora** – *Vocês tiveram dificuldades para se certificar? E para se manter certificados encontram muitos desafios?*

**Rodrigo** – *Não sei, acho que não [falou em tom baixo]*

**Rafael** – *Não, não teve dificuldades. Talvez a, alguns detalhezinhos que as pessoas que vem de fora, que realmente, vão enxergar aquilo que a gente não tá enxergando as vezes...*

**Rodrigo** – *A barreira lá encima.*

**Rafael** – *A barreira... Não tinha barreira, depois da certificação que a gente fez a barreira.*

**Rodrigo** – *É...*

**Rafael** – *Teve problema aí tipo, o corredor dos gado ali que tem erosão. A gente tá desleixado e..., mas foram apontamentos... hã, detalhes que os outros vão te alertar pra uma coisa que tu, talvez, não tá fazendo lá porque tu não tá enxergando, não tá alcançando, sabe que tá mal, mas...*

**Rodrigo** – *Que tem que faze, mas não consegue trabalhar na...*

**Rafael** – *É, também aí o meio te dá aquela preocupação, não usar pesticidas nem adubo químico, não é só isso, a Agricultura, Agroecologia é muito mais que isso né. Mas como nós já vinha de uma Agricultura Biodinâmica, outro, a preocupação de tê a certificação não trouxe assim, “Ah! Vamo tem que se adequa a isso!” Nada!*

**Rodrigo** – *Dependendo, nem queria certificar né?*

**Rafael** – *É.*

Ainda, na questão dos desafios, o Rodrigo pontua que a assistência técnica para eles não faz falta, pois as trocas de experiências com os outros agricultores que mantem contato, já suprem essa necessidade. No ponto de vista deles, a propriedade é um organismo vivo e fechado, portanto, só quem pode trabalhar com os múltiplos elementos que a integram é aquele que faz parte do organismo e, neste caso, a assistência técnica não tem sentido. O Rodrigo afirma que “Todo conhecimento é autoconhecimento”, pois aquilo que aprendemos deve fazer sentido para nós, porque se não logo se perde.

**Rodrigo** – *A assistência se dá muito mais por essa técnica, o grupo de agricultores que a gente faz parte.*

**Pesquisadora** – *Tipo um técnico não tem, que seja especializado pra trabalhar com isso?*

**Rodrigo** – *Não, e acho que nem vai tê, é difícil tê entendeu? Porque é muito difícil tu ser um técnico de Agricultura Biodinâmica, por exemplo né, tu vai tem que chegar, porque cada organismo é diferente sabe? E aí cada um tá certo, então nenhum tá errado, todo mundo tá certo. E aí tu não pode chegar, as vezes tu pode chegar e dizer assim, talvez tivesse um técnico e dissesse assim, “olha no outro lá ele fez assim quem sabe tu...”, mas não vai dizer assim, “faz assim, faz assado”.*

**Rafael** – *O melhor técnico é aquele que fez, “eu fiz assim quem sabe tu faz assim”. Porque o técnico viu o cara fazer assim, mas não vivencio.*

**Rodrigo** – *Porque não adianta eu mexer numa parte bem técnica né, não adianta eu mexer na qualidade da ordenha porque ele tá com células somáticas alta lá no leite se eu não mexer na alimentação que as vacas comem, se eu não mexer... se o funcionário que tirou o leite tá bem ou não tá, se eu não mexer na... ah é tanta coisa, é tão holística, é tão multifacetada, é difícil! O cara pra mim que faz essa assistência técnica, ele tá fazendo uma coisa que nem ele consegue fazer, ele tá se propondo fazer uma coisa que é difícil de fazer, é muito difícil. E é mais fácil desse jeito assim, essa técnica de tu ir visitar outra pessoa e aí vê a experiência dela, aí é tu, tu mesmo faz, vem de dentro, “**todo conhecimento é autoconhecimento**”, eu gosto muito dessa frase. Penso muito nisso, sabe, que não vem nada de fora, é tudo de dentro. Tudo aquilo que tu aprende, tu de dentro, se tu aprendeu com os de fora daí não é conhecimento, não vai fica pra ti. Mas se tu acredita naquilo e aquilo vem de dentro e aquilo fez sentido pra ti, daí ah! Daí isso sim, agora sim!*

Os amigos possuem bastante conhecimento de técnicas agropecuárias, pois ambos possuem formação superior na área das ciências agrárias, além de cursos e especializações no campo das agriculturas alternativas. Logo, foi-lhes questionado quanto às suas percepções sobre a Agroecologia, a Agricultura Orgânica e a Agricultura Biodinâmica. Eles demonstram conhecer as diferenças de cada uma, pois afirmam que a produção na Agricultura orgânica é regida por uma legislação, assim como a Agricultura Biodinâmica que, também, tem sua própria Lei, o que não ocorre com a Agroecologia.

**Rodrigo** – *O que eu entendo, de Agroecologia, de orgânico e de Biodinâmico. De Orgânico..., ele, esse termo, até onde eu li, foi cunhado há...baseado numa coisa de uma agricultura, após a revolução verde isso né, que não usa, até onde eu li foi cunhado em 1950 por aí, 1940, inclusive foi cunhado de um termo da Agricultura Biodinâmica de “organismo agrícola”, que o cara fala que toda a propriedade devia ser um organismo, né e se auto sustentar, e seus diversos órgão dentro da propriedade né, o bovino, o equino, a horta, o pão e não sei o que, eles funcionassem como também num organismo, um apoiando o outro e um sem o outro não funciona, um é necessário pro outro funcionar né. E aí dentro desse conceito que se criou o termo de orgânico, e a partir disso por uma necessidade dos consumidores e do mercado, se criou normativas, assim como a Biodinâmica também tem normativa, que foi criada... a da Biodinâmica é muito interessante, o primeiro, isso é uma coisa muito interessante de saber, mas é muito, e o legal é que primeiro foi a certificação Biodinâmica em 1930 por aí foi criação da certificação Demeter, e foi assim. O Steiner fez um ciclo de palestras em Koberwitz, na atual Polônia, em 1924, falando, criando né, a Agricultura Biodinâmica, falando como deveria ser uma agricultura antroposófica e aí foi criado o termo Agricultura Biodinâmica. Aí foi todo um “frisson” na Alemanha, que já tinha toda uma sociedade antroposófica né, que tava muito ligada a Steiner. E aí nisso eles começaram a vender as coisas, e aí em Stuttgart tinha uma feira livre e aí os caras começaram a dizê aquele faz agricultura do Steiner e esse aqui não faz e esse aqui faz. E aí os cara começaram, a então nós vamo, e toda a sociedade antroposófica começou a comprar das pessoas, das banquinhas que faziam Agricultura Biodinâmica né, mas na verdade nem era biodinâmica na época, era agricultura baseada nos conhecimento de Steiner. Aí os cara do lado começou a dizê, pera aí, mas os cara tão vendendo muito mais que eu e só por causa disso, sendo que eu faço mais ou menos a mesma coisa, eu também sou biodinâmico. E daí começou a tê discussão entre feirantes, aí chegaram, e disse assim não, nós vamo organiza agora. A sociedade antroposófica chegou e disse assim, nós vamos organizar e daí vai ter que ter certos pré-requisitos que nós vamos aferir lá se tu tem e nós vamos te dar um selo, Selo Demeter! [risos discretos] e foi o primeiro, totalmente capital. E aí a partir disso em 1950 vem a Agricultura Orgânica que também, baseado já nessa primeira experiência. É, daí cria um grupo, cria também uma normativa, tipo assim ah, pra fazer essa agricultura que não usa mais pesticidas, não usa mais adubos químicos. Também nós vamos ter que seguir certas referencias aqui e daí nós vamos certifica e aí criou a Agricultura Orgânica. Então ela também é baseada na lei, totalmente baseada na lei.*

Após dissertar sobre um conjunto grande de informações, Rodrigo expressa suas percepções acerca do que ele chama, de “tipos” de agricultores orgânicos. O tipo de agricultor orgânico 1 é o empresário rural, que trabalha cumprindo as normativas da legislação de orgânico. Estes, estão interessados em vender seus produtos para um nicho de mercado que tem condições de desembolsar valores mais altos por produtos orgânicos certificados.

**Rodrigo** – *Hoje em dia então, inclusive, eu sempre digo, tem o... esse é o orgânico 1, o orgânico 2, o orgânico 3. Porque tem o orgânico 1 que pra mim é o, ele faz o que lei faz né, tem um exemplo muito bom aqui no Brasil, o exemplo do Pedro Paulo Diniz filho lá do cara da Pão de Açúcar, tem a Fazenda da Toca em Itirapina em São Paulo e ele... Ele diz assim “eu quero produzi orgânico, mas porque orgânico vende mais”. Ele tem também, claro, não dá pra dizer que o cara não tem, ah ele também tem uma pegada ecológica, não sei que, mas é um cara que anda de Ferrari, então ele já tem muita ligação com o materialismo. E eu não tô criticando ele, eu tô dizendo que ele fez um negócio, então qual é a lei, tá aqui a lei, beleza,*

*vamo fazê a lei, beleza e daí eu vou vender com selinho orgânico, esse é o orgânico 1 que eu chamo.*

Já o orgânico 2 é um agricultor consciente, que pode, por exemplo, ter adquirido um problema de saúde ao longo da vida, por estar manipulando agrotóxicos. Não estão muito preocupados com a legislação e decidiram parar com o uso de químicos por entenderem que isso degradava a sua saúde. Portanto, essa mudança é interna, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida, o que os favorece em outros aspectos, que estão além das normativas da legislação de orgânicos.

**Rodrigo** – *Mas tem o orgânico 2 também, que é aquele cara que..., que nem tu diz né, que deu uma doença, um câncer... não, eu vou pros orgânicos agora, o cara dos fumo lá né, bah todo mundo tá morrendo de fumo, eu não quero mais usar veneno. Quer dizer, ele não olha muito a lei cara, ele tem uma filosofia própria, que parte dele mesmo, entendeu? E ele pega a lei, claro, ele adequa a lei né, mas ele é muito mais assim, tu chega lá e dizê assim pra ele assim “ah o Senhor tem mato aqui? Ah sim, sempre preservo tantos hectares de mato porque eu acho importante”. Mas lá na legislação de orgânicos não diz isso, pra preservar mato, mas ele acha importante, ele acha legal tê um matinho e aí, isso vem de dentro dele, entendeu? Porque ele desenvolveu isso, já é um outro tipo de orgânico pra mim, já é, mas é orgânico também, é certificado.*

O orgânico 3, segundo o Rodrigo, é o agricultor de base agroecológica, que não se interessa pela certificação, pois seu conhecimento vem de família. Acreditam que, preservar o meio ambiente e viver em harmonia com os animais silvestres, é a melhor maneira de produzir, sempre respeitando todas as formas de vida. Além disso, esses agricultores possuem um forte senso de justiça e equidade pois se preocupam e valorizam muito as questões sociais, como por exemplo, a exploração de mão-de-obra.

**Rodrigo** – *E tem o 3 que ainda daí talvez, que daí é o cara mais agroecológico, que daí ele já nem pensa em certificação, mas ele tem aquele conhecimento ancestral, o conhecimento dos avós ou, né, como os avós faziam e eu vou fazer igual ele e acho que isso é certo. Além dele preservar a natureza ele vive bem com animais silvestres e respeita a natureza. Ele também tem uma coisa, hã... pra mim, entra nessa parte de agroecológico muita coisa do tipo... “ai eu não vou contratar diarista, né, um ônibus aqui, porque é desleal com os caras vim aqui. Nossa, eles ganham tão pouco né, pra colhe feijão, né, não... ah não”. Ou se não ele contrata, mas daí ele faz um baita almoço e tem uma preocupação com as pessoas, tipo, “nossa, eles estão no sol, não vamo trabalha no sol, vamo trabalha mais tarde”, agora, mas daí o senhor vai perder dinheiro! “Não, mas isso não interessa, interessa é vocês e daí isso é mais importante pra mim do que eu colhe o feijão”. Então o cara tá mais pro agroecológico e talvez ele nem queira e..., é muito, muita gente assim desse conhecimento ancestral, com esse conhecimento empírico, essas pessoas mais sensíveis, mais humanas, dá pra dizer. Pra mim isso é agro., é agroecológico.*

Em seguida, o Rodrigo faz uma breve comparação entre a Certificação Demeter<sup>35</sup> e a legislação de orgânicos, afirmando que as normativas da Certificação Demeter são mais humanizadas que as normativas da legislação de orgânicos, já que esta última é totalmente comercial. O objetivo desta legislação é padronizar a produção de alimentos orgânicos, não havendo preocupações que vão além das técnicas de produção, como a promoção da autonomia produtiva, por exemplo, uma premissa básica para se alcançar a sustentabilidade da propriedade que não é estimulada na legislação de orgânicos. Pelo contrário, a legislação incentiva a substituição de insumos que pode vir a aumentar a dependência dos agricultores.

**Rodrigo** – *Também tem o biodinâmico que só adequa a lei Demeter, só que a lei Demeter acaba sendo mais humanizada, digamos assim que a lei de orgânico. Porque a lei orgânica ela não é humanizada, ela é comercial, ela é pra tu ter um alimento, padronizar assim né, conforme a lei. E a Biodinâmica acaba, na lei eles tentaram fazer uma humanização na lei né, e também eles... a lei Demeter já fala muito em bem-estar animal né, fala muito em... hã, em sustentabilidade da propriedade, não pode tá importando coisa né, não pode tê ração de fora, se tu não, não pode! Autossuficiência da propriedade, que no orgânico não tem nada, no orgânico tu pode tê só a terra e...*

**Rafael** – *Pode comprar tudo!*

**Rodrigo** – *E aí tu compra tudo, tu pode comprar o esterco né, desde que seja certificado, tu pode comprar o composto, tu pode comprar a água, tu pode compra... as embalagens, tu pode comprar tudo, a mão-de-obra e assim por diante.*

Diante desta afirmação, os Amigos de Itaara fazem uma crítica à forma como a legislação se apresenta, preocupada somente com os aspectos produtivos, incentivando a substituição de insumos e favorecendo os mais capitalizados, sempre de acordo com o capital. Dessa forma, o Rodrigo salientou que não concorda com a substituição de insumos poluentes por outros menos agressivos, até mesmo no caso dos medicamentos para os animais, pois eles praticamente não usam nenhum medicamento, pois somente o manejo adequado em PRV já é o suficiente para manter os animais com imunidade alta e saudáveis.

**Rodrigo** - *É, tem coisa da lei que a gente não concorda, por exemplo, a gente não usa insumos, mesmo que seja orgânico. A gente não faz essa cultura de substituição, do tipo da lei né, eu não gosto disso, de fazer substituições. O pessoal vem aqui e diz assim, “ah olha só os teus bois não tem carrapato, qual o produto que tu substitui o Ivomec?” Não, não existe isso pra mim, a pergunta não é essa. A pergunta é “o que tu faz que tu não vai precisar, que teus carrapatos tão sobre controle?” O meu aqui é o PRV, não só isso, mas outras práticas né, mas eu não tenho uma filosofia de substituições de produto. Isso a lei faz, a lei é substitutiva, a lei se ela fala assim, “invés de tu usar isso tu usa aquilo”, né.*

<sup>35</sup> Conjunto de normas de produção que devem ser seguidas para a obtenção das marcas Demeter, Biodinâmica e outras relacionadas. Para maiores informações acesse o link da Associação Biodinâmica. Disponível em: <<https://www.biodinamica.org.br/5/certificacao>>. Acesso em: 11 out. 2019.

Questionados se gostariam de mudar algumas pautas colocadas no estatuto, o Rodrigo afirmou que não pensou em fazer alterações pontuais, pois não concorda com a certificação e, se pudesse, alteraria todo o processo. Para eles, as relações de confiança são mais importantes do que a certificação, já que sugerem, como melhor forma de comercialização o sistema de CSA. Este sistema está embasado na filosofia da Antroposofia que, de acordo com o Rodrigo, entende que a terra é um bem comum e que as pessoas que foram morar em áreas urbanas abdicaram de seu espaço de cultivo, portanto esse espaço seria cedido para quem quer produzir alimento. Sendo assim, o consumidor passaria a financiar o agricultor para que ele se responsabilizasse pelo espaço de terra que foi abdicado por ele. Para isto, eles trabalhariam dentro de um acordo, onde os dois comungariam dos mesmos vieses de produção.

**Rodrigo** – *Eu não concordo com a certificação, né. Então eu não mudaria nada né, eu mudaria o processo inteiro, eu acho que todo mundo deveria ter CSA [risos]. Daí não precisa certificação. Eu acho que em toda a cidade deveria ter grupos de pessoas que sustentasse cada agricultor de cada coisa assim, e aquele agricultor poderia ter uma rede de troca de produto na cidade, mas isso é uma utopia! Que tu tivesse uma rede na cidade que tu é responsável e aquelas pessoas eram responsáveis por ti, mas assim, fala muito assim é... “dividindo colheitas né, e dividindo também responsabilidade”. Daí as pessoas que tã na cidade, elas abdicaram né, porque quando tu encarna pra antroposofia, todo mundo quando encarna nesse... aqui, tá físico aqui, teoricamente tu precisa de um espaço. E o mais justo seria, aonde tu encarnou, naquele país, tu pega... e precisa comer e pra comer tu precisa também de um espaço né, então pega a área agricultável daquele país e dividir pelo número de pessoas e é mais ou menos quanto cada pessoa tem direito em m<sup>2</sup> né. E aí, só que tem pessoas que dizem assim, “é mas eu não quero cultivar o meu alimento, eu quero trabalhar na cidade, porque eu gosto disso”, mas como eu preciso comer, eu vou trocar com alguém que esteja disposto a produzir o alimento que eu consumo, na minha área, que eu tenho direito. Eu não vou usar a minha área, por exemplo aqui no Brasil, já teve um cálculo, dá mais ou menos meio hectare pra cada um, né. Aí esse meio hectare, se tu mora na cidade tu não vai ocupar ele né, tu vai morar num apartamento, numa casa, mas tu vai ocupar nada pra fazer a alimentação, tu vai ocupar um espaço menor né, então tu é responsável por esse meio hectare, então o que tu faz é achar alguém que comungue contigo a mesma ideia, do tipo eu não me importo em comer convencional, então acha um convencional; Ah não eu quero comer orgânico, então eu acho um agricultor orgânico; ah não, eu quero comer biodinâmico, então eu acho um agricultor biodinâmico. E aí tu, diz assim ó, eu vou te dar responsabilidade do meu meio hectare pra ti, mas pra isso, em troca eu vou te sustentar, eu vou ti...eu vou ti financiar esse meio hectare.*

Em vários momentos da entrevista, o Rodrigo reconhece essa sua visão de mundo como uma utopia, onde tudo seria melhor. Já que as pessoas não iriam mais se alimentar de produtos industrializados, pois tudo que elas precisariam os agricultores iriam produzir, de maneira tradicional e saudável. Dessa maneira, haveria uma grande alteração no sistema alimentício vigente, onde a certificação perderia o valor e as relações de confiança seriam fortalecidas e a distância do rural com o urbano seria rompido.

**Rodrigo** – *É, então a minha utopia seria um negócio legal assim ó, de ter um grupo de pessoas na cidade que se responsabilizasse pela terra que é direito deles e botasse um agricultor lá que se responsabilizasse em tomar conta dessa terra, da forma que esse grupo de pessoas na cidade gostaria que tomasse. E aí a pessoa viesse, e todo o produto que é gerado nessa propriedade daquele grupo, é dividido entre aqueles cara lá, então quando dá um granizo não tem produto. “Ó gente fiz o máximo, mas deu granizo e acabou, então vou ficar um tempo sem dar produto, mas eu tô... eu vou planta de novo e produzi de novo”. E aí, ia ser tão bonito né, porque daí não tem mercado e daí tudo que se produzia, mas daí tinha que produzir carne, tinha que produzir leite, tinha que produzi...queijo, ambrosia, melado, tudo produzido aqui, geleia. Não precisava ir no mercado, pra que tu vai ir no mercado comprar coisa industrializada, não, tu tem um agricultor que produz todas as tuas coisas ali cara!* [Finaliza a sua fala com bastante entusiasmo].

Considerando a certificação injusta para com os agricultores, os Amigos de Itaara são contrários a ela, já que, para manter este certificado, o agricultor terá mais custos. Por esse motivo, o Rodrigo lembra que nos espaços de discussões que eles frequentam, comumente é colocado em pauta que o sistema convencional de agricultura deveria emitir um certificado para os agricultores que a praticam. Assim, estes deveriam comprovar que estão trabalhando dentro dos limites padrão de agrotóxicos residuais nos alimentos permitidos pela ANVISA. Pois os produtores que manuseiam produtos químicos prejudiciais à saúde e ao meio ambiente é que deveriam demandar maior atenção dos órgãos públicos.

**Rodrigo** – *Então, é assim que eu penso num futuro legal, que seria, todo mundo CSA. Então por isso, não vai ter certificação também, certificação é uma coisa, que pra mim, não adianta pra nada! Ah sim, adianta pra tudo, mas é uma coisa que é injusta com o agricultor que tem que pagar por mais uma coisa, sabe? Porque se tu fosse pensar bem, isso é uma coisa que tu vê em todas as palestras, já é uma retórica né, que quem deveria ser certificado deveria ser o [agricultor] convencional. Porque o cara lá que bota, porque se ele bota um pouquinho a mais dá problema lá, que ANVISA fala, “Olha pode ter tanto de glifosato no alimento, se tiver mais aí vai dar problema né”, então ele que devia certificar! Porque eu, não tem o que eu botar ali que vai dar problema né, porque eu não boto nada. Pra você vê! É uma inversão, mas é... isso é um coisa que não vai mudar, por isso que **eu sou contra a certificação.***

**Rafael** – *Mas o convencional é hegemônico e trabalha conforme o sistema e por isso **também sou contra a certificação.***

Mesmo após a sua exposição de “ideologia”, o Rodrigo afirma que ainda vamos conviver por muito tempo com a certificação, pois vivemos em uma sociedade de risco, onde os consumidores estão cada vez mais distantes de quem produz o alimento. Em consequência, há a necessidade de instituições que regem esse tipo de mercado e a confiança é dada através dos selos. Neste ponto, o Rodrigo traz o exemplo da Alemanha, onde morou durante um tempo, que possui uma variedade de selos em um único produto, selo orgânico, selo vegano,

selo social (preocupação com a mão-de-obra escrava) e assim por diante. Todos estes selos têm custo para os agricultores e mesmo em países desenvolvidos essa lógica não está sendo alterada, consequência do sistema capitalista, o qual estamos inseridos.

**Rodrigo** – *É, mas a gente vai viver muito com certificação ainda, vai ver muitos e muitos anos isso, porque as pessoas... aí tu vai na Alemanha e ainda vê uma coisa do tipo assim, tu olha o produto e aí tem 10 selos! Por que? Porque é o mercado isso, daí vem outra certificadora lá e diz assim, “Ah, tem pessoas agora que, os veganos, que não querem mais que usem animais, então beleza, nós vamos certificar as propriedades que vão produzir para veganos”, daí tem o selinho vegano, é sério! Daí, ah agora tem um pessoal aqui na cidade que tá muito preocupada com a mão-de-obra escrava, porque tem muito agricultor que tá utilizando mão-de-obra da África, mão-de-obra de não sei o que, vamos certificar essas propriedades que não usam mão-de-obra escrava. Tudo bem, mas é materialismo, é capitalismo e aí eu vou ter que pagar.*

Por considerarem-se agricultores biodinâmicos, os Amigos de Itaara possuem muitas características de um agricultor de base agroecológica, como por exemplo o respeito que demonstram com os animais silvestres. Na visita à propriedade, foi possível observar uma variedade grande de avifauna silvestre, como o bem-te-vi (*Pitangus sulphuratus*), o tico-tico (*Zonotrichia capensis*), o beija-flor-de-papo-branco (*Leucochloris albicollis*) e o asa-de-telha (*Agelaioides badius*), todos vocalizando aos arredores das residências (Imagem 23). Conforme observado, tanto nas falas como nas atitudes, ambos os amigos prezam pela harmonia com a natureza, pois uma das características dos agricultores biodinâmicos é o seu alinhamento com o cosmos e o respeito à natureza. Neste organismo agrícola há uma grande área totalmente coberta por mata nativa, são em torno de 39 hectares de área praticamente intocados, um verdadeiro santuário para a conservação da fauna e da flora da região.

Imagem 23: Avifauna silvestre forrageando e vocalizando junto a propriedade.



Fonte: Arquivo pessoal (2018).

As fontes naturais de água estão bem protegidas nesta imensa área de mata, porém a água usada para consumo é proveniente de um poço artesiano (Imagem 24). Em razão de estarem praticamente cercados por essa mata, quase não há formação de corredores ecológicos. De acordo com uma imagem disponibilizada pelo Rafael (Imagem 25), na área de mata há uma cachoeira onde ambos possuem momentos de lazer junto com os amigos em dias de descanso.

Imagem 24: Poço artesiano na propriedade.



Fonte: Arquivo pessoal (2018).

Imagem 25: Momento de lazer com os amigos junto a natureza.



Fonte: Cedida por Rafael (2018), arquivo pessoal.

Desse modo, foi observado que a qualidade de vida, no caso desses amigos, se dá principalmente pela forte proximidade que têm com a natureza. Já que, mesmo possuindo uma piscina, optam por deixá-la desativada (Imagem 26) e tomam banho de rio para se refrescar nos dias quentes. Ao redor das residências há muita sombra e bastante flores; algumas cultivadas e outras que nasceram espontaneamente, e parecem equilibrar o agroecossistema.

Imagem 26: Piscina desativada.



Fonte: Arquivo de campo (2018).

As casas possuem áreas externas com algumas redes camas utilizadas nos momentos de descanso e lazer (Imagem 27). O acesso à internet é limitado, pois se dá somente via aparelho celular, que muitas vezes possui sinal oscilante. Porém, esse empecilho não os preocupa, visto que eles procuram viver mais isolados mantendo contato direto somente com a natureza. Essas características demonstram que os amigos, não só cultivam a terra, mas também desfrutam com respeito o que a natureza lhes oferece.

Imagem 27: Redes de descanso em áreas abertas das residências dos amigos.



Fonte: Arquivo de campo (2018).

O acesso à propriedade dos Amigos se dá por uma estrada adjacente a BR 158. Essa estrada, assim como a BR, se encontra geralmente bem conservada, o que facilita o deslocamento dos amigos até o município vizinho, onde comercializam seus produtos. Conforme podemos observar na Imagem 28, a estrada em frente à residência possui um trecho com calçamento, mesmo sendo em um local retirado do centro urbano, a infraestrutura está em bom estado de conservação.

Imagem 28: Estrada em frente à residência dos Amigos de Itaara.



Fonte: Arquivo de campo (2018).

Em relação à soberania alimentar, há uma diversidade grande de alimentos saudáveis disponíveis para o consumo dos amigos. Já que, a maior parte dos alimentos que consomem é produzido por eles nos moldes da Agricultura Biodinâmica. No dia da pesquisa de campo, no almoço, foi servido salada de rúcula, almeirão com cebola, mandioca ao molho de linhaça, batata-inglesa assada, lentilha e suco de limão com mel (Imagem 29). Não havia carne de qualquer tipo, pois o Rodrigo é vegetariano e o Rafael praticamente não consome carne.

Imagem 29: Almoçando com os Amigos de Itaara.



Fonte: Arquivo de campo (2018).

Quanto a oportunidade de fala entre os membros da família, neste caso, não haviam mulheres no momento da entrevista (Imagem 30), até mesmo porque elas não estão envolvidas com a agricultura. Então, entre os dois amigos, o que mais se destacou nas respostas foi o Rodrigo, pois o Rafael recém chegou nesta propriedade e ainda está aprendendo com o amigo como trabalhar com a Agricultura Biodinâmica. Porém, havia um grande respeito entre eles, no momento que um estava falando o outro não interrompia. Ainda, podia ser observado um ar de cumplicidade entre eles, demonstrando que os laços de amizade são antigos e duradouros.

Imagem 30: Amigos de Itaara no momento da entrevista.



Fonte: Arquivo de campo (2018).

### 5.3 TERCEIRO CASO: FAMÍLIA BECKER

Para compormos a apresentação do caso da Família Becker, foram realizadas conversas informais com os membros da família nos espaços de comercialização direta de Santa Maria, na Feira Ana Primavesi e na PoliFeira do Agricultor, onde comercializam seus produtos às quartas-feiras e às quintas-feiras, respectivamente. Após contatos iniciais foi agendada uma visita na propriedade, onde foram realizadas observações diretas acerca do agroecossistema e entrevista com base em um roteiro de questões previamente elaboradas.

A visita iniciou-se pela manhã e se estendeu até à metade da tarde, com conversas e desenvolvimento de atividades pré-definidas no dia anterior pela família. Neste dia, o Sr. Becker e seu filho mais velho, passaram a manhã manejando as colmeias de abelhas, já o filho mais jovem, além das atividades rotineiras com a leitearia e manejo dos bovinos, se envolveu com a reforma de um cercado para as galinhas. A entrevista foi realizada um pouco antes do almoço, em uma grande sala no térreo da residência do Sr. Becker. Na parte da tarde, alguns animais silvestres puderam ser observados, porém, por causa da chuva, infelizmente a visita precisou ser finalizada às 15:00 horas.

No início do mês de dezembro de 2019, a família recebeu a visita de fiscalização da OCS, realizada semestralmente, com o objetivo de renovar o certificado de orgânicos dos produtos. Com isso, na intenção de complementar os dados dessa pesquisa, foi feito um acompanhamento no dia dessa visita, que se iniciou já na parte da tarde e logo foi finalizada com um lanche ao ar livre, contendo uma variedade de alimentos produzidos pela família.

#### 5.3.1 Apresentação da propriedade e da família

A propriedade dos Becker está localizada no distrito de Santo Antônio, município de Santa Maria, com área total de 36 hectares (Imagem 31). Essa propriedade foi adquirida pelo casal assim que casaram e deram início a família.

Imagem 31: Imagem aérea da propriedade dos Becker.



Fonte: Adaptado de Google Earth (2019).

A família é composta por um casal, seus dois filhos e a companheira do filho mais velho. Com isso, na propriedade há duas residências, sendo uma, a residência do Sr. Becker, da Sra. Becker e de seu filho mais jovem, Denis. Já na outra, mora o filho mais velho do casal, Tiago e sua companheira. As divisões de trabalho e responsabilidades são bem delimitadas entre eles e dos cinco moradores, somente a companheira do Tiago não se ocupa com as atividades desenvolvidas na propriedade. Em função dos dois filhos estarem envolvidos com a produção, o Sr. Becker afirma nunca ter necessitado de mão-de-obra externa, nem mesmo diaristas, o que é confirmado pelo Tiago.

**Sr. Becker** – *Não, nunca contratamo nem diarista.*

**Tiago** – *É só nós!*

O Sr. Becker é responsável pela estufa (Imagem 32) e pelo pomar, sendo auxiliado pelos filhos em alguns momentos. O Denis é responsável pelo manejo dos bovinos leiteiros (Imagem 33) e ordenha, o Tiago se responsabiliza pelas ovelhas, suínos e a agroindústria familiar. Já a Sra. Becker se envolve em várias funções, ajuda na colheita, na pesagem e organização dos produtos para comercialização, além de todo o trabalho doméstico e cuidados com seu lindo jardim. Ainda, possuem funções que são desenvolvidas em dupla ou trio, como por exemplo a criação de galinhas e de abelhas (Imagem 34). Conforme apontado pelo Sr. Becker, as atividades são independentes, o que inclui os custos e lucros, que são responsabilidade daquele que está à frente da atividade em questão.

**Sr. Becker** – *É que na verdade assim ó, a horta é minha responsabilidade né, o tambo (Leitaria) é com o Denis, cada um tem o seu setor né, e cada um, são independentes né, então o Tiago cria ovelha, porco, tem a agroindústria. Então aí tem atividades independentes, isso inclui os lucros e gastos também, cada um com a sua dentro do mesmo espaço. E tem atividades juntos, por exemplo, a criação de galinha é minha e do Denis e as abelhas é dos três.*

**Pesquisadora** – *E a Sra. se envolve mais com o que? (Referindo-se a Sra. Becker).*

**Sra. Becker** – *É colheita né, pesagem e organização das cestas e caixas pra feira.*

Imagem 32: Estufa da Família Becker.



Fonte: Arquivo de campo (2018).

Imagem 33: Vacas leiteiras recém ordenhadas e terneiros sendo alimentados pelo Denis.



Fonte: Arquivo de campo (2018).

Imagem 34: Galinhas criadas em ambiente aberto e caixas de abelhas.



Fonte: Arquivo de campo (2018).

A família produz uma grande variedade de alimentos, na agroindústria o Tiago produz bolachas, pães, chips de mandioca, entre outros produtos. O Denis, sendo responsável pela atividade leiteira, produz queijos, rapaduras, doce de leite e outros derivados (Imagem 35).

A diversidade dos produtos cultivados nas estufas e no pomar estão diretamente ligados à sazonalidade climática típica da região Sul do Brasil. No período da realização da pesquisa de campo a família estava cultivando tomate cereja, amora silvestre, abobrinha, algumas espécies de alfaces, couve-flor, cebola, alho, berinjela, pimentão, laranja, limão taiti, bergamota, cana-de-açúcar e outras variedades de vegetais (Imagem 36).

Imagem 35: Alguns alimentos produzidos na agroindústria da Família Becker.



Fonte: Arquivo de campo (2018).

Imagens 36: Produção vegetal da Família Becker.

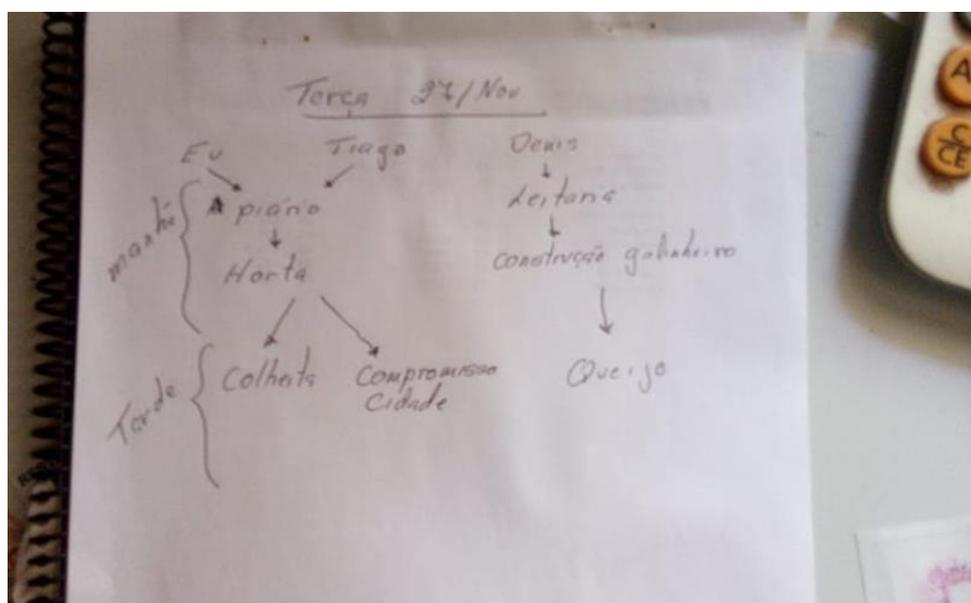




Fonte: Arquivo de campo (2018).

Uma característica marcante dessa família é a organização, pois fazem planejamentos diários com as atividades, que serão desenvolvidas por cada um, no decorrer do dia. Essa particularidade pode ser observada na Imagem 37, a qual o Sr. Becker, disponibilizou no dia anterior a uma das visitas da pesquisa. Essa foto foi enviada por eles, para auxiliar na organização das observações e acompanhamento das atividades da pesquisa.

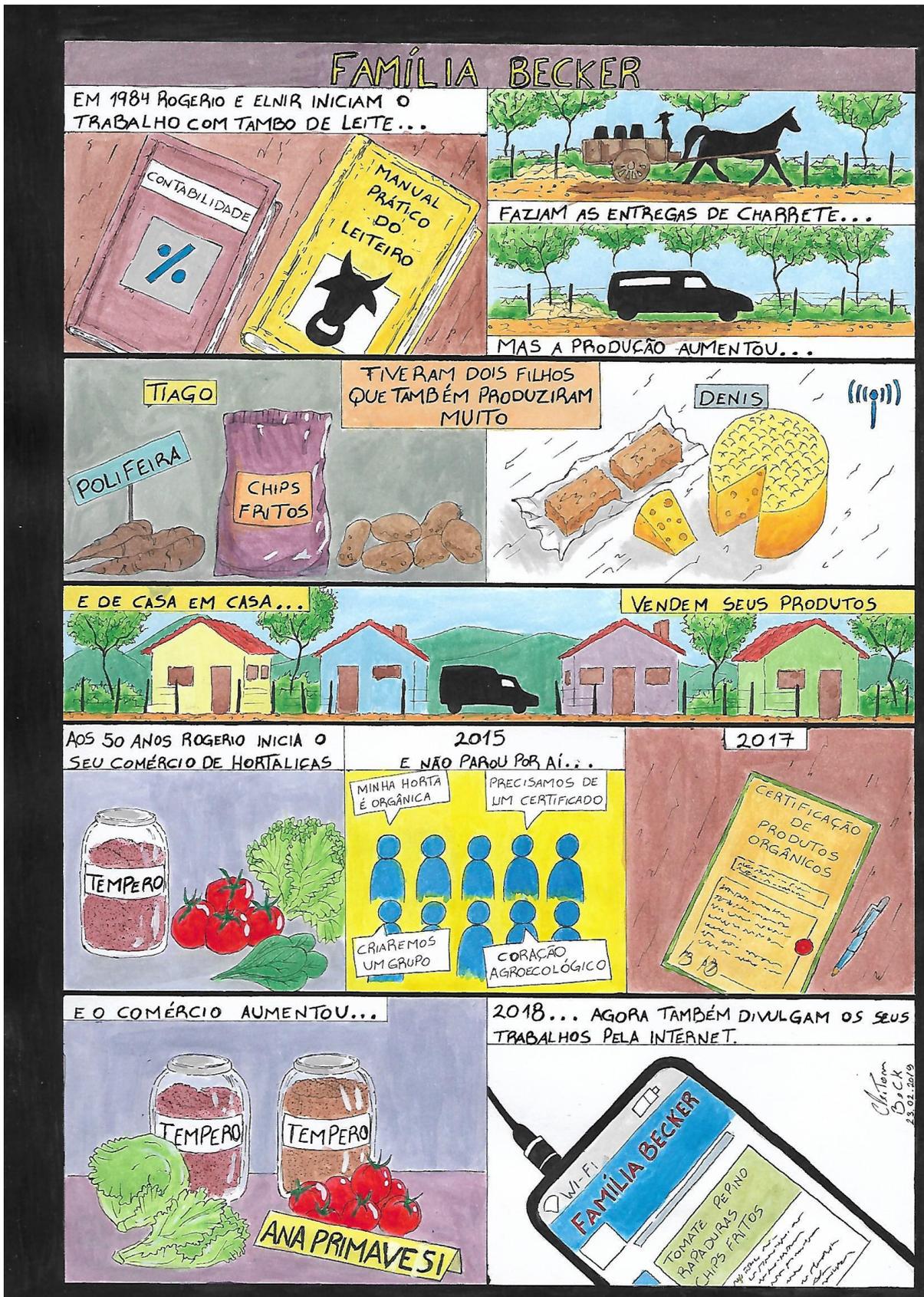
Imagem 37: Esquema de trabalho do dia 27 de novembro de 2018.



Fonte: Cedida pelos agricultores (2018), arquivo pessoal.

A história da Família Becker é apresentada através de uma ilustração, que se encontra a seguir na figura 11. Nesta ilustração, a trajetória de vida da família é expressa através da arte, pois considera-se, aqui, que a vida é uma “arte” e os agricultores/atores dessa pesquisa são os protagonistas da história.

Figura 11: Ilustração da trajetória da Família Becker.



Fonte: Elaborado por Beck (2019) a pedido da autora.

### 5.3.2 Locais de comercialização e tipo de certificação

A Família Becker comercializa grande parte de seus produtos de casa em casa, como eles se referem à entrega a domicílio. Ainda, recentemente passaram a participar de duas feiras que ocorrem no campus da UFSM, a PoliFeira do Agricultor e a Feira Orgânica Ana Primavesi, esta última, é onde os Amigos de Itaara também comercializam seus produtos.

**Tiago** – *Vendemo em feira, mas o principal é venda direta de casa em casa.*

**Sr. Becker** – *De casa em casa. Tenho freguês de mais de 30 anos. Eu paro em condomínios né, e aí nesses condomínios a gente para e faz a entrega, vem todo mundo ali e aí, depois vai pro outro condomínio.*

**Pesquisadora** – *Sim. E qual é a estratégia de comercialização mais significativa para vocês, é a feira ou as entregas?*

**Sr. Becker** – *É as entregas!*

**Tiago** – *Isto.*

**Sr. Becker** – *Começamo agora com as feiras, nós não tinha experiência nenhuma em feira.*

**Pesquisadora** – *E vocês estão gostando da experiência?*

**Sr. Becker** – *Tô, tô gostando, é uma coisa diferente.*

O Tiago, além de fazer entregas à domicílio, comercializa parte de seus produtos na PoliFeira do Agricultor, organizada pelo Colégio Politécnico da UFSM e inaugurada no ano de 2016. Essa feira ocorre todas às terças-feiras, ao lado da Biblioteca Central, das 7:00 horas às 14:00 horas e todas as quintas-feiras, ao lado do Planetário, das 12:00 horas às 18:30 horas. Já o Denis, comercializa seus produtos somente nas entregas à domicílio. Na Feira Orgânica Ana Primavesi, o Sr. Becker comercializa somente os produtos cultivados nas estufas e no pomar, pois somente esses produtos possuem a certificação orgânica via Organização de Controle Social (OCS).

A certificação de orgânico na modalidade de OCS se viabiliza somente com a organização dos agricultores em grupo. Então, a família Becker se vincula a um grupo de agricultores que já estavam se organizando em prol da certificação, com auxílio EMATER/RS-Ascar e da UFSM. Esse grupo passaria a ser a primeira Organização de Controle Social do município de Santa Maria, dando origem a Feira Orgânica Ana Primavesi.

### 5.3.3 Certificação para a Família Becker: percepções, motivações e desafios

O processo de certificação para a Família Becker, teve início após um convite feito pelos técnicos da EMATER municipal de Santa Maria. De acordo com o Tiago, a EMATER estava organizando um grupo de agricultores que produziam alimentos orgânicos sem certificação para, juntos, buscarem a certificação via OCS. Complementando a fala do Tiago, o Sr. Becker conta que no início da formação desse grupo, alguns agricultores do município de Júlio de Castilhos indagaram a EMATER do município para encontrem um local onde eles poderiam vender seus produtos de maneira diferenciada, já que produziam sem o uso de agrotóxicos. A partir de então, esses agricultores juntamente com a EMATER municipal de Júlio de Castilhos procuraram a UFSM e iniciaram com essa ideia de organizar os agricultores em prol da certificação no ano de 2013.

**Tiago** – *Foi a EMATER. Na verdade, o grupo foi montado pela EMATER. A EMATER conhecia alguns produtores que produziam orgânicos, mas sem certificação. E aí o Ricardo e o Guilherme, foram os principais, que foram juntando essas pessoas e ajunto um grupo e aí a UFSM entrou com o processo de certificação, ela que auxiliou né, junto com a EMATER.*

**Sr. Becker** – *Porque a EMATER entrou com esse negócio porque ela começou a ver que certos produtores, uma das demandas era tê um lugar pra vende, entende? Então eles tavão querendo um lugar onde pudessem coloca orgânicos. Então foi daí que surgiu a ideia de fazer o grupo né pela EMATER que começou a juntar o pessoal da faculdade e tudo pra formar o grupo.*

**Pesquisadora** – *Em que ano começou? Foi a EMATER daqui de Santa Maria que iniciou com essa ideia?*

**Sr. Becker** – *Isso foi por 2013 eu acho, porque nós não fazia parte nesta época.*

**Tiago** – *Foi por aí.*

**Sr. Becker** – *Foram os produtor de Júlio que tavão com a demandas de vende orgânico sem certificação, então vieram eles com a EMATER de lá no início. Depois que eles caíram fora e entrou nós com a EMATER daqui.*

Essa demanda pela certificação partiu da UFSM, pois no início os agricultores só queriam um local para vender seus produtos, onde eles fossem mais valorizados. Já que a Universidade estava disposta a sanar essa demanda, surgiu a ideia da formação de uma Feira Orgânica certificada que funcionasse no campus da própria Universidade. Dessa maneira, para comercializar seus produtos na feira, os agricultores deveriam obter a certificação de orgânicos, criando, com isso, a necessidade da certificação por parte dos agricultores.

No decorrer deste processo, os agricultores de Júlio de Castilhos se organizaram em seu próprio município e encontraram mercado para seus produtos, abandonando o grupo em

formação no município vizinho. Assim, com o afastamento desses agricultores, a UFSM e a EMATER municipal de Santa Maria continuaram com esse projeto, visto que já haviam alguns agricultores de Santa Maria vinculados ao grupo. Então, com a intenção de fortalecer o mesmo, a EMATER convidou alguns agricultores de base agroecológica para se juntar ao grupo. Sendo assim, somente no ano de 2015, a família Becker se inseriu a este grupo, conquistando o certificado de orgânico dos seus produtos somente no ano de 2017.

**Tiago** - *Ah nós entramos depois. O grupo começou a se junta, se formado mesmo com nós foi em 2015.*

**Sr. Becker** - *É, porque inclusive o pessoal que tá hoje em dia não é nem o pessoal que começou a demanda de... pra OCS, eles eram os de lá de Júlio. Dali que começou a ideia né, na universidade, e esse pessoal tudo foi caindo fora.*

**Pesquisadora** - *Por que?*

**Sr. Becker** - *É, acho que lá conseguiram feiras e coisa, porque eles queriam vender. Eu até nem conheço esse pessoal, não conheci porque quando eu comecei a participar das reunião já era esse grupo que tá hoje em dia, né.*

O Tiago afirma que a família nunca teve a intenção de certificar seus produtos, pois produziam sem o uso de agrotóxico para o consumo e vendiam os excedentes. Complementando a fala do filho, o Sr. Becker afirma que eles aceitaram participar do grupo para ter um maior número de pessoas, que estariam envolvidas nas discussões acerca da certificação. Desde então, os agricultores envolvidos com o grupo juntamente com a EMATER de Santa Maria e a UFSM formaram a primeira Organização de Controle Social de Santa Maria, a OCS Coração Agroecológico.

**Tiago** - *A EMATER convidou nós, mesmo que a nossa visão nem era de se certificado né, produzia e não usava veneno e produzia muito pro consumo.*

**Sr. Becker** - *Nós entramos pra ser mais um número lá para se envolver nas discussão da certificação.*

**Tiago** - *É bem isso, pra formar um grupo, né.*

**Sr. Becker** - *É, e dali surgiu a OCS Coração Agroecológico.*

Logo que começaram a se envolver nas reuniões do grupo de certificação, a família Becker não tinha a intenção de participar da Feira Orgânica Ana Primavesi, uma vez que já possuíam uma dinâmica de mercado estruturada, através das entregas à domicílio. Com isso, o Sr. Becker afirma que entraram no grupo para adquirirem o certificado de orgânico e ajudarem os outros agricultores a conquistarem o mesmo. Pois, ele ainda afirma que, pela distância até a Universidade, a Feira Ana Primavesi não é rentável para a família.

A família Becker possui mais de 30 anos de experiência e, com isso, o Sr. Becker arranhou uma forma de ter um lucro extra com a ida até a UFSM. Ele formou uma rede de entregas à domicílio no percurso da sua casa até o campus, onde ele vai negociando os produtos via *whatsapp* enquanto está na feira e os entrega na volta para casa.

**Sr. Becker** – *É... porque na verdade, até eu quando entrei no grupo, eu não ia fazer parte da Ana Primavesi, eu entrei só pra pegar o certificado, pra ser mais um né, no grupo, ajudar, pegar o certificado, porque não tinha o que entregar lá na Ana Primavesi. Já entregava tudo nas casas. aí esse ano que eu modifiquei coisas na horta pra te o material pra entrega lá, entende. Então aí... na Ana Primavesi eu tô ainda porque eu formei uma... uma rede de entregas até lá, fui arrumando freguesia até 3km da universidade.*

**Pesquisadora** – *Ah, que interessante.*

**Sr. Becker** – *É, aí quando eu tô lá eu já começo a ver quem é que quer coisas [Demonstra estar digitando no aparelho de celular] que aí na volta eu já vou entregando o que tá sobrando né. Então muitas vez tem umas coisa na mesa lá e eu fecho a minha banca e vou embora porque já tá vendido na volta.*

**Tiago** – *Porque pra ir até lá tem custo né, é longe. Tem que ver o lado financeiro também né.*

**Pesquisadora** – *Com certeza!*

**Tiago** – *Então tem que ser rentável pra poder sair daqui e ir até lá e não sair perdendo, né.*

**Pesquisadora** – *E só a feira seria rentável?*

**Sr. Becker** – *Só a feira não seria.*

Nesta modalidade de certificação a fiscalização é realizada pelos próprios agricultores através das visitas de pares, que devem ser realizadas duas vezes ao ano. Segundo o Sr. Becker, nestas visitas toda a propriedade é avaliada, mas a atenção maior é direcionada às glebas produtivas certificadas, ou seja, as áreas de pomar e as estufas (Imagem 38). As visitas de pares são abertas à comunidade, mas neste caso, geralmente é constituída pelos agricultores partes da OCS, técnicos da EMATER municipal, professores e alunos da UFSM.

**Sr. Becker** – *Sim, são duas visitas anuais, onde tudo é olhado, mas olham mais o pomar e as estufas né.*

**Tiago** – *É visita de pares que chamam.*

**Sr. Becker** – *É, nessa visita vai sempre um representante da EMATER, vai um representante da universidade e... da OCS né, que aí vem sempre da OCS também. Então sempre esses três, representantes nesses três setores dos grupos que vem pra certifica.*

**Pesquisadora** – *Sim, e essa visita é aberta para a comunidade?*

**Sr. Becker** – *Sim, sim.*

Imagem 38: Visita de fiscalização da OCS realizada na propriedade dos Becker.



Fonte: Arquivo de campo (2018).

Nestas visitas de fiscalização, de acordo com o Sr. Becker, os agricultores avaliam os insumos que estão sendo usados na produção, que no caso da família é praticamente todo oriundo da propriedade. Olham o caderno de campo e o manejo que está sendo executado, para confirmarem se estão dentro das normativas da legislação orgânica. Além disso, no momento em que percorrem a propriedade ocorrem diálogos, trocas de conhecimentos e aprendizagem, onde um agricultor ajuda o outro (Imagem 38), muitas vezes com o auxílio dos técnicos da EMATER, sanando dúvidas e procurando resolver problemas em conjunto.

**Sr. Becker** – *Assim, o grupo vem pra fiscaliza a propriedade, eles vem fazer uma visita, veem o que tu tá usando né, os insumo que são tudo daqui mesmo, veem quais são materiais que tu tá usando, olham o caderninho. Aí dão uma olhada na propriedade, se tá sendo, assim, feito organicamente né, se tá seguindo as regras e*

*tal. E uma das coisas assim, é pra passar informação, experiências. É, assim, tu tá com uma pratica, aí não, eu faço assim e assim e aí tu explica como é que tu faz, entende? É uma troca de experiência.*

Além das visitas de pares, o MAPA vem fiscalizar as propriedades anualmente. Essas visitas são totalmente fechadas, somente os agricultores que estão sendo fiscalizados podem estar presentes. Porém, o Sr. Becker conta que algumas pessoas da UFSM acompanharam os fiscais do MAPA até a sua propriedade, mas não ficaram junto no momento da fiscalização.

**Sr. Becker** – *A visita do MAPA é restrita, inclusive não vem o pessoal da EMATER e nem do grupo. Aqui vem o pessoal da universidade junto porque é eles que tão recebendo eles, entendeu, lá. Mas não ficaram junto quando eles olharam a propriedade.*

O Tiago lembra que os fiscais pediram para que eles respondessem um questionário, na intenção de conhecerem melhor o histórico da família. Já que em 2018, conforme o Sr. Becker afirma, era a primeira visita que o MAPA fazia em sua propriedade. Ele ainda salienta que esta fiscalização é voltada somente a parte produtiva e a “rastreadabilidade da verdura”, como ele se refere aos cultivos que precisam constar no plano de manejo, no caderno de campo e também, sendo produzidos nas glebas de produção orgânica. Com essa atitude, o MAPA garante a procedência dos produtos orgânicos produzidos pelos agricultores certificados.

**Tiago** – *Ah, nesse dia foi feito um questionário.*

**Sr. Becker** – *Foi feito um questionário, justamente.*

**Tiago** – *Mas entrou o histórico da família.*

**Sr. Becker** – *É, mais pra conhecer né, porque foi agora em 2018 que eles vieram a primeira vez.*

**Pesquisadora** – *E a fiscalização do MAPA é mais voltada a produção ou eles olham alguma outra coisa?*

**Sr. Becker** – *Só a produção. Eles se preocupam mais assim, além da tua produção, eles se preocupam mais é na **rastreadabilidade da verdura**. De tu dizer, eu produzo alface, eles chegam aqui e querem ver o teu canteiro de alface. Não adianta tu tá entregando lá na feira alface e aqui tu não tem alface pra tu vende, entendeu? Então é isso que eles querem. Então eu faço um canteiro aqui e ponho no canteiro, vamos dizer, eu plante alface crespa variedade tal da empresa tal, entende? Que aí eles têm condição de rastrear inclusive que tipo de semente é, vamos dizer assim, semente sem agrotóxico, semente peletizada, semente extrusada, tudo isso tem que consta no caderno e no plano de manejo que é o que eles querem, pra fazer uma rastreadabilidade do produto. Então aí, foi o que aconteceu aqui, ele chega e aí te diz assim, “essa alface onde tu planta?”, aí eu digo, “eu planto no canteiro tal, assim e assim”, então tem que ser um troço que tu sabe onde ele está, o que tu tá aplicando*

*né, “o que tu bota nisso aí?” “ah, eu boto produto tal tantas vezes por semana ou uma vez por mês”. É essa rastreabilidade é a que mais importa pro MAPA né.*

Posterior a esta explanação do Sr. Becker, onde ele cita o plano de manejo, o Tiago lembra o pai sobre este documento e, o Sr. Becker explica que eles não possuíam o plano de manejo e receberam somente no dia da visita do MAPA. Sendo assim, o documento que foi avaliado pelos fiscais foi o caderno de campo, o qual eles utilizam diariamente para fazer as anotações dos manejos produtivos. O plano de manejo deverá ser preenchido e atualizado somente quando houver uma alteração no planejamento da produção orgânica e das glebas de produtivas.

**Tiago** – *Aí tem o caderno que ganhamo agora, com o plano de manejo.*

**Sr. Becker** – *É, agora o MAPA imprimiu um caderno, porque antes ele usava o caderno que tu tinha em casa que coloca tudo que faz na produção, e eles olhavam esse caderno, entendeu? Agora esse ano que foi impresso um caderno que vai ser usado por eles nas visitas daqui pra frente. Temo que preenche direitinho esse aí e mudar quando tiver que alterar as glebas e a produção.*

Conforme apresentado no início desse subitem, a Família Becker esteve presente desde o início da criação da OCS Coração Agroecológico, visto que conhecem a história de formação do grupo. Sendo assim, o Tiago afirma que o estatuto do grupo foi construído em algumas reuniões que ele estava presente. Estas reuniões eram compostas por um representante de cada família interessada na certificação, alguns técnicos da EMATER municipal, professores e alunos bolsistas da UFSM. No caso, quem redigiu o documento foi uma aluna bolsista da UFSM, mas o Tiago afirma que os agricultores tiveram a liberdade de fazer seus apontamentos e colocar as suas ideias. Inclusive o estatuto foi enviado para o MAPA e voltou para que alguns pontos fossem modificados por eles, com essa questão sanada, o documento foi novamente enviado e recebeu a aprovação da instituição.

**Tiago** – *No caso do estatuto eu que participei né, a gente fazia as reuniões né, inclusive era uma estudante de.....,jornalismo, não sei bem, [fala bem baixo], a que fez, redigiu, escreveu em si, ela era uma estudante, ela era uma bolsista da UFSM né, junto com os professores, parte da EMATER e cada representante de cada família né. E aí, geralmente era lá na Dona Carmem por causa que era mais perto pros outros né, aí a gente fazia lá na casa dela, então era eu, a Dona Carmem, o João, o Seu Eloi... e aí a gente botava os pontos de vista e aí foi feito o estatuto e mandado pra Porto Alegre, Porto Alegre mandou de volta pra refazer alguns pontos, a gente fez, eles aceitaram e aí que se formou a OCS né, digamos assim, foi instituída no papel.*

A partir da aprovação do MAPA, a Organização de Controle Social Coração Agroecológico estava institucionalizada. Então, os questionei sobre como surgiu esse nome da OCS e o Tiago me afirmou que foram eles (agricultores) que escolheram este nome. Com isso explicou que a palavra “Coração” está relacionada com a localização do município de Santa Maria no mapa do RS, pois Santa Maria é conhecida como a cidade coração do Rio Grande do Sul. Já a palavra “Agroecológico” foi escolhida para caracterizar o grupo.

**Tiago** – *Como a nossa OCS precisava ter um nome colocamos o nome de Coração Agroecológico. O coração foi na ideia de Santa Maria né, que é o coração do estado, que tem também aquele produto coração do estado né, que foi lançado essa ideia né porque..., já o agroecológico já era, digamos assim, pra explicar o que era o grupo né, e o coração foi baseado em Santa Maria, então ficou esse nome.*

Como a família Becker participou do processo de construção do estatuto do grupo, os questionei se concordam com as pautas colocadas neste documento. Então, segundo o Tiago, eles concordam com todos os itens do estatuto e possuem o mesmo guardado em uma pasta para futuros questionamentos, se necessário. Além disso, ele complementa dizendo que não mudariam nada neste documento por enquanto, visto que para a admissão de novos integrantes na OCS, é necessário a aprovação de todo o grupo. O que, pode estar sendo evidenciado nesta última afirmação feita pelo Tiago, é que todo o grupo tem o mesmo predomínio de opinião.

**Pesquisadora** – *E vocês concordam com todas as pautas colocadas no estatuto?*

**Tiago** – *Sim, cordamo. Não me lembro o que ta escrito agora, mas nos temo, tá guardadinho ali para eventuais questionamentos [risos].*

**Sr. Becker** – *Sim tá guardado ali, depois te mostro.*

**Tiago** – *Acho que tá tudo de acordo no estatuto por enquanto. As visitas tudo, o negócio até pra... pra admissão de novos né, precisa do aval do grupo inteiro....*

As motivações para se certificar, no caso da Família Becker, foram no sentido de ajudar, agregar no grupo que buscava a certificação. Já que afirmaram nunca ter o objetivo de certificar os seus produtos. Entretanto, o Tiago afirma que sempre trabalharam com a agricultura alternativa, que eles preferem chamar de natural por não usar produtos químicos. Pois a família considera a agricultura convencional como alternativa, já que só se disseminou com as ideologias da revolução verde. Ele ainda salienta que o ambiente precisa estar equilibrado e o uso de químicos faz o efeito inverso, já que quando é usado destrói a vida do agroecossistema desequilibrando-o totalmente.

Ainda, demonstram ter conhecimento sobre controle biológico, quando o Tiago fala que na propriedade precisam existir a presa e o predador. A família coloca em prática esses conhecimentos ao utilizar o trator de galinhas (Imagem 39), antes de fazer os canteiros, para controlar insetos e moluscos nas estufas.

**Tiago** – *Não há motivação para fazer o que fizemos, nossa agricultura é natural. Pra nós o outro que é alternativo com o uso de veneno e adubo químico que foi feito da, da década de 70 pra cá, antes não tinha né. Então na verdade o original mesmo é o orgânico, o agroecológico.*

**Tiago** – *E o uso de químico é mais quando o ambiente tá desequilibrado né, aqui, tu pode ter visto na horta ali, não tem percevejo, não tem essas coisa que na lavoura de soja mina né, porque tá equilibrado. Tem a presa e tem o predador que consome..., se tu passa um inseticida tu mata tudo e depois a praga vem né. Então tá tudo em equilíbrio, pode ver né, não tem caramujo por causa que tem os bichinhos que come o caramujo, as galinha come, o passarinho come, né.*

Imagem 39: “Trator de galinhas” utilizado para o controle biológico nas estufas.



Fonte: Arquivo de campo (2018).

O Sr. Becker deixa claro que a família possui respeito pela natureza, pois entendem que fazem parte dela. A propriedade é cercada por árvores e arbustos, mas nem sempre foi assim, conforme conta o Sr. Becker, quando a adquiriram ela estava muito degradada. A partir de então eles passaram a preservar e restaurar a flora e a fauna do local, na maioria das vezes,

deixando que a natureza se regenerasse naturalmente. Tanto o Sr. Becker como a Sra. Becker lembram das poucas árvores que existiam em sua propriedade quando chegaram ali. Essa família tem uma relação bastante harmoniosa com a natureza, pois entendem que a produção precisa estar em equilíbrio com o ambiente onde está inserida.

**Sr. Becker** – *Sim, no momento que tu vive no meio da natureza tu tem que preservar a natureza, né, porque tu é parte dela. Deixamo as arvores vim por conta mesmo né, porque a natureza, ela vai tomando conta de novo né, é só tu não cortar fora, porque tu chega aqui, por exemplo, tem um monte de arvore aqui que nasceu nativa.*

**Sra. Becker** – *Os cinamomos tavam morrendo aí veio a figueira, a figueira tomou conta dos cinamomos e a gente deixou a figueira aí então né, porque já não tinha mais...as arvores de sombra, daí deixamo lá.*

**Sr. Becker** – *Porque quando compramo aqui era bem degradada.*

**Sra. Becker** – *Só tinha aquela figueira ali.*

**Sr. Becker** – *É. E tinha plantado aqui eucalipto e...*

**Sra. Becker** – *E pinus.*

**Sr. Becker** – *É! Mas não que a gente tenha entrado assim, dizendo que eu vou preservar entendeu? É que a gente entrou pesando assim, “não vou estragar mais do que já tá né”, então tu vai preservando, tu vai cuidando as coisas que ele vai se recuperando sozinho né, mas não se entrou assim, não era a ideia, não eu vou pro orgânico, tanto pela nossa horta... nós nem queria certifica!*

**Sra. Becker** – *Mesmo que nas nossas hortas nunca teve veneno, nunca! Pro nosso consumo e coisa, nunca botemo veneno, nada né!*

Desde que adquiriram a propriedade, a família sempre trabalhou com uma agricultura mais “natural” e hoje estão vinculados a uma OCS, de certificação orgânica, que possui em seu nome a palavra Agroecológico. Logo, foi lhes questionado quanto às suas percepções sobre a Agroecologia e a Agricultura Orgânica. Segundo o Sr. Becker, ambas são a mesma coisa. Com isso, o Tiago complementa que nesta propriedade a natureza está muito ligada com o sistema produtivo, pois esta é a única do grupo da OCS que tem praticamente um sistema de agrofloresta, com as estufas no meio da mata. Ele afirma, ainda, que sempre trabalharam dessa maneira, no caso, com uma agricultura consciente, e que as rotulagens são externas, dos técnicos e estudantes que conheceram a propriedade e a forma como a família trabalhar. Para eles a maneira de trabalharem é comum, como salienta a Sra. Becker, sempre foi assim, é algo que sempre os acompanhou e que não tem um nome específico, ao menos para eles.

**Sr. Becker** – *Eu acho que é a mesma coisa.*

**Tiago** – *Aqui tá tudo ligado né, até a horta [estufas] é dentro do mato, tipo Agrofloresta, acho que é a única propriedade que tem isso [Risos do Tiago].*

**Pesquisadora** – *Sim! Tá mas com vocês se veem hoje em dia?*

**Tiago** – *Olha na verdade é o seguinte, a gente sempre trabalhou assim, os outros que vem e diz “ah isso aqui é orgânico, ah isso aqui é agroecológico...” esses termos surgiu depois porque sempre foi assim. Pra nós não há um nome... é como trabalhamos, só isso.*

**Sra. Becker** – *Pra nós sempre foi assim [Risos]*

**Tiago** – *Então pra nós assim é normal!*

Quanto às dificuldades e desafios encontrados na certificação, a Família Becker concorda que praticamente não tiveram, pois, o processo para eles fluiu naturalmente. Já que, desde quando iniciaram com as estufas, há uns sete anos atrás, receberam assistência técnica da EMATER municipal. Neste ponto, trazem a certificação como algo que agregou conhecimento para o manejo produtivo que já faziam. Pois o Sr. Becker afirma que, com as trocas de experiências e convívio com os agricultores do grupo, adquiriu bastante conhecimento sobre variedades de caldas e produtos que podem ser utilizados nos cultivos orgânicos para combater insetos e fungos. O Tiago também salientou que, após comercializarem na feira orgânica, sentiram a necessidade de diversificarem ainda mais a produção, para não causarem concorrência com os outros feirantes.

**Sr. Becker** – *Não tivemos dificuldades na certificação porque desde que comecei na horta [estufa] aqui já tive assistência técnica com o Ricardo. E olha que já vai pra uns 7 anos. A certificação foi uma coisa assim que... não fez diferença alguma.*

**Tiago** – *Agregou no que já tinha só.*

**Sr. Becker** – *É porque nós não mudamos nada.*

**Tiago** – *No modo da produção não mudou nada, mudou os produtos, antes se produzia mais folha, agora se produz mais caules e flores, brócolis, couves e tomates de montão. Porque na feira tem que cuida pra não leva o mesmo que o colega. [Risos]*

**Sr. Becker** – *É, e o que mudou mesmo foi o conhecimento né, esse que mudou em... em produtos pra ser usado né, esse a agente não tinha muito. Digamos assim, a gente aprendeu mais o que tu vai usar pra combater tal coisa, entendeu, mas foi conhecimento pelo convívio e troca de experiência né. Principalmente produtos para o combate de insetos e fungos e coisa, que quando a gente começou não tinha muito esse conhecimento né. A gente tinha uns 2,3 produto que a gente usava sempre né, e hoje em dia a gente já tem uma variedade maior de conhecimento em cima do que tu vai aplicar em qual coisa, qual é a quantidade. Então foi isso aí, porque no mais não mudou nada.*

A família deixou evidente que a certificação não trouxe mudanças significativas no quesito econômico. Então, os questionei quanto à agregação de valor, e o Sr. Becker afirmou que não agregam um valor sobre os produtos por terem um certificado. Contudo, ele me conta que possui uma cópia do certificado de orgânico colada no carro que usa para comercializar seus produtos (Imagem 40). Dessa maneira, ele expõe que vende os produtos um pouco mais caros, não pelo certificado, mas pelo fato desses cultivos orgânicos demorarem mais tempo para ficarem prontos para comercialização, o que demanda mais tempo de cuidados e conseqüentemente, mais gastos. Portanto, como a família precisa gastar mais com a produção de orgânicos, a certificação não trouxe vantagem econômica para eles e por este motivo o Sr. Becker afirma que não houve uma agregação de valor aos produtos.

**Sr. Becker** – *O agregar valor assim não... eu pelo menos, a gente não agrega o valor. E o valor que eu pego lá na cidade, é um valor assim... não por ser orgânico né, mas sim por se uma verdura que é colhida de manhã cedo pra levar, que diz que é uma verdura bem novinha, é.... nada a vê com certificado.*

**Pesquisadora** – *E quando o senhor chega pra vender nos condomínios, o senhor chega comentar “ Ah eu tenho o certificado de orgânico ” ou nem fala nada?*

**Sr. Becker** – *Eu tenho o certificado posto no carro, mandei ampliar e coleí no vidro da Fiorino. Aí quando eu abro a porta, o pessoal chega lá e vê que tenho o certificado de orgânico.*

**Pesquisadora** – *Mas mesmo assim não agregou mais valor, não pede um valor diferenciado?*

**Sr. Becker** – *Não, eu não tenho posto um valor justamente por causa disso né, ele sai mais caro entendeu, mas é que a minha produção sai mais caro.*

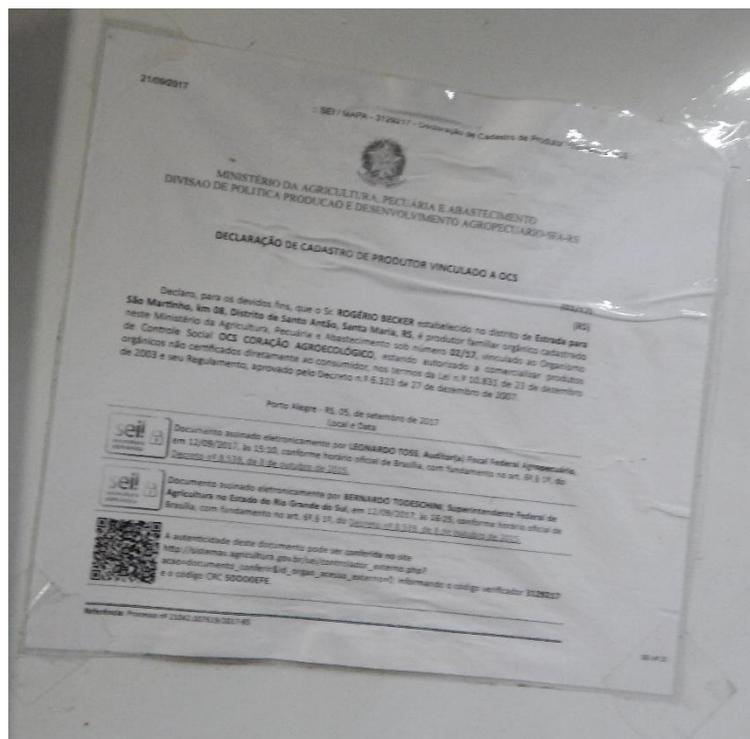
**Pesquisadora** – *Produzir é mais caro?*

**Sr. Becker** – *Justamente né, então no caso, vamos dizer assim, rúcula, rúcula nós chegava, com ureia e coisa chegava a produzi rúcula em 20 dias, num canteiro de rúcula orgânico leva 60, então tu não tem condições de cobrar o valor que tu cobrava pelos 20 dias por uma cultura que te leva 60 dia, então ele te sai mais caro porque vai ficar mais tempo no canteiro e o cuidado maior com ele, então ele agrega o valor por causa disso, entende, pelo tempo de serviço que ele vai te dá.*

**Pesquisadora** – *No caso não dá lucro, agrega um valor a mais que não é lucro, porque no fim o senhor vai ter que cuidar mais tempo, usar mais produtos...*

**Sr. Becker** – *Claro, claro, então esse é o valor que aumento no meu produto. Mas o fato de ser orgânico, o orgânico pra mim é um troço que é normal né. Não é “ Ah bah porque é orgânico vou toca mais tanto em cima ” né.*

Imagem 40: Cópia do certificado de orgânico da Família Becker colado no carro.



Fonte: Arquivo de campo (2018).

Ainda, dentro desta questão, o Tiago relatou que muitas vezes as pessoas não compram orgânico por causa do alto valor. Essa ideia é equivocada, segundo ele, pois na feira o valor é acessível. O Sr. Becker complementa essa fala afirmando que nos supermercados os valores dos produtos orgânicos são bem elevados e que alguns consumidores se espantam com o valor cobrado por eles na feira orgânica. Ele ainda, pontua que os produtos dos feirantes são mais acessíveis porque são produzidos localmente e comercializados diretamente por eles. Uma vez que, os produtos orgânicos comercializados nos mercados convencionais, geralmente, são transportados por longas distâncias, o que acarreta em gastos energéticos para o meio ambiente e aumenta o valor dos produtos.

**Tiago** – *Um dia eu vi um bolsista perguntando “qual o limitante do orgânico?” e todo mundo dizia “o alto preço né”, por causa do que é cobrado no mercado, mas na verdade não é caro.*

**Sr. Becker** – *Sim, daí chegam lá na feira e diz “ah mas tá mais barato que no supermercado”. Sim, os produtos são nosso, nós que produzimo e vem de perto, não precisa andar longas distancias e.... isso agrega valor por causa dos combustível e coisa. Então o nosso é nós que levamos para vende.*

Após todos os esclarecimentos anteriores acerca da certificação, o Sr. Becker afirmou que, para a sua família, a certificação trouxe reconhecimento do trabalho que eles sempre fizeram. O Tiago complementa essa fala dizendo que o certificado trouxe garantia de

autenticidade aos seus produtos, uma vez que, na maioria das vezes, a palavra do vendedor pode estar sendo astuciosa. Além disso, o Sr. Becker lembra que possui relações de confiança estabelecida com seus clientes antigos e, que o certificado não alterou nada nestas relações. Somente possibilitou uma nova estratégia de comercialização, já que hoje, com o certificado, eles podem comercializar seus produtos na Feira Ana Primavesi.

**Sr. Becker** – *A certificação pra mim foi só o seguinte, um reconhecimento do que eu to fazendo. É só uma coisa assim, bom realmente então agora eu sei que eu to certo né, no que eu tava fazendo. Porque no resto não mudou nada, porque não mudou nem o meu jeito de pensar né, não mudou valor, não mudou nada. Mas realmente, vamo dize assim, pro ego... né!* [Risos]

**Tiago** – *Só pra provar que sou isso.*

**Sr. Becker** – *Sim, porque uma coisa é tu chegar pra tua freguesia e dizer pra tua freguesia que era orgânico, né?*

**Tiago** – *Até os do SEASA podem dizer que são orgânico.*

**Sr. Becker** – *Pois é [risos]. Só que agora eu posso dizer, tá aqui ô, tá aqui a certificação né. Claro que aqueles freguês antigos já me conhecem e pra eles tanto faz ser orgânico ou não. O certificado ali foi só, realmente um papel pra comprovar uma coisa que eles já viam.*

**Pesquisadora** – *Só fez diferença por poderem vender na feira orgânica?*

**Sr. Becker** – *Sim, sim, pros outros ponto de venda não mudou nada.*

Com esta nova estratégia de comercialização estabelecida, que até então não era explorada pela família, os questioneei sobre como é vender na feira e, o Sr. Becker explicou que precisaram utilizar algumas estratégias para evitar a concorrência, pois pela primeira vez, estavam comercializando seus produtos em grupo. Sendo assim, necessitaram diversificar a produção, começaram a cultivar outras espécies de legumes, modificando, com isso, as estufas. Entretanto, o Sr. Becker conta que gostou da experiência de ir na feira, pois está construindo bastante amizades e adquirindo conhecimento. Complementando a fala do pai, o Tiago afirma que a UFSM é “um mundinho a parte dentro de Santa Maria”, uma vez que, os consumidores são diversos, pessoas do mundo todo passam pelas feiras e trazem suas experiências de vida. Essa particularidade do ambiente acadêmico tem favorecido o acúmulo de conhecimento na vida desses agricultores.

**Sr. Becker** – *É, e mesmo que lá [na feira] é só hortaliças né, o que me sustenta ainda são as outras coisas [risos].*

**Pesquisadora** – *E fruta o senhor leva né?*

**Sr. Becker** – *Levo, levo, limão, laranja, essas coisa, quando chega na época né, agora eu levo, to levando amora dessa silvestre e jabuticaba quando tem e vai indo, o que tem de fruta vai indo.*

**Pesquisadora** – *E sai bem?*

**Sr. Becker** – *A venda lá é boa, tu só não pode ficar no mesmo dos outros, essa é a única coisa.*

**Denis** – *Tem que se diferenciar.*

**Sr. Becker** – *Na verdade tudo tem que tá se modificando. Pois aí que está a modificação da minha horta né, porque eu produzia só folha, folha todos têm, então aí eu fui pro tomate, fui pro brócolis, que são coisas que os outros não produzem nesta quantidade né, espinafre, então aí eu me diferencio justamente nisso, eu levo o que os outros não têm.*

**Pesquisadora** – *Mas o Senhor gosta de ir à feira?*

**Sr. Becker** – *Ah com certeza! A gente chega ali em um ambiente divertido e tal, um troço diferente. Faz amigos e adquirei conhecimentos.*

**Tiago** – *E eu acho assim, [a UFSM] é um mundinho a parte dentro de Santa Maria.*

**Sr. Becker** – *Ah com certeza!*

**Tiago** – *Tu tem gente do Nordeste, tem gente da Espanha, e as vez tem gente da Argentina.... Tudo! O conhecimento lá é muito grande, se tu vender na praça de Santa Maria e na UFSM, são dois mundos.*

**Sr. Becker** – *São dois mundos diferentes.*

**Tiago** – *É totalmente diferente o consumidor, tanto numa feira como na outra [PoliFeira do Agricultor e Feira Ana Primavesi].*

A Família Becker parece atribuir bastante importância à qualidade de vida, pois uma das residências é espaçosa, acolhedora e aconchegante com vários ambientes destinados somente para os momentos de descanso. Possuem área com churrasqueira, lareira e uma grande sacada decorada com flores (Imagem 41). Além disso, o pátio é grande e arborizado, com um lindo jardim (Imagem 42) e uma piscina (Imagem 43). O casal sempre investiu nesta questão para incentivar seus filhos a permanecerem no rural, já que os jovens precisam de estímulos para continuar trabalhando com a agricultura. Outra característica que fortalece essa afirmação é o acesso à internet, inclusive a família possui uma página da “Granja Becker” no Facebook<sup>36</sup>, administrada pelos filhos do casal, utilizada para divulgar o trabalho que desenvolvem na propriedade.

---

<sup>36</sup> Link da Página da Granja Becker no facebook. Disponível em: <<https://www.facebook.com/granja.becker.5>>.

Imagem 41: Flores na sacada da residência.



Fonte: Arquivo de campo (2018).

Imagem 42: Pátio arborizado com um lindo jardim.



Fonte: Arquivo de campo (2018).

Imagem 43: Piscina ao lado da residência.



Fonte: Arquivo de campo (2018).

A propriedade possui grandes áreas de mata que abrigam uma diversidade de flora e fauna nativas, além de proteger as fontes naturais de água. Mesmo assim, o Sr. Becker afirma que a água usada nas estufas e para o consumo da família é proveniente de um poço artesiano comunitário. As áreas de mata se estendem formando pequenos corredores ecológicos dando acesso ao bosque ao redor das residências.

**Sr. Becker** – *As água são de qualidade aqui, vem dos riacho lá do cerro no meio do mato, mas aqui pras estufa e consumo vem do artesiano comunitário.*

Na pesquisa de campo realizada nesta propriedade foi observado uma variedade grande de avifauna silvestre, como o bem-te-vi (*Pitangus sulphuratus*), o pombão (*Patagioenas picazuro*), a andorinha-doméstica-grande (*Progne chalybea*) e o sovi (*Ictinia plúmbea*), todos vocalizando e forrageando em volta das residências (Imagem 44). Alguns relatos da família demonstram que vivem em harmonia com a natureza, respeito a vida de todos os seres que habitam aquele agorecosystema.

**Sra. Becker** – *As preazinha [preá] vinham na..., ali na divisa do barranco aqui, uma parte não precisa corta grama porque elas podam [risos discretos].*

**Tiago** – *Ela tá ali deixa ali, não tem nada de ruim. Tem um casal de seriema que mora aqui nas ovelhas aqui, tão sempre ali, mas elas tão caminhando tu não assusta nem nada, elas continuam ali, elas não mudam de lugar né. Tem os jacu também, que vão ali nos caqui de casa ali come. Tu não ameaça e eles não vão embora.*

**Sr. Becker** – *Sim, sim, tem o gavião também que faz o controle das caturra.*

**Sra. Becker** – *O Tiago trata ele. Assobia e eles vem.*

**Tiago** – *É, eu dou resto de carne crua, coisas pequenas que eles podem levar né, traqueia e tudo. Agora já são meus amigo e tão sempre aí [risos].*

**Pesquisadora** – *Sim! Por sorte consegui fotografar ele [Gavião sovi], mesmo com essa ventania.*

**Sr. Becker** – *Claro, mas é que nem cobra a gente não mata, as vez tu encontra ali uma quatiara [cobra cotiara] deixa ela ir embora, até a coral a gente evita de mata.*

**Tiago** – *É, não tá aqui as... [procura no aparelho de celular], acho que não tá as fotos... é que esses tempos botei uma coral numa pet [garrafa pet] e larguei lá na sanga, acho que não tá as fotos aqui.*

**Pesquisadora** – *Ah isso é interessante, tu acho aqui, capturou e largo longe...*

**Tiago** – *É foi no canteiro ali, eu tava capinando e aí... botei dentro de numa garrafa pet e levei lá pra baixo, mas acho qu e não tem mais as fotos [falou desapontado por não ter as fotos para me mostrar].*

Imagem 44: Avifauna silvestre forrageando e vocalizando junto à propriedade.



Fonte: Arquivo de campo (2018).

O acesso à propriedade da Família Becker se dá pela estrada intermunicipal ERS 516, que liga o município de Santa Maria ao município de São Martinho da Serra. Esta estrada nem

sempre se encontra em boas condições de circulação, já que não possui asfalto e nenhum tipo de calçamento (Imagem 45). Este fato, prejudica a família no deslocamento até os locais de comercialização de seus produtos e, até mesmo, causar prejuízos com o desgaste do veículo.

Imagem 45: ERS 516 em frente a propriedade da Família Becker.



Fonte: Arquivo de campo (2018).

Quanto à soberania alimentar, há uma diversidade grande de alimentos saudáveis disponíveis para o consumo da família. Em virtude de que eles produzem a maior parte dos alimentos que consomem. No dia da pesquisa de campo, no almoço foi servido feijão preto cozido em panela de ferro, salada de brócolis, folhas de couve-flor fritas, arroz, linguiça assada, chips de mandioca e suco verde de couve e limão (Imagem 46). A família tem orgulho em dizer que tudo que consomem é produzido por eles.

Imagem 46: Almoçando com a Família Becker.



Fonte: Arquivo de campo (2018).

Em relação à oportunidade de fala entre os membros da família, neste caso, haviam três homens e uma mulher no momento da entrevista (Imagem 47), os mesmos que se envolvem com as atividades da propriedade. Com isso, o Sr. Becker e seu filho mais velho, Tiago, foram os que mais falaram, desde o início da entrevista ambos dominaram a narrativa. O filho mais jovem do casal, o Denis, é um pouco tímido e por esse motivo, fala bem pouco. Porém, a Sra. Becker tem a característica de ser bem reservada e, quando se manifestava, era para fazer colocações pontuais e importantes. Essa mulher é considerada a guardiã da família, muito tranquila e amável, ela cuida de todos e sabe de tudo o que acontece na propriedade.

Imagem 47: Família Becker no momento da entrevista.



Fonte: Arquivo de campo (2018).

## 6 OS AGRICULTORES DE BASE AGROECOLÓGICA: MOTIVAÇÕES E DESAFIOS PARA A CERTIFICAÇÃO DOS PRODUTOS

Nesse capítulo analisam-se os três casos que foram apresentados no capítulo anterior. A partir de semelhanças entre estes e, através do uso da literatura, apontam-se algumas generalizações sobre a temática. Para isso, os dados foram organizados em tópicos, de acordo com as dimensões de análises, e seus respectivos indicadores observados. Conforme o quadro 1 a seguir:

Quadro 1: Dimensões de análise e seus respectivos indicadores observados.

Dimensões de Análise	Indicadores para Análise
<b>Família</b>	Composição Familiar
	Divisão do trabalho: mulheres, homens e jovens
	Mão-de-obra
	Oportunidade de fala
	Qualidade de vida
	Soberania alimentar/Diversidade de alimentos
<b>Propriedade</b>	Glebas produtivas certificadas
	Relação ser humano/natureza
	Corredores ecológicos
	Fontes de água
	Condições de infraestrutura/Deslocamento
<b>Certificação</b>	Tipo de certificação
	Destinos de comercialização
	Assistência técnica
	Benefícios

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

No que se refere à Dimensão Família, os casos pesquisados buscam por uma boa **qualidade de vida** e, neste quesito, as três procuram na natureza artifícios que exprimem essa característica, pois dispõem de pátios arborizados, com grandes e bonitos jardins, as residências são aconchegantes e possuem ambientes destinados aos momentos de lazer e descanso da família, sempre procurando manter um certo contato com a natureza que os cerca. Visto que, na pesquisa de Santos et al. (2014) os agricultores afirmam que a Agroecologia tem proporcionado qualidade de vida a eles.

Contribuindo com essa afirmação, Carneiro (2007) salienta que o rural se tornou sinônimo de tranquilidade, segurança e qualidade de vida, associada ao convívio com a natureza. Além disso, essas famílias mantêm uma **relação** de respeito **com a natureza** e todos

os seres que habitam o agroecossistema, uma vez que, entendem-se como seres integrados a natureza e não dominantes.

Leff (2010) aponta que a crise ambiental, também está relacionada à ideia de domínio do homem sobre a natureza, o que parece ter sido superado nestas três famílias pesquisadas. A biodiversidade é abundante nestas propriedades, principalmente a presença de avifauna, observada vocalizando e forrageando aos arredores das residências. Essa característica reforça que, em ambientes manejados com base na Agroecologia, a presença de animais silvestres é favorecida.

A Família Becker é composta por cinco pessoas, sendo que quatro delas se ocupam com as atividades desenvolvidas na propriedade. Já nos Amigos de Itaara, a família é constituída por quatro pessoas, mas são apenas os dois amigos que se envolvem com as tarefas da propriedade. A Família Streck é composta pelo casal e ambos são ativos nas atividades produtivas. Contudo, as três famílias afirmaram não necessitarem de mão-de-obra externa.

Os Amigos enfatizaram ainda que, caso for necessário contratar mão-de-obra, acreditam que a propriedade se encontra em desequilíbrio. Contratar mão de obra externa, além de implicar em custos extras, também pode desestruturar o organismo agrícola, que é fechado a partir das relações das pessoas que vivem lá em interação com a natureza (Relação ser humano/natureza). De acordo com Caporal e Costabeber (2002), para alcançar a sustentabilidade econômica não se pode considerar somente o aumento da produção a qualquer custo, pois essa atitude pode ocasionar redução de renda e aumentar as dependências em relação a fatores externos, o que causará um desequilíbrio na propriedade em questão.

Nas três famílias ocorre **divisão de trabalho**, sendo que os homens são responsáveis pelo cultivo e comercialização dos vegetais. Já as mulheres, na propriedade dos Amigos de Itaara não se envolvem com a produção, dessa maneira, todo o trabalho é realizado pelos dois, desde o cultivo dos vegetais, a agroindústria e a comercialização. Na Família Streck, a mulher se envolve com a comercialização e manejo dos animais juntamente com o esposo, além de ser responsável pela agroindústria. Na família Becker, há duas mulheres, porém somente uma delas se envolve com a produção. A Sra. Becker desenvolve diversas funções em sua propriedade, mas a comercialização e cultivo dos vegetais são atividades realizadas pelos homens, no caso o Sr. Becker e seus dois filhos jovens.

Atenta-se para o fato de que, nesta família a mulher, mesmo estando vinculada às atividades, não apresenta protagonismo nas tomadas de decisão da propriedade, nem participa dos momentos de comercialização. Segundo Giddens (2005), em suas reflexões sobre a

sociedade moderna, essa divisão do trabalho que acontece na Família Becker não é incomum, pois as mulheres fazem todo o trabalho doméstico e os homens “sustentam” a família recebendo o salário ou os lucros dos produtos comercializados.

Na propriedade dos Becker há uma particularidade com relação à divisão do trabalho, pois esta é bem estabelecida entre os três homens, uma vez que, as atividades são independentes, o que inclui os custos e lucros, que são responsabilidade daquele que está à frente da tarefa em questão. Essa característica pode acenar para um elemento positivo nas perspectivas de sucessão familiar a partir da autonomia que é concedida aos jovens. Troian et al. (2009) em uma pesquisa sobre as motivações que levam os jovens a migrarem do rural, aponta o excesso de poder dos pais e a falta de independência financeira como motivos para estes deixarem o rural e partirem para os centros urbanos em busca de emprego. No caso da família Becker, essa autonomia parece estar sendo construída entre o Sr. Becker e seus filhos e essa característica pode estar contribuindo para que eles continuem desenvolvendo as atividades na propriedade.

Também, de acordo com as autoras supracitadas, outros fatores que contribuem para a saída dos jovens do rural são as dificuldades no deslocamento e escoamento da produção agropecuária. Entre as famílias pesquisadas, a Família Becker é a única que possui maiores dificuldades com o **deslocamento**, uma vez que a estrada nem sempre se encontra em boas condições de circulação, pois, diferente do acesso as outras duas propriedades, não possui asfalto e nenhum tipo de calçamento. Este fato, pode vir a se tornar um empecilho para que os filhos do casal Becker se mantenham no rural, porém, até então, esse problema não tem se mostrado tão relevante para os jovens. Essa atitude pode estar relacionada com a pouca distância que a propriedade está do centro urbano.

Conforme já exposto, somente duas mulheres foram entrevistadas nestas três famílias agricultoras, dessa forma, pode-se observar a **oportunidade de fala** que ambas obtiveram no momento das entrevistas e, não só as mulheres, como também toda a família entrevistada. Sendo assim, a Sra. Streck, por ser bastante comunicativa, demonstrou protagonismo ao responder as perguntas relativas a produção em sua propriedade. As práticas agroecológicas têm encorajado esse protagonismo por meio da autonomia, que diz respeito, também, à possibilidade de as mulheres participarem ativamente de grupos de discussões, de falarem e serem ouvidas nesses espaços (JANCZ et al., 2018). Além disso, o Sr. Streck mantinha um grande respeito pela esposa, nunca a interrompendo no momento em que ela estava falando.

Já a Sra. Becker, por ser reservada e observadora, permaneceu um pouco mais calada durante o início da entrevista, porém suas colocações pontuais eram de extrema importância,

lembrando os homens de fatos que estavam sendo esquecidos por eles. No decorrer da pesquisa, esta mulher se mostrou a “guardiã” da família, pois cuida de todos e sabe exatamente tudo o que acontece na sua propriedade. Essa característica também foi observada na pesquisa de Kloster (2003), onde a mulher rural é tida como “guardiã” por cuidar do seu patrimônio e ser o apoio da família.

Além de observar a oportunidade de fala das mulheres, os jovens também foram observados. Os dois filhos da família Becker demonstraram diferenças marcantes, pois o mais velho juntamente com seu pai, Sr. Becker, dominaram a narrativa desde o início da entrevista. Já o filho mais jovem do casal, por ser tímido, permaneceu mais calado e manifestou-se somente quando tratados assuntos sobre as atividades de sua responsabilidade.

Quanto aos Amigos de Itaara, a oportunidade de fala foi mais destacada no Rodrigo, pois o Rafael recém chegou nesta propriedade e ainda está aprendendo com o amigo como trabalhar com a Agricultura Biodinâmica e se relacionar com os múltiplos elementos que integram aquele organismo agrícola. Porém, havia um grande respeito entre eles e o ar de cumplicidade demonstrou que os laços de amizade são antigos e duradouros.

A **soberania alimentar** está presente nas três famílias pesquisadas, já que são os agricultores que produzem a maior parte dos seus alimentos baseados na Agroecologia. Em virtude disso, possuem uma diversidade grande de alimentos saudáveis disponíveis para o consumo. Essa característica vem de encontro com a pesquisa de Meirelles (2004), onde, em sistemas de produção agroecológicos, a soberania alimentar tem sido favorecida, pois há uma diversidade de alimentos saudáveis sendo produzidos e consumidos pelas famílias agricultoras.

No que se refere à Dimensão Propriedade, os Amigos de Itaara e a Família Becker, possuem uma grande área de mata onde as **fontes naturais de água** são preservadas. De acordo com os dados empíricos de uma pesquisa de Lovatto (2008), a floresta foi considerada pelos agricultores familiares como importante para regular o clima, abrigar a fauna silvestre e preservar as fontes de água naturais (nascentes). No caso da propriedade da Família Streck, não há fontes naturais de água. Para o consumo dos animais são utilizados dois reservatórios artificiais (açudes) e para o consumo do casal utiliza-se água subterrânea, de um poço artesiano, assim como nas outras duas propriedades.

As três famílias entrevistadas certificaram somente a produção vegetal em suas propriedades, as **glebas produtivas** de hortas, estufas, pomar e sistema de agrofloresta. Na propriedade do casal Streck somente a horta era certificada, provavelmente, por sua localização, na área “da frente” da propriedade, onde os vizinhos não possuíam nenhum tipo

de produção (casas de moradia). Porém, o restante da área, onde se encontra a propriedade, está totalmente cercada por lavouras de monocultivos convencionais, o que, também, acabou sendo um empecilho para essa família seguir com a certificação. Essa característica, não ocorre nas outras propriedades, uma vez que, são áreas maiores e com a predominância de matas.

Na propriedade dos Becker, também, há a formação de pequenos **corredores ecológicos** que ligam a área de mata ao bosque que cerca as residências, fato que não foi observado nas outras duas propriedades. Os Amigos de Itaara têm suas residências praticamente cercadas por mata e por essa razão não há formação destes corredores. Já o casal Streck tem uma área menor que 3 hectares e por esse motivo necessitam utilizar toda a área com a produção, não possuindo, dessa forma, áreas de mata. O fato da propriedade ser pequena, também dificultou a Família Streck para obter e manter a certificação de orgânicos. Porém o casal cultiva árvores nativas próximas aos piquetes de PRV, principalmente para oferecer sombra aos animais e atrair as aves silvestres.

Após fazer a análise da Dimensão Família e da Dimensão Propriedade, será realizada a análise sobre a Dimensão Certificação, e a partir desta já serão analisadas as motivações e desafios dos entrevistados acerca da certificação. Para esta, será aberto um novo item, dado a complexidade das observações a serem tecidas sobre os indicadores observados.

## 6.1 CERTIFICAÇÃO: MOTIVAÇÕES E DESAFIOS

O processo de certificação não foi percebido da mesma maneira pelas três famílias entrevistadas, pois aqueles que passaram pelo processo recentemente não tiveram tantas **dificuldades** para certificarem. Já a Família Streck, primeira família a buscar a certificação dentre os entrevistados, relatou ter sido um processo custoso, exigindo deles persistência e proatividade. Entre as famílias entrevistadas, essa é a única que não possui mais a certificação orgânica de seus produtos.

A família enfrentou resistência para se diferenciar no local de comercialização e ainda encontrou dificuldades para se adequar às normativas da legislação de orgânicos, por sua propriedade ter área muito reduzida e estar localizada em uma região onde há uma grande predominância de agricultura convencional. A contaminação por deriva em áreas cercadas por produções convencionais, também, tem se mostrado um empecilho para produzir orgânicos (MICHELLON et al., 2011). Mesmo o casal tendo optado por certificar somente a área de

horta, sentiam-se prejudicados pelas infestações de insetos que atacavam seus cultivos quando era usado inseticida nas lavouras vizinhas.

Os Amigos de Itaara relatam que praticamente não encontram dificuldades no processo de certificação, pois ao trabalharem com Agricultura Biodinâmica englobam os princípios da Agricultura Orgânica e mesmo os da Agroecologia. Damo (2012), afirma que o modelo biodinâmico de agricultura partilha alguns princípios essenciais da Agroecologia com Agricultura Orgânica. Esta informação, dada pelos Amigos, foi bastante parecida com a relatada pela Família Becker, pois afirmaram que o processo de certificação para eles fluiu naturalmente.

Sendo uma das primeiras famílias da região a participarem das discussões sobre Agroecologia e certificação de orgânicos, a Família Streck demonstra um certo protagonismo já desde 2003, quando, junto com um grupo maior de agricultores e agentes de desenvolvimento rural da Região Central do Estado buscavam a certificação participativa via Rede Ecovida de Agroecologia. Conforme já apresentado no capítulo anterior, esse grupo não teve condições de prosseguir por mais de um ano, porém, mesmo neste pouco tempo alguns agricultores conseguiram a certificação.

Na época a certificação era baseada na Normativa nº 007/1999, já que a Lei 10.831/2003 recém estava sendo aprovada. Alguns agricultores chegaram a comercializar seus produtos na Feira Agroecológica da Praça Saturnino de Brito. Então, dez anos depois, a Família Streck, juntamente com outros agricultores ecologistas, organizou o grupo AFAS e conquistaram a certificação de seus produtos, que se manteve por dois anos. O fato de já ter se organizado uma Feira Agroecológica no município de Santa Maria a mais de vinte anos, demonstra que outras ações que vem ocorrendo recentemente em prol desta temática, não são novas. Pois a Agroecologia vem sendo discutida na Região Central do Estado, a partir de várias instituições como prefeituras, universidades e ONGs desde do final dos anos 90.

Os Amigos de Itaara se vincularam ao grupo AFAS, um ano após a saída da Família Streck, em 2016, e a partir de então obtiveram a certificação de seus produtos, também, via Rede Ecovida de Agroecologia. Já a Família Becker obteve a certificação de seus produtos, em 2017, através da Organização de Controle Social Coração Agroecológico. Os agricultores que fazem parte dessa OCS comercializam seus produtos na Feira Orgânica Ana Primavesi, inaugurada, também no ano de 2017. A criação dessa feira por iniciativa da UFSM e também da EMATER/RS-ASCAR constituiu uma demanda dos agricultores ou das instituições? Para essa questão ser respondida, é necessário que se analise o processo de formação desta OCS

onde todos os agentes envolvidos deveriam ser ouvidos. O que deixa em aberto a proposta para pesquisas no campo da Extensão Rural.

Cada família com suas trajetórias, trilharam caminhos diferentes até se encontrarem trabalhando em uma agricultura de base agroecológica. As **motivações** para que a Família Streck desenvolvesse estes conhecimentos estavam relacionados com a amizade que desenvolveram com uma figura religiosa do Município de Agudo, onde moravam antes de adquirirem a propriedade em Santa Maria. Esse amigo ensinou e ajudou os Streck na busca de conhecimentos técnicos para a produção de alimentos saudáveis. Dessa maneira, o casal conta que, mesmo sendo um processo complicado, buscaram a certificação por “teimosia”, pois almejavam reconhecimento e valorização de seus produtos.

O casal Streck, ainda, afirma que sempre foram incentivados a buscar a certificação pelos técnicos que passaram pela propriedade e observaram a forma que eles trabalhavam. Segundo Vriesman et al. (2012), a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural tem como princípio estimular iniciativas de desenvolvimento rural sustentável, como o propósito de fortalecer a agricultura familiar, visando à qualidade de vida através da adoção de uma agricultura baseada na Agroecologia e, essa é uma das razões pela qual a EMATER/RS-ASCAR vem incentivando a certificação de alimentos orgânicos na agricultura familiar.

A Família Becker não demonstrou motivações específicas para trabalharem com a agricultura de base agroecológica. O casal afirma que, desde que adquiriram a propriedade, manejam a produção da maneira mais natural possível. Porém, eles não consideram que praticam algum tipo de agricultura alternativa, pois caracterizam a agricultura convencional como alternativa. Uma vez que, para essa família, a agricultura denominada como “alternativa” é a verdadeira, que carrega os conhecimentos ancestrais. Já a agricultura denominada com “convencional” tomou grandes proporções somente após a Segunda Guerra Mundial embasada nos ideários da revolução verde. Dessa forma, os Becker se identificam como agricultores que sempre produziram de maneira “natural”, sem o uso de químicos, por entenderem que isso prejudica a vida, não só a deles, mas de todos os seres vivos que habitam o agroecossistema.

Essa família, ainda, demonstra ser bastante preocupada com a preservação ambiental, pois assim como os Amigos de Itaara, possuem uma ligação forte com a natureza. De acordo com Lovatto et al. (2008), os agricultores que trabalham, baseados na Agroecologia, têm uma maior predisposição à preservação ambiental. No caso da Família Becker, seus relatos deixam claro que estes nunca tiveram a intenção de certificarem seus produtos como orgânicos,

porém foram incentivados pela EMATER local a agregar em um grupo de agricultores que já buscavam a certificação e assim o fizeram para obter o certificado de orgânicos.

As motivações para que os Amigos de Itaara desenvolvessem os conhecimentos da Agricultura Biodinâmica foram despertados em um primeiro momento na vida do Rodrigo. Esse agricultor, que possui formação em Medicina Veterinária, se atentava com a alimentação, pois ao trabalhar em um sistema convencional de melhoramento genético e criação de aves passou a questionar as atitudes que precisava tomar estando envolvido naquele ambiente. A partir de seu descontentamento e conflitos internos, o Rodrigo buscou conhecimentos em temáticas alternativas, onde encontrou a Agricultura Biodinâmica, que desenvolve em sua propriedade até hoje.

O amigo Rafael, com formação em Agronomia, também inserido no sistema convencional de produção de alimentos, passou a questionar esse modelo produtivo. Assim, após reencontrar o Rodrigo vislumbrou o manejo alternativo que ele fazia na agricultura e passou a aprender essa forma de produzir, que faz mais sentido para o modo de vida que pretendem seguir. Esse modo de vida está fundamentado em uma cosmovisão, onde todos os seres vivos têm seu valor intrínseco reconhecido e os seres humanos apenas são “um fio particular na teia da vida” (CAPRA, 1996, p. 26). Já, no que tange a certificação, os Amigos foram motivados pela relação de amizade que possuem com os companheiros do grupo AFAS, visto que, assim como a Família Becker, nunca tiveram a intenção de certificar seus produtos.

As famílias Becker e Streck recebem **assistência técnica** da EMATER municipal de Santa Maria. Porém, a Família Streck, enquanto mantinha a certificação de seus produtos recebiam assistência do CAPA e de alguns discentes da UFSM, através do grupo GATS, ambos já apresentados anteriormente. Já, os Amigos de Itaara, mesmo obtendo a certificação via Rede Ecovida por intermédio do CAPA, optaram por não receber assistência, pois como apresentado anteriormente, preferem aprender com as trocas de conhecimento de agricultor para agricultor.

Os amigos entendem sua propriedade como um organismo vivo e fechado, portanto, só quem pode trabalhar com os múltiplos elementos que a integram é aquele que faz parte do organismo e, neste caso, a assistência técnica vinda de fora pode não dialogar com as demandas vivenciadas apenas por aqueles que fazem parte deste organismo. Essa visão é proveniente da filosofia de Rudolf Steiner, pois de acordo com Ehlers (1994), Steiner descreve a propriedade agrícola como um organismo, do qual os órgãos são a terra, a planta, o animal e o ser humano, tido como uma parte de todo o cosmo e, que precisam trabalhar em

constante equilíbrio. Nesta concepção a propriedade só alcançará a sua melhor essência quando for compreendida como uma espécie de individualidade por si e, portanto, cada organismo agrícola deve aproximar-se desta condição (KOEPPF et al., 1983, apud EHLERS, 1994).

As três famílias afirmaram que o fato de fazerem parte de um grupo de certificação trouxe bastante **conhecimento** para eles. Uma vez que, principalmente aqueles certificados em rede, que neste caso é a Rede Ecovida de Agroecologia, sempre estão envolvidos em reuniões, cursos, visitas de pares em outros municípios e eventos promovidos pela própria rede. Portanto a organização em rede parece facilitar a formação política e social dos agricultores, principalmente devido às trocas de experiências e conhecimento das múltiplas realidades que eles acabam vivenciando nestes inúmeros eventos. Esse tipo de experiências tem favorecido o engajamento dos agricultores com as diversas temáticas propostas na Agroecologia, pois nestes espaços eles acabam entendendo-se como agricultores agroecológicos, que trabalham em prol de uma outra forma de fazer agricultura e de um outro modo de vida (RADOMSKY, 2015).

Uma particularidade percebida nas narrativas da Família Becker foi a troca de conhecimento que o ambiente da universidade os proporciona, visto que, as duas feiras em que a família participa, funcionam no campus da UFSM. Com isso, entende-se que parte do conhecimento que essa família vem adquirindo não está relacionado somente à certificação de orgânicos, pois em uma dessas feiras a mesma não é obrigatória. Neste caso, a certificação via OCS, mesmo favorecendo as trocas de experiências dentro do grupo, pode não ter suas discussões ampliadas por não estar organizada em rede. Contudo, na OCS Coração Agroecológico a particularidade de comercializarem seus produtos em um espaço acadêmico pode estar expandindo as discussões geradas no grupo.

Ainda no âmbito dos **benefícios** trazidos junto com a certificação, a Família Becker salienta que sentiram-se reconhecidos pelo trabalho, que já faziam mesmo antes, de certificarem seus produtos. Essa afirmação vem ao encontro do estudo de Sena (2018), o qual considera que os agricultores que se encontram em processo de transição agroecológica demonstram, por meio da Agroecologia, a luta por reconhecimento, emancipação e autonomia.

As três famílias apontam que a certificação não promoveu mudanças significativas no momento da comercialização, pois as relações de confiança com os clientes já foram estabelecidas. Segundo Campanhola e Valarini (2001), em venda direta os consumidores valorizam a amizade e a confiança que têm pelos agricultores, sendo o selo e/ou o certificado

de orgânicos algo irrelevante na hora da compra. A Família Streck, logo após conquistarem a certificação, perceberam que ela era desnecessária no ambiente onde comercializavam seus produtos e optaram por não renovarem mais o certificado. O casal afirma que possui **relações de confiança** consolidadas com os consumidores do Feirão Colonial e o uso de um selo orgânico é considerado irrelevante para seus clientes. Além disso, deixam sua propriedade aberta para visitas, garantindo a “certificação informal”.

Neste mesmo quesito, os Amigos de Itaara, também, afirmam que preferem trabalhar embasados nas relações de confiança e amizade construídas com seus clientes, tanto que eles nem usam o selo de produtos orgânicos em seus produtos, permitidos através da certificação participativa em rede (OPAC). Para eles, as relações de confiança são mais importantes que a certificação, já que sugerem, como melhor forma de comercialização o sistema de CSA. Este sistema está embasado no princípio da economia associativa de Rudolf Steiner que, de acordo com o Ferreira Neto et al. (2015), entende que a terra é um bem comum, onde as responsabilidades, riscos e benefícios da produção são divididos entre os agricultores e a comunidade local, por entender que todo o ser humano tem direito a terra e ao que nela é produzido.

Nesta concepção, um dos Amigos de Itaara reconhece essa sua visão de mundo como uma utopia, onde tudo seria melhor. Já que as pessoas não iriam mais se alimentar de produtos industrializados, pois tudo que elas precisariam os agricultores iriam produzir, de maneira tradicional e saudável. Dessa maneira, haveria uma grande alteração no sistema alimentício vigente, onde a certificação perderia o valor, as relações de confiança seriam fortalecidas e a distância do rural com o urbano seria rompida. Conforme destacam Ferreira Neto et al. (2015), o modelo de CSA aproxima agricultores e consumidores, criando entre eles laços de amizade e solidariedade, valores tidos como subversivos para uma sociedade capitalista, baseada na individualidade e competição.

A Família Becker, assim como as outras duas famílias, também possui relações de confiança estabelecida com seus clientes, que compram produtos da família a mais de 30 anos. Sendo assim, os Becker apontam que a certificação apenas possibilitou mais uma estratégia de comercialização, já que, em posse do certificado de orgânicos, podem comercializar seus produtos na feira do município. Embora comercializando nesta feira, afirmam que a certificação não agregou valor aos seus produtos, pois precisam comercializá-los um pouco mais caro, em função do tempo que demandam até ficarem prontos para a venda. Corroborando com essa afirmação Tivelli (2012), salienta que o ciclo de produção de vegetais em sistema orgânico acaba sendo mais longo do que em sistemas convencionais, já

que nesses sistemas não é permitido o uso de adubos solúveis e, portanto, o produto orgânico precisa receber um pagamento superior do convencional para equilibrar o faturamento entre os dois sistemas.

Ainda, nas discussões sobre agregação de valor dos produtos orgânicos, a Família Becker aponta uma **crítica** aos mercados convencionais. Eles afirmam que os produtos orgânicos são comercializados com altos preços nestes mercados, geralmente, por percorrerem grandes distâncias, o que acarreta em gastos energéticos para o meio ambiente e aumenta o valor dos produtos, não alcançando, dessa forma, a sustentabilidade ambiental, social e econômica que é proposto na legislação. Por isso a importância da valorização dos produtos locais, que são comercializados fresquinhos nas feiras e em cestas entregue aos consumidores. De acordo com Darolt et al. (2013) a multiplicação dos circuitos curtos de comercialização pode incentivar a agricultura de base ecológica, aproximando os agricultores e consumidores, interligando o rural e o urbano.

A família Streck pontua algumas críticas ao processo de certificação, pois salientam que as normativas são muito rigorosas com as pequenas propriedades, uma vez que, o distanciamento e as barreiras protetivas que são construídas para evitar a contaminação por deriva acabam reduzindo ainda mais as áreas pequenas como desta família. Contribuindo com essa crítica apontada pelo casal Streck, Tivelli (2012) afirma que o produtor orgânico, quando inserido em um local cercado por agricultura convencional, precisa deixar uma área de terra sem produção no perímetro de sua propriedade para evitar a contaminação por deriva da produção orgânica e, esse fato gera “despesas”, principalmente para agricultores familiares que possuem pequenas áreas para produzir e sustentar a família. Com isso, no entendimento do casal seria o produtor convencional que deveria se isolar, pois geralmente possuem área suficiente para tal manejo e, ainda são os produtos usados por eles que contaminam o meio ambiente.

A crítica, apontada pelos Amigos de Itaara, vem ao encontro da realizada pela família Streck, ambos criticam o processo de certificação porque o considerarem injusto para com os agricultores. Para eles, são os produtores convencionais que deveriam comprovar que estão trabalhando dentro dos limites padrão de agrotóxicos residuais nos alimentos. Corroborando com essa afirmação, Brancher (2005) pontua que os “contrários” à certificação alegam que esse processo é injusto, pois são os produtos de melhor qualidade que precisam arcar com os custos de uma certificação, sendo que o mais justo seria o produto convencional ser certificado, através de uma rotulagem que indique o grau potencial contaminante do mesmo. Ainda, é salientado pelos Amigos de Itaara, que os produtores convencionais, que manuseiam

produtos químicos prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, deveriam demandar maior atenção dos órgãos públicos.

Mesmo praticando Agricultura Biodinâmica, os Amigos de Itaara afirmam que nunca vislumbraram a opção de certificarem a produção, ainda que consideram a Certificação Demeter, mais “humanizada” que a legislação de orgânicos. Como essa certificação é fundamentada nos princípios da Agricultura Biodinâmica, que de acordo com Miklós (2001), são nove, sendo o primeiro deles relativo ao organismo agrícola. Dessa maneira, a autora salienta que a unidade produtiva é vista como um organismo integrado, diversificado e autossustentável, de modo que os setores se completam, formando um ciclo fechado de nutrientes e reduzindo a, praticamente, zero a compra de insumos (MIKLÓS, 2001).

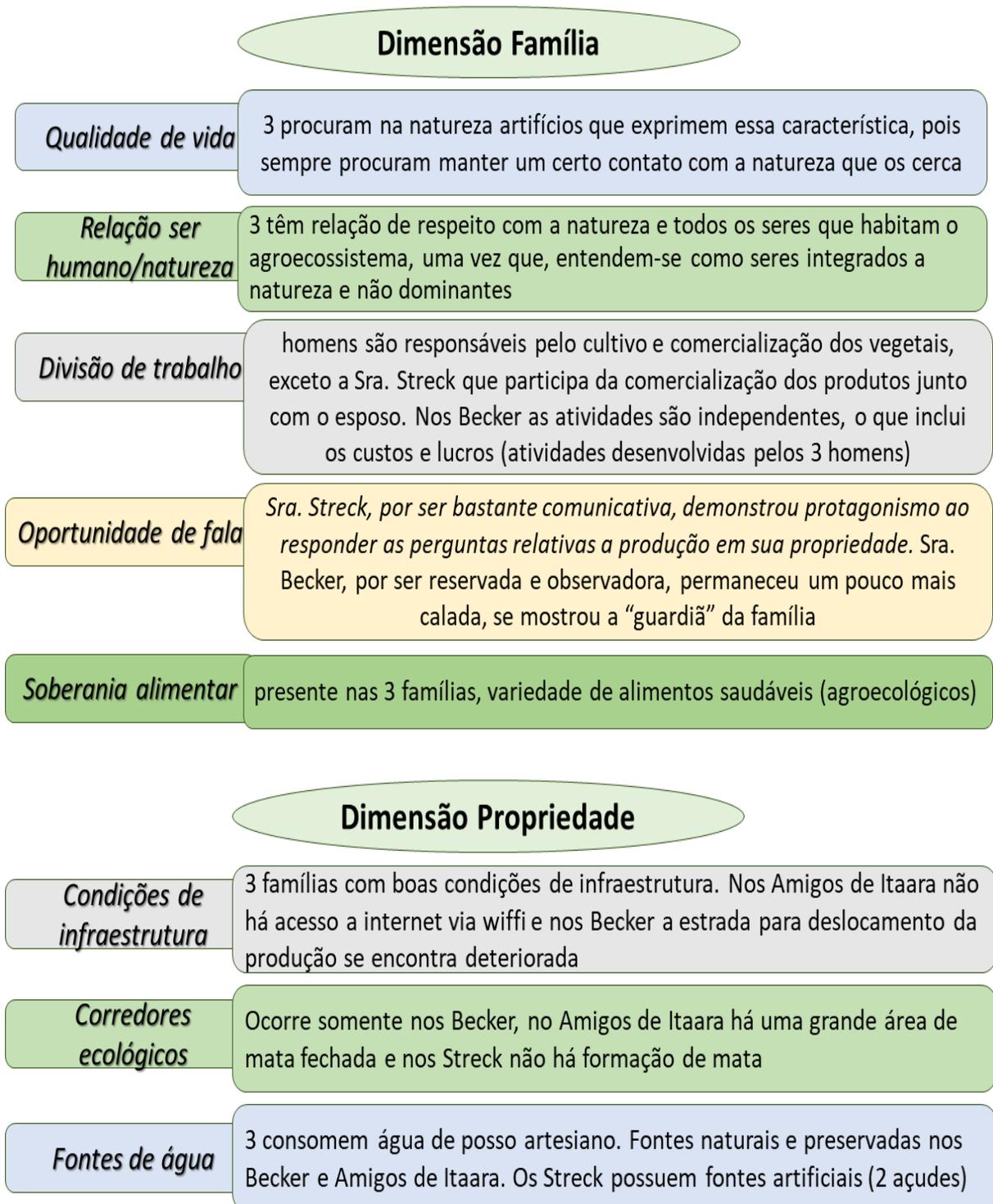
A partir desta ideia, os amigos consideram a legislação de orgânicos bastante comercial, não havendo preocupações que vão além das técnicas produtivas, como o incentivo da autonomia produtiva, por exemplo, uma premissa básica para se alcançar a sustentabilidade da propriedade, que não é estimulada na legislação de orgânicos. Pelo contrário, a legislação acaba incentivando a substituição de insumos quando autoriza a lista de substâncias permitidas para uso nos sistemas orgânicos de produção, presentes em algumas instruções normativa da legislação, como na IN n° 17/2014 e na IN n° 46/2011. Portanto, essa característica da legislação vigente pode vir a aumentar a dependência dos agricultores e tornar o sistema insustentável.

Como já exposto, as normativas da legislação brasileira parecem contemplar somente os aspectos produtivos, o que pode estar incentivando a substituição de insumos (sintéticos por biológicos). Dessa forma, os Amigos de Itaara salientaram que não concordam com a substituição de insumos poluentes por outros menos agressivos, até mesmo no caso dos medicamentos para os animais, pois eles praticamente não usam nenhum, somente o manejo adequado em PRV, que já lhes é o suficiente para manter os animais com imunidade alta e saudáveis.

Essa característica, observada nas críticas construídas pelos Amigos de Itaara, pode estar relacionada aos conhecimentos que ambos possuem sobre os princípios da Agricultura Biodinâmica. Porém, mesmo com todo os problemas, a certificação participativa tem levado conhecimento e formação política e social aos agricultores, incentivando as relações de confiança estruturadas através dos circuitos curtos de comercialização. Dessa maneira, um dos Amigos afirma que por reconhecer que vivermos em uma sociedade de risco, como pontua Beck (1996), a certificação ainda se perpetuará por muito tempo.

Para facilitar a compreensão, a seguir será apresentado a síntese das discussões realizadas neste capítulo, conforme segue na figura 12.

Figura 12: Organograma com a síntese das discussões da pesquisa



## Dimensão Certificação

### Desafios

Mais significativo na menor propriedade, dificuldades para se adequar as normativas da legislação de orgânicos, área muito reduzida e localizada em uma região onde há uma grande predominância de agricultura convencional

### Motivações

Os Becker e os Streck demonstraram valorizar o reconhecimento que a certificação proporcionou e afirmam terem sido incentivados pelas instituições de extensão rural a buscarem a certificação. Os Amigos de Itaara foram motivados pela relação de amizade que possuem com os companheiros do grupo, visto que, assim como os Becker, nunca tiveram a intenção de certificar seus produtos

### Benefícios

3 frisaram a agregação de conhecimento e trocas de experiências que a certificação participativa/em grupo favorece. Os Becker e os Streck demonstram que a assistência técnica se torna mais presente quando trabalham certificados

### Críticas

Os **Streck** e os **Amigos de Itaara** levantaram algumas críticas a **legislação de orgânicos** e os **processo de certificação** (Normativas rigorosas e incentivo a substituição de insumos). Os **Becker** levantaram críticas aos **mercados convencionais**, comercializam “orgânico” vindo de longas distâncias, o que acarreta em gastos energéticos para o planeta (**preocupação com meio ambiente**)

As 3 famílias apontam que a **certificação não promoveu mudanças** significativas no momento da **comercialização**, pois as relações de confiança com os clientes já foram estabelecidas.

**Preferem** trabalhar embasados nas **relações de confiança** e amizade construídas com seus **clientes**

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após as reflexões realizadas no decorrer desta pesquisa, algumas considerações puderam ser tecidas tendo como referência os objetivos específicos. A Agroecologia é apresentada como um paradigma de desenvolvimento rural emergente, dada suas concepções epistemológicas de valorização dos saberes locais, defesa de novos arranjos políticos e organizacionais, construção da ciência como conhecimentos que aproximam e não distanciam, valorizando assim os modos de vida dos agricultores familiares. Dessa forma, a Agroecologia, é compreendida como uma ciência tradutora, que vai além da Agricultura Orgânica trazendo novos sentidos aos sujeitos que a incorporam em suas vidas, conforme aponta Boaventura de Souza Santos.

Portanto, a Agroecologia não pode ser entendida como sinônimo de Agricultura Orgânica, uma vez que estará sendo reduzida, apenas, a mais uma agricultura alternativa. A legislação de orgânicos brasileira, embora tenha sido inspirada na Agroecologia em sua construção, logo passou a ser pensada, somente, a partir da Produção Orgânica. Este fato veio por legitimar apenas um tipo de agricultura, ocultando, dessa forma, a Agroecologia como um paradigma de desenvolvimento rural emergente. Em decorrência dessa postura da legislação, muitas empresas certificadoras e de venda de insumos agrícolas estão percebendo neste nicho uma boa opção de mercado, dado o aumento da produção e da procura por alimentos saudáveis. Com isso, a agricultura não-familiar demonstra maiores condições para acessar esse mercado em função da sua escala produtiva e das relações que estes, geralmente, têm com os grandes mercados.

Esse contexto secundariza a agricultura familiar no campo das certificações de orgânicos, principalmente em função de suas pequenas áreas para a produção, dado o cenário de expansão da agricultura convencional que vem sufocando a agricultura familiar e aumentando a possibilidade da contaminação por deriva de suas áreas. Uma vez que, na verdade, essa agricultura livre de insumos sintéticos é uma prática histórica dos agricultores familiares. Esses agricultores sempre mantiveram uma relação integrada aos agroecossistemas construindo seus conhecimentos a partir das potencialidades e limitações que estes apresentam, demonstrando uma boa relação do ser humano com a natureza e ratificando a Agroecologia como modo de vida. Conforme os próprios agricultores, aqui pesquisados, relatam: - *“Nós sempre fizemos assim”*.

Os desafios para a certificação, nos casos estudados, têm se mostrado mais expressivos nas áreas menores, onde o tamanho da propriedade apresenta-se como limitante para a

viabilização da certificação, seja pelo uso intensivo do espaço, o que dificulta o manejo, ou pela localização destas, considerando o aumento do uso de agrotóxicos nas propriedades vizinhas com os cultivos convencionais.

É neste sentido que a Agroecologia se apresenta como paradigma de desenvolvimento rural emergente. Conforme afirma Boaventura, que a ciência do paradigma emergente deve ser assumidamente tradutora e romper com a ciência convencional, incentivando e valorizando os conceitos e teorias desenvolvidos localmente, unindo ao invés de separar, pois, “o conhecimento precisa fazer sentido para ser conhecimento”.

A Agroecologia permite o conhecimento/ciência dessa forma emergente, já a Agricultura Orgânica, pode fazer esta tradução, se estiver inclusa em um fazer agrícola que dialoga com o modo de vida dos agricultores familiares. Caso contrário, pode ser apenas uma agricultura que promove a substituição de “pacotes de insumos”, de uma agricultura convencional para uma agricultura preocupada com as questões ambientais. O que não deixa de ser importante, mas não vem ao encontro do amplo sentido do novo paradigma que a Agroecologia propõe.

Ao reconhecer a Agroecologia, também, como uma agricultura vinculada ao modo de vida dos agricultores familiares, podem emergir elementos que diferenciam os produtos agroecológicos dos produtos orgânicos, através do reconhecimento da qualidade agroecológica dos produtos. Essa diferenciação pode estar diretamente ligada aos indicadores: soberania alimentar, relação ser humano/natureza, qualidade de vida, boas condições de infraestrutura rural, valorização dos sujeitos rurais (mulheres e jovens) e outras questões de preservação dos agroecossistemas (corredores ecológicos e fontes de água de qualidade).

Em relação à qualidade dos produtos cultivados pelos agricultores, sujeitos desta pesquisa, percebe-se uma qualidade ampla, superior aos produtos classificados como orgânicos. Salienta-se que na legislação os produtos são certificados a partir da qualidade orgânica reconhecida por auditoria e por sistemas participativos (SPGs e OCSs). Portanto, mesmo havendo reconhecimento desses mecanismos participativos, como sendo mais adequados para a agricultura familiar, esta, ainda não consegue ter visibilidade como categoria socioprodutiva capaz de ofertar produtos diferenciados. Por conseguinte, o reconhecimento da qualidade agroecológica poderia oferecer.

Neste trabalho, as famílias entrevistadas narram a busca pela certificação, a partir de estímulo de organizações sociais, de assistência técnica e mesmo de instituições de ensino. No entanto, apontam que a concretização desta não se afirma pela necessidade de mercados diferenciados, já que, em muitos casos, a agricultura familiar produz sem o uso de agrotóxicos

e comercializa seus produtos em feiras, entregas de cestas e à domicílio e, portanto, possui relações de confiança estabelecidas com os consumidores. Fato este que acaba por secundarizar o uso de selo e/ou certificado de orgânicos no momento da comercialização.

Por outro lado, esses agricultores reconhecem a importância dos sistemas participativos de certificação de orgânicos (SPGs e OCSs). Visto que, estes mecanismos favorecem as trocas de experiência e conhecimento entre os agricultores, fortalecendo-os no coletivo e, ainda, proporcionam o reconhecimento de seus modos de vida, conforme pontua um dos agricultores entrevistados: “*A certificação pra mim foi só um reconhecimento do que eu to fazendo*”.

Por fim, acompanhar/dialogar com os agricultores sujeitos desta pesquisa, revelou suas experiências imersas em uma perspectiva contra-hegemônica, ao modelo de produção capitalista. Sendo que, esses agricultores, para além da conquista da certificação de orgânicos, buscam o reconhecimento de seus modos de vida, como instrumento para legitimar uma outra forma de fazer/viver a agricultura, ancorados em novas bases ético-políticas capazes de promover um desenvolvimento rural equitativo, inclusivo e democrático.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, V. S.; CARNEIRO, F. F.; VILELA, N. J. Agrotóxicos em Hortaliças: Segurança Alimentar e Nutricional riscos socioambientais e políticas públicas para a promoção da saúde. **Tempus Actas de Saúde Coletiva**, v.4, p.84-99, 2009.

ALTIERI, M. A. **Agroecology: the scientific basis of alternative agriculture**. 2nd ed. Berkeley, Calif. Division of Biological Control, University of California, Berkeley, 1983.

ALTIERI, M. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa**. 2 ed. Rio de Janeiro: PTA-FASE, p. 240, 1989.

ALTIERI, M. Agroecología: principios y estrategias para una agricultura sustentable em América Latina del siglo XXI. In: MOURA, E. G. e AGUIAR, A. C. F. **O desenvolvimento rural como forma de aplicação dos direitos no campo: Princípios e tecnologias**. São Luís. UEMA, p.83-99, 2006.

ALTIERI, M., NICHOLLS, C. **Agroecología: teoría y práctica para una agricultura sustentable**. PNUMA, México, 2000.

ALTIERI, M., TOLEDO, V. M. La revolución agroecológica de América Latina: Rescatar la naturaleza, asegurar la soberanía alimentaria y empoderar al campesino. **The Journal of Peasant Studies**, v. 38, n. 3, p. 587-612, jul., 2011. Traducción de Pablo Alarcón-Chaires revisada por los autores.

ALVES, A. C. O., SANTOS, A. L. S., AZEVEDO, R. M. M. C. Agricultura Orgânica no Brasil: Sua Trajetória para a Certificação Compulsória. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 7, n. 2, p. 19 - 27, 2012. Disponível em: <[http://orgprints.org/22814/1/Alves\\_Agricultura%20org%C3%A2nica.pdf](http://orgprints.org/22814/1/Alves_Agricultura%20org%C3%A2nica.pdf)> Acesso em: 24 jul. 2018.

ALVES, E., SOUZA, G. S., MARRA, R. Êxodo e sua contribuição à urbanização de 1950 a 2010. **Revista de Política Agrícola**, v. 22, n. 02, 2013. Disponível em: <<https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/308/256>>. Acesso em: 18 jul. 2018.

ANJOS, F.S.; CALDAS, N.V. O futuro ameaçado: o mundo rural face aos desafios da masculinização, do envelhecimento e da desagrarização. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 26, n. 1, p. 661 - 694, jun. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cr/v40n2/a469cr2481.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2019.

AQUINO, A. M.; ASSIS, R. L. **Agroecologia: Princípios e Técnicas para uma Agricultura Orgânica Sustentável**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2005, p. 517.

ASSAD, L. Brasil alimentos orgânicos: a qualidade desses produtos também depende de conhecimento do consumidor. **Ciência e Cultura**. v.67, n. 4, São Paulo, 2015. Disponível em: <[http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0009672520150004004](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009672520150004004)>. Acesso em: 23 jun. 2019.

ASSIS, R. L.; ROMEIRO, A. R. Agroecologia e agricultura orgânica: controvérsias e tendências. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 06, p. 67-80, jul./dez. 2002. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/made/article/view/22129/14493>>. Acesso em: 28 mar. 2019.

ASSIS, R. L. Desenvolvimento rural sustentável no Brasil: perspectivas a partir da integração de ações públicas e privadas com base na agroecologia. **Economia Aplicada**, v. 10, n. 1, p. 75-89, 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s1413-80502006000100005&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s1413-80502006000100005&script=sci_arttext)>. Acesso em: 12 set. 2019.

ASSOCIAÇÃO BIODINÂMICA. **Calendário Biodinâmico**. 2018. Disponível em: <<https://biodinamica.org.br/aplicativo-calendario-biodinamico>>. Acesso em: 19 jul. 2018.

ASSOCIAÇÃO BIODINÂMICA. **Conjunto de normas de produção que devem ser seguidas para a obtenção das marcas Demeter, Biodinâmica e outras relacionadas**. Disponível em: <<https://www.biodinamica.org.br/5/certificacao>>. Acesso em: 11 out. 2019.

BECK, U. Teoría de la sociedade del Riesgo. In: BERIAIN, J. **Las consecuencias Perversas de la modernidade: modernidade, contingencia y riesgo**. Barcelona: Anthropos, 1996.

BERTONCELLO, B.; BELLON, S.; Construction and implementation of an organic agriculture legislation: the Brazilian case. In: **IFOAM ORGANIC WORLD CONGRESS**, 2008, Modena, Italy. Proceeding 2008. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/profile/Stephane\\_Bellon/publication/279671592\\_Construction\\_and\\_implementation\\_of\\_an\\_organic\\_agriculture\\_legislation\\_the\\_Brazilian\\_case/links/57c40fa408ae32a03dad1e34/Construction-and-implementation-of-an-organic-agriculture-legislation-the-Brazilian-case](https://www.researchgate.net/profile/Stephane_Bellon/publication/279671592_Construction_and_implementation_of_an_organic_agriculture_legislation_the_Brazilian_case/links/57c40fa408ae32a03dad1e34/Construction-and-implementation-of-an-organic-agriculture-legislation-the-Brazilian-case)>. Acesso em: 24 jun. 2019.

BRANDENBURG, A. Movimento agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas. **Desenvolvimento e meio ambiente**, v. 6, 2002. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/made/article/view/22125>>. Acesso em: 02 mar. 2019.

BRANCHER, P. C. **As faces da certificação de produtos orgânicos no Brasil: o caso do mercado da Região Metropolitana de Curitiba - PR**. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

BRASIL. Decreto nº 6.323/2007. Regulamenta a Lei no 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 dez. 2007. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato20072010/2007/Decreto/D6323](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2007/Decreto/D6323)>. Acesso em: 25 jul. 2018.

BRASIL. Decreto nº 9.064,2017. Dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamenta a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e empreendimentos familiares rurais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 31 mai. 2017. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9064.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9064.htm)>. Acesso em: 30 mar. 2019.

BRASIL. Instrução Normativa 19/2009. Aprova os mecanismos de controle e informação da qualidade orgânica dispostos no Anexo I da presente Instrução Normativa. **Diário Oficial da**

**União**, Brasília, DF, 19 mai. 2009. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/organicos/legislacao/portugues/instrucao-normativa-no-19-de-28-de-maio-de-2009-mecanismos-de-controle-e-formas-de-organizacao.pdf/view>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

BRASIL. Instrução Normativa 46/2011. Estabelece o Regulamento Técnico para os Sistemas Orgânicos de Produção, bem como as listas de substâncias e práticas permitidas para uso nos Sistemas Orgânicos de Produção, na forma desta Instrução Normativa. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 06 out. 2011. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/organicos/legislacao/portugues/instrucao-normativa-no-46-de-06-de-outubro-de-2011-producao-vegetal-e-animal-regulada-pela-in-17-2014.pdf/view>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

BRASIL. Instrução Normativa 13/2015. Estabelece a Estrutura, a Composição e as Atribuições da Subcomissão Temática de Produção Orgânica (STPOrg), a Estrutura, a Composição e as Atribuições das Comissões da Produção Orgânica nas Unidades da Federação (CPOrg-UF), e as diretrizes para a elaboração dos respectivos regimentos internos. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 15 jul. 2015. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/organicos/arquivos-organicos/in-13-de-28-05-2015-cporg-e-stporg.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

BRASIL. Lei nº 9.985/2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 18 jul. 2000. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19985.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm)>. Acesso em: 25 abr. 2019.

BRASIL. Lei 10.831/2003. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, de 23 dezembro de 2003. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.831.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.831.htm)>. Acesso em: 24 jul. 2018.

BRASIL. Lei nº 11.326. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 24 de julho de 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm)>. Acesso em: 30 mar. 2019.

BRASIL. Lei nº 12.188. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 11 de janeiro de 2010. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Lei/L12188.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12188.htm)>. Acesso em: 25 jun. 2019.

BRASIL DE FATO: **Uma visão popular do Brasil e do Mundo**. Disponível em: <<https://www.brasilefato.com.br/2019/07/22/governo-libera-mais-51-agrotoxicos-um-deles-ameaca-variedade-de-abelhas/>>. Acesso em: 06 set. 2019.

BULHÕES, F. M. **A certificação ambiental de produtos agrícolas e florestais: diferentes trajetórias da relação entre ambiente e mercado**. 2001. 193p. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2001.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil**: panorama dos últimos 50 anos. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. 28p. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_0621.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0621.pdf)>. Acesso em: 13 dez. 2018.

CANCELIER, J. W., MOURAD, L. A. F. A. P., CASSOL, K. P. Os múltiplos usos do espaço rural no município de Santa Maria-RS: tendências atuais da agricultura familiar. **Geografia em questão**, v.10, n.1, p. 135-154, 2017. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/geoemquestao/article/view/14471>>. Acesso em: 25 jun. 2019.

CAMPANHOLA, C. VALARINI, P. J. A agricultura orgânica e seu potencial para o pequeno agricultor. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v.18, n.3, p.69-101, 2001.

CAPA, **Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia**. 2019. Disponível em: <<https://capa.org.br/>>. Acesso em: 08 jun. 2019.

CAPORAL F. R., COSTABEBER, J. A. Análise Multidimensional da Sustentabilidade: uma proposta metodológica a partir da Agroecologia. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.3, n.3, Jul/Set 2002. Disponível em: <[taquari.emater.tche.br/docs/agroeco/revista/ano3\\_n3/revista11\\_artigo3.pdf](http://taquari.emater.tche.br/docs/agroeco/revista/ano3_n3/revista11_artigo3.pdf)>. Acesso em: 10 jul. 2019.

CAPORAL, F. R., COSTABEBER, J. A. **Análise Multidimensional da Sustentabilidade**: uma proposta metodológica a partir da Agroecologia. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.3, n.3, p.70-85, 2002.

CAPORAL, F. R., COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e extensão rural**: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

CAPORAL, F. R., COSTABEBER, J. A. Agroecologia: conceitos e princípios para a construção de estilos de agriculturas sustentáveis. In: CAPORAL, F. R. **Extensão Rural e Agroecologia**: temas sobre um novo desenvolvimento rural, necessário e possível. Brasília: 2009, p. 227-241.

CAPORAL, F. R., PAULUS, G., COSTABEBER, J. A. **Agroecologia**: uma ciência do campo da complexidade. Brasília, 2009, p. 65-110.

CAPORAL, F. R., PETERSEN, P. Agroecologia e políticas públicas na América Latina: o caso do Brasil. **Agroecología**, v. 6, p. 63-74, 2011. Disponível em: <<https://revistas.um.es/agroecologia/article/view/160681>>. Acesso em: 28 mai. 2019.

CAPRA, F. **A teia da vida**: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. Tradução. Newton Roberval Eicheberg. Editora Cultrix. São Paulo, 1996.

CARNEIRO, M.J. Juventude e novas mentalidades no cenário rural. In: CARNEIRO, M.J. CASTRO, E. G (org). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

CARSON, R. **Primavera Silenciosa**. São Paulo: Melhoramentos, 1964.

CHABOUSSOU, F.P. **Plantas Doentes pelo Uso de Agrotóxicos: a Teoria da Trofobiose**. 2º ed., Porto Alegre: L&PM, 1999.

CODEPLAN. O Mercado De Produtos Orgânicos Mecanismos De Controle. **Companhia de Planejamento do Distrito Federal**. Governo do Distrito Federal, Brasília (DF) 2015. Disponível em: <<http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/Mercado-Produtos-Org%C3%A2nicos-Mecanismo-de-Controle.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2019.

Community Supported Agriculture – Comunidades que Sustentam a Agricultura (definição). Disponível em: <<http://www.csabrasil.org/csa/>>. Acessado em: 20 de maio 2019.

CÚPULA ALIMENTAR. **Declaração De Roma**, 1996. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/w3613p/w3613p00.htm>>. Acesso em: mar. 2017.

DAMO, A. Algumas considerações sobre Agroecologia e Produção Orgânica de alimentos. **Ambiente & Educação**, v. 17, nº1, p. 139-154, 2012. Disponível em: <<http://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/4340/Algumas%20Considera%C3%A7%C3%B5es%20Sobre%20Agroecologia%20e%20Produ%C3%A7%C3%A3o%20Org%C3%A2nica%20de%20Alimentos..pdf?sequence=1>>. Acesso em: 13 de jul. 2019.

DAROLT, M. R., LAMINE, C., BRANDEMBURG, A. A diversidade dos circuitos curtos de alimentos ecológicos: ensinamentos do caso brasileiro e francês. **Agriculturas**, v. 10, n. 2, p. 8-13, 2013. Disponível em: <[http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2013/08/Agriculturas\\_JUN-2013.pdf#page=8](http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2013/08/Agriculturas_JUN-2013.pdf#page=8)>. Acesso em: 16 jul. 2019.

DAROLT, M. R.; LAMINE, C.; ALENCAR, M. de C. F.; ABREU, L. S. de Redes alimentares alternativas e novas relações produção-consumo na França e no Brasil. In: BRANDEMBURG, A.; BILLAUD, J.; LAMINE, C. (Org.). **Redes de agroecologias: experiências no Brasil e na França**. Curitiba: Kairós Edições, 2015.

EHLERS, E. **O que se entende por agricultura sustentável?** Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – Universidade de São Paulo, São Paulo, p.164, 1994.

EHLERS, E. A agricultura alternativa: uma visão histórica. **Revista Estudos Econômicos**. São Paulo, v. 24, n. especial, p. 231-262, 1994. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/ee/article/download/159171/154068>>. Acesso em: 16 jul. 2019.

EHLERS, E. **Agricultura Sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma**. 2.ed. Guaíba: Agropecuária, 1999.

EHLERS, E. **O que é agricultura sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

EMATER/RS-ASCAR, 2019 Disponível em: <<http://www.emater.tche.br/site/>>. Acesso em: 24 abr. 2019.

EMBRAPA. **Sistema de Agrofloresta (definição).** Disponível em: <<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/120048/1/Sistemas-Agroflorestais-livro-em-baixa.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2019.

ENA. III Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), 2014. **Carta Política.** Disponível em: <[http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2014/05/Carta\\_Politica\\_do\\_III\\_ENA.pdf](http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2014/05/Carta_Politica_do_III_ENA.pdf)>. Acesso em: 23 jul. 2019.

FEAB. Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil – FEAB (2012). Foto do 4º EBAA em Porto Alegre em 1989. Disponível em: <<http://feab40anos.blogspot.com/2012/03/>>. Acesso em: 05 abr. 2019.

FERNANDES, L.; GODOI, J. T.; NUNES, L. L. S. Networking Em Agronegócio Como O Sistema De Networking Pode Auxiliar Pequenos Feirantes Da Cidade De Santa Maria? In: **Transversalidade Acadêmica: temáticas de formação humana** – Vol. II.1 ed. Iásin Schäffer Stahlhöfer, Vanessa dos Santos Nogueira e Gilfredo Castagna (Orgs.). SÃO PAULO - SP: PERSE, 2018, v.1, p. 338-365.

FERRARI, E. A. **Agricultura familiar camponesa:** estratégias de reprodução socioeconômica e a contribuição da agroecologia. 2010. 136 p. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2010.

FERREIRA NETO, D. N., AMORIN, J. O. L., MOLINA, A. A., TORUNSKY, F. Financiamento da produção agroecológica a partir do modelo de CSA (Comunidade que Sustenta a Agricultura): um panorama no estado de São Paulo. **Cadernos de Agroecologia.** Pará, v. 10, nº 3, 2015. Disponível em: <<http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad/article/view/18005/0>>. Acesso em: 16 jul. 2019.

FRANÇA, C. G. de; GROSSI, M. E. Del; MARQUES, V. P. M. de A. **O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil.** Brasília: MDA, 2009. Disponível em: <<http://www.bb.com.br/docs/pub/siteEsp/agro/dwn/CensoAgropecuário.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2018.

FROEHLICH, J.M.; PIETRZACKA, R. Dinâmica populacional rural: análise de gênero e faixa etária na Região Central do Rio Grande do Sul no período 1996-2000. In: CONGRESSO DA SOBER, 42, 2004, Cuiabá. Anais. Cuiabá: Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2004. p.1-14. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/12/100463.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2019.

GIDDENS, A. **Sociologia.** Porto Alegre: Editora Artmed, 4. Ed; Tradução Sandra Regina Netz, 2005.

GLIESSMAN, Stephen R.; GARCIA, R. E.; AMADOR, M. A. The ecological basis for the application of traditional agricultural technology in the management of tropical agro-ecosystems. **Agro-ecosystems**, v. 7, n. 3, p. 173-185, 1981.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

GLIESSMAN, S.R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. 4. ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2009.

GOMES, J. C. C., ASSIS, W. S. **Agroecologia: princípios e reflexões conceituais**. Brasília – DF: Embrapa, 2013.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Antonio Gramsci: introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. Ed. e trad. de Carlos N. Coutinho. Com ed. de Luiz S. Henrique Marco A. Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 1, 1999.

GRAY, D.E. **Pesquisa no mundo real**. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

HAAS, J. M., RAMBO, A. G., BOLTER, J. A. G. Os Núcleos de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica (NEA) enquanto mecanismo de desenvolvimento regional: algumas considerações. **COLÓQUIO – Revista do Desenvolvimento Regional**. Taquara/RS. Especial II SNDR, p. 185-205, 2019. Disponível em: <<https://seer.faccat.br/index.php/coloquio/article/view/1222/799>>. Acesso em: 10 out. 2019.

HABERMAS, J. **Teoria do Agir Comunicativo**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

HAGUETTE, T.M.F. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1987.

HECHT, S.B. A evolução do pensamento agroecológico. In: ALTIERE, M.A. (Org) **Agroecologia – as bases científicas da agricultura alternativa**. 2ª ed. Rio de Janeiro. P. 35-41. PTA-FASE, 1989.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/itaara/panorama>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

ICAZA, A. M. S.; FREITAS, M. R. **O projeto esperança/coesperança e a construção da economia solidária no Brasil: relato de uma experiência**. Santa Maria: Palotti, 2006.

IPEA. **A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável**. Orgs: SAMBUICHI, R. H. R. [et al.]. – Brasília: Ipea, 2017. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/144174\\_politica-nacional\\_WEB.PDF](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/144174_politica-nacional_WEB.PDF)>. Acesso em: 24 abr. 2019.

JACINTHO, C. R. S. **Permacultura: noções gerais**. Brasília: Universidade Católica de Brasília, UCB, Pró-Reitoria de Extensão – PROEx, 2007.

JANCZ, C., MARQUES, G., NOBRE, M., MORENO, R., MIRANDA, R., SAORI, S., FRANCO, V. **Práticas feministas de transformação da economia: autonomia das mulheres e agroecologia no Vale do Ribeira**. São Paulo: SOF, P.84, 2018. Disponível em: <<http://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2018/03/Praticas-feministas-portugu%C3%AAs-web1.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

JESUS, E. L. Diferentes abordagens de agricultura não-convencional: história e filosofia. In: AQUINO, A.M.; ASSIS, R.L. **Agroecologia: Princípios e Técnicas para uma Agricultura Orgânica Sustentável**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, p. 23-48, 2005.

JORNAL DO COMÉRCIO. Monsanto e Bayer que desde 2016 trabalham juntas lançam no mercado o CTS500 (inoculante para tratamento industrial biológico de soja) - **Jornal do Comércio**. Ed 18/032019. Disponível em: <[https://www.jornaldocomercio.com/\\_conteudo/especiais/expodireto\\_2019/2019/03/674716-produtos-biologicos-e-ate-apicultura-ganham-espaco-no-portfolio-da-bayer.html](https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/especiais/expodireto_2019/2019/03/674716-produtos-biologicos-e-ate-apicultura-ganham-espaco-no-portfolio-da-bayer.html)>. Acesso em: 25 jun. 2019.

KAUFMANN, M. P., DULLIUS, P. R., SILVA, I. C. L. et al. Grupo de Agroecologia Terra Sul: Construindo Conhecimento Agroecológico na Universidade. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 4, n. 2, p. 3756-3759, 2009. Disponível em: <<http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/rbagroecologia/article/view/9243>>. Acesso em: 23 jul. 2018.

KLOSTER, S. **Riscos e potencialidades da atividade de turismo rural na microrregião de Ponta Grossa**. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território), Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa, 2013.

LEFF, E. Agroecologia e saber ambiental. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 36-51, jan./mar., 2002.

LEFF, E. Sustentabilidade, diversidade cultural e diálogo de saberes. In. LEFF, E. **Discursos sustentáveis**. São Paulo: Ed. Cortez, 2010. p. 82-94.

LOVATTO, P. B., ETGES, V. E., KARNOPP, E. A natureza na percepção dos agricultores familiares do município de Santa Cruz do Sul, RS, Brasil: algumas perspectivas para o Desenvolvimento Regional Sustentável. **Redes**, v. 13, n. 1, p. 225-249, 2008.

LUTZENBERGER, J. **Fim do Futuro?** Manifesto Ecológico Brasileiro. 5ªed., Porto Alegre: Editora Movimento, 1999.

LUZZI, N. **O debate agroecológico no Brasil**: uma construção a partir de diferentes atores sociais. 2007. 194 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro, 2007.

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Controle social na venda direta ao consumidor de produtos orgânicos sem certificação. **Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo**. Brasília: Mapa/ACS, 2008. 24 p. Disponível em: <[http://www.planetaorganico.com.br/arquivos/CONTROLE\\_SOCIAL.pdf](http://www.planetaorganico.com.br/arquivos/CONTROLE_SOCIAL.pdf)>. Acesso em: 6 mai. 2019.

MAPA, **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**. Em 7 anos, triplica o número de produtores orgânicos cadastrados no ministério. Brasília, 01 abr. 2019. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/noticias/em-sete-anos-triplica-o-numero-de-produtores-organicos-cadastrados-no-mapa>>. Acesso em: 25 jul. 2019.

MARCONI, M.A.; LAKATOS E.M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MATTOS, L. **Marco referencial em agroecologia**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2006. Disponível em: <<https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/bitstream/doc/107364/4/Marcoreferencial.pdf>>. Acesso em: 02 jul. 2018.

MAZOYER, M., ROUDART, L. **História das agriculturas do mundo: do neolítico à crise contemporânea**. São Paulo: Ed. Unesp; Brasília, DF: NEAD, 2010.

MEADOWS, D. H.; MEADOWS, D. L.; RANDERS, J.; BEHRENS III, W. W. **Limites do Crescimento**: Um relatório para o projeto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade. São Paulo: Editora Perspectiva, 1973.

MEIRELLES, L. Soberania alimentar, agroecologia e mercados locais. **Agriculturas**, v. 1, n° 0, p. 11-14, 2004. Disponível em: <http://aspta.org.br/revista/v1-n0-seguranca-alimentar-a-agricultura-familiar-aponta-o-caminho/soberania-alimentar-agroecologia-e-mercados-locais/> Acesso em: 13 de jul. 2019.

MICHELLON, E.; ROSA, G. M., BRANCO, K. B. Z. F., JUNG, L. M. A experiência da certificação pública de produtos orgânicos no noroeste paranaense. In: 5° Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, Porto Alegre/ RS. **Anais do 5° Congresso Brasileiro de Extensão Universitária**, 2011. Disponível em: <<http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/Ebooks/Web/978-85-397-0173-5/Sumario/5.1.1.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2019.

MIKLÓS, A. A. W. A dissociação entre homem e natureza - reflexos no desenvolvimento humano. In: 4ª CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE AGRICULTURA BIODINÂMICA. São Paulo. [S.l.: s.n.], 2001. **Anais...** São Paulo. [S.l.: s.n.], 2001. Disponível em: <<https://bdpi.usp.br/item/001315314>>. Acesso em: 25 jun. 2019.

MINAYO, M.C.S. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MONJEAU, A. La Naturalezaabierta y susenemigos. In. MONJEAU, A. **Ecofilosofia**. Ed. Fundação o boticário de proteção à natureza. Curitiba, 2008. p.197-213.

MOREIRA, J. C., JACOB, S. C., PERES, F., LIMA, J. S., MEYER, A., OLIVEIRA-SILVA, J. J., SARCINELLI, P. N., BATISTA, D. F., EGLER, M., FARIA, M. V. C., ARAÚJO, A. J., KUBOTA, A. H., SOARES, M. O., ALVES, S. R., MOURA, C. M., CURI, R. Avaliação integrada do impacto do uso de agrotóxicos sobre a saúde humana em uma comunidade agrícola de Nova Friburgo, RJ. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 7, p. 299-311, 2002.

MUÑOZ, C. M., GÓMEZ, S. G. M., SOARES, J. P. G., JUNQUEIRA, A. M. R. Normativa de Produção Orgânica no Brasil: a percepção dos agricultores familiares do assentamento da Chapadinha, Sobradinho (DF). **Revista de Economia e Sociologia Rural – RESR**, Piracicaba-SP, v. 54, n. 02, 2016, p. 361-376. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S0103-20032016000200361&lng=en&nrm=iso&tlng=en](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0103-20032016000200361&lng=en&nrm=iso&tlng=en)>. Acesso em: 25 jul. 2018.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Revista Estudos Avançados da USP**, Dossiê sobre o Desenvolvimento Rural, São Paulo, v. 15, n. 43, 2001.

ODUM, E. Properties of agroecosystems. In: LOWRANCE et al. **Agricultural ecosystems**. New York: Wiley Intersci. 1984

PADULA, R. S., COMPER, M. L. C., MORAES, S. A., SABBAGH, C., PAGLIATO JUNIOR, W., PERRACINI, M. R. Índice de capacidade para o trabalho e capacidade funcional em trabalhadores mais velhos. **Brazilian Journal of Physical Therapy**. Goiania, v. 17, n. 4, 2013, p. 382-391.

PEIXOTO, M. **A Extensão Privada e a Privatização da Extensão**: uma Análise da Indústria de Defensivos Agrícolas. 2009. 331p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2009. Disponível em: <[http://www.senado.gov.br/conleg/textos\\_discussao/TESEMarcusPeixoto.pdf](http://www.senado.gov.br/conleg/textos_discussao/TESEMarcusPeixoto.pdf)>. Acesso em: 28 jul. 2019.

PET. Programa de Educação Tutorial. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/pet>>. Acesso em: 29 abr. 2019.

PINHEIRO MACHADO, L. C. **Pastoreio Racional Voisin**: tecnologia agroecológica para o 3. Milênio. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PLANAPO, Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, 2013. Disponível em: <[http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user\\_img\\_19/BrasilAgroecologico\\_Baixa\\_r.pdf](http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_19/BrasilAgroecologico_Baixa_r.pdf)>. Acesso em: 25 jul. 2019.

PNAPO. Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. **Decreto Nº 7.794**, Brasília, DF, 20 de Agosto de 2012. Disponível em: <[aao.org.br/aao/pdfs/pnapo.pdf](http://aao.org.br/aao/pdfs/pnapo.pdf)>. Acesso em: 25 jul. 2019.

PRIMAVESI, A. M. **Agroecologia: ecosfera, tecnosfera e agricultura**. São Paulo: Nobel, 1997.

RADOMSKY, G. F. W. Práticas de certificação participativa na agricultura ecológica: rede, selos e processos de inovação. **Revista Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade-IDEAS**, v. 3, n. 1, p. 133-164, jan./jun. 2009.

RADOMSKY, G. F. W. **Certificação participativa e regimes de propriedade intelectual**. 2010. 302 p. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul, UFRGS, Porto Alegre, 2010.

RADOMSKY, G. F.W. **O poder do selo**: imaginários ecológicos, formas de certificação e regimes de propriedade intelectual no sistema agroalimentar. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2015.

REDE ECOVIDA. **Rede Ecovida De Agroecologia**. Disponível em: <<http://ecovida.org.br/>>. Acesso em: 08 jun. 2019.

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento; 2017.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei estadual nº 10.643**. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 28 de dezembro de 1995. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/10.643.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2019.

SANTA MARIA, PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA - PMSM, 2019 Disponível em: <<https://www.santamaria.rs.gov.br/rural/69-distritos>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

SANTOS, B. de S. **Um discurso sobre as ciências**. 13 ed. Porto: Afrontamento, 2002.

SANTOS, B. de S. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 2003.

SANTOS, C.F., SIQUEIRA, E.S., ARAÚJO, I. T., MAIA, Z. M. G. A Agroecologia como perspectiva de sustentabilidade na agricultura familiar. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. XVII, n. 2, p. 33-52, 2014.

SENA, M. M. **A construção da autonomia e do reconhecimento na transição agroecológica**. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural), Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2018.

SILVA, M. M. **Contribuições do turismo para revitalização rural**. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural), Programa de Pós-graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2013.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. 1. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

STOPPELLI, I. M. B. S., MAGALHÃES, C. P. Saúde e segurança alimentar: a questão dos agrotóxicos. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.10, p. 91-100, 2005.

TIVELLI, S. W. Orgânicos são caros. Por quê? **Pesquisa & Tecnologia**, v. 9, n. 1, 2012. Disponível em: [aao.org.br/aao/pdfs/organicos-sao-caros.pdf](http://aao.org.br/aao/pdfs/organicos-sao-caros.pdf) Acesso em: 13 jul. 2019.

TROIAN A., DALCIN, D., OLIVEIRA S. V. Estudo da participação e permanência dos jovens na agricultura familiar nas localidades de Dr. Pedro e Mirim em Santa Rosa- RS. In: 47º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – SOBER, Porto Alegre/ RS. **Anais do 47º Congresso da SOBER**, 2009. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/13/431.pdf>>. Acesso em: 03 jun. 2019.

UFSM. **Grade curricular do curso de Zootecnia** Disponível em: <<https://www.ufsm.br/cursos/graduacao/santa-maria/zootecnia/horarios>>. Acesso: 29 abr. 2019.

VEIGA, E. J. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica.** São Paulo: EDUSP/HUCITEC, 1991.

VRIESMAN, A. K., OKUYAMA K. K., ROCHA, C. H., WEIRICH NETO, P. H. Assistência Técnica e Extensão Rural para a certificação de produtos da agricultura familiar. **Revista Conexão UEPG**, v.8, n. 1, p. 138-149, 2012. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/5141/514151727015.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2019.

WEZEL, A., BELLON, S.; DORÉ, T., FRANCIS, C., VALLOD, D.; DAVID, C. Agroecology as a science, a movement and a practice. a review. in: **Agronomy for sustainable development**, Paris, v. 29, n. 4, p. 503-515, 2009. Disponível em: <<https://www.agronomy-journal.org/articles/agro/abs/2009/04/a8122/a8122.html>>. Acesso em: 21 jul 2018.

WOLFF, A. C. O direito e os paradigmas da relação homem-natureza: reflexões para uma produção agrícola efetivamente sustentável. In: **Direito e Sustentabilidade II**, p. 417-446, 2014. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=9e4f7d7b2e283f46>>. Acesso em: 28 jul. 2019.

YIN. R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

## APÊNDICE 1

Roteiro da entrevista e das observações: caso sem certificação.

### Entrevista:

#### *Apresentação da família e propriedade:*

- 1- Tamanho da propriedade?
- 2- Localização da propriedade?
- 3- As condições de posse da propriedade (próprio, arrendado...)?
- 4- Apresentação da família? Quantos estão envolvidos nas atividades? Existe algumas atividades que são de responsabilidade da mulher, do homem?
- 5- Existe mão de obra contratada?
- 6- Quais são as principais estratégias de comercialização?
- 7- Os seus produtos possuem/ou já possuíram a certificação de orgânico?

#### *Tipo de certificação e como é realizada:*

- 1- Quem era a certificadora?
- 2- Como era feito esse processo?
- 3- Quem fiscalizava?
- 4- O que era avaliado?

#### *Percepções dos agricultores com relação a certificação:*

- 1- Histórico da família?
- 2- Motivações para a agricultura alternativa e a certificação?
- 3- Agricultura Agroecológica é a mesma coisa que Agricultura orgânica?
- 4- Como funcionava o grupo de certificação?
- 5- O que era observado para a obtenção da certificação? Como é um processo participativo, a lei permite que o estatuto seja construído pelos participantes, e você participou desse momento?
- 6- Porque desistiram do processo de certificação?
- 7- Ocorreram muitas mudanças comparando antes com o agora (antes certificado e agora sem a certificação)?
- 8- Quais as principais dificuldades (insumos, manejo, mercado, assistência técnica, mão de obra) que vocês enfrentam para se manter certificados? Valeu a pena? Porque?

### **Observações – identificar a agroecologia para além da produção orgânica.**

- 1- Presença de animais silvestres e riqueza na biodiversidade vegetal
- 2- Fontes de água de qualidade
- 3- Presença de corredores ecológicos
- 4- Condições de infraestrutura (estrada, internet, entre outras)
- 5- Diversidade de produtos na alimentação
- 6- Oportunidades de fala entre os membros da família no momento das entrevistas
- 7- Elementos que apontam para uma boa qualidade de vida (piscina, área de lazer, lareira, entre outros).

## APÊNDICE 2

Roteiro da entrevista e das observações: casos com certificação.

### **Entrevista:**

*Apresentação das famílias e propriedade:*

- 1- Tamanho da propriedade?
- 2- Localização da propriedade?
- 3- As condições de posse da propriedade (próprio, arrendado...)?
- 4- Apresentação da família? Quantos estão envolvidos nas atividades? Existe algumas atividades que são de responsabilidade das mulheres, dos homens, das crianças?
- 5- Existe mão de obra contratada?
- 6- Quais são os produtos certificados, existem outros produtos que não tem certificação?
- 7- Quais são as principais estratégias de comercialização?

*Tipo de certificação e como é realizada:*

- 1- Como é feita a certificação, via OCS ou via REDE ECOVIDA?
- 2- Quem fiscaliza?
- 3- O que é avaliado?

*Percepções dos agricultores com relação a certificação:*

- 1- Histórico da família?
- 2- Motivações para a agricultura alternativa e a certificação?
- 3- Agricultura Agroecológica é a mesma coisa que Agricultura orgânica?
- 4- Como funciona o grupo de certificação?
- 5- O que é observado para a obtenção da certificação? Como é um processo participativo, a lei permite que o estatuto seja construído pelos participantes, e você participou desse momento? Sabe quais são os requisitos colocados no estatuto?
- 6- Concorda com todos os requisitos colocados? Você sente que seus hábitos e práticas são consideradas? Gostaria de mudar alguma coisa? Sente que falta mais alguma coisa?
- 7- Ocorreram muitas mudanças comparando antes com o agora, depois da certificação?
- 8- Quais as principais dificuldades (insumos, manejo, mercado, assistência técnica, mão de obra) que vocês enfrentam para se manter certificados? Vale a pena? Porque?

### **Observações – identificar a agroecologia para além da produção orgânica.**

- 1- Presença de animais silvestres e riqueza na biodiversidade vegetal
- 2- Fontes de água de qualidade
- 3- Presença de corredores ecológicos
- 4- Condições de infraestrutura (estrada, internet, entre outras)
- 5- Diversidade de produtos na alimentação
- 6- Oportunidades de fala entre os membros da família no momento das entrevistas
- 7- Elementos que apontam para uma boa qualidade de vida (piscina, área de lazer, lareira, entre outros).